AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ VOL 22 ❑ Nº 10 ❑ DEZ./JAN. DE 2003 ❑ R$ 6,00



EDIÇÃO ESPECIAL DE VIRADA DE ANO

FOME ZERO

EM DEBATE

Eduardo Suplicy, Francisco Menezes, José Graziano, Ivan Wedekin, Marcelo Neri e Paulo Rabello de Castro opinam sobre o programa social do governo Lula

O AGRONEGÓCIO E O NOVO GOVERNO

Líderes e analistas das principais cadeias agropecuárias brasileiras traçam as perspectivas para os seus negócios nos próximos quatro anos

FGV
IBRE

R$30,00

PREÇO PROMOCIONAL.
VOCÊ NÃO PODE PERDER!

Um lançamento FGV/ABAG

AGENDA PARA A

Competitividade

DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO



UM BANCO DE DADOS EM FORMA DE LIVRO



288 páginas ricamente ilustradas, com informações sobre as principais cadeias do agronegócio, preparadas pelo corpo técnico de Agroanalysis. Um trabalho com a qualidade editorial e a credibilidade da FGV e ABAG.

FORMULA PROMOÇÕES E EVENTOS
Rua Fulvio Morganti, 64 – Mandaqui – São Paulo – Capital – Cep: 02417-170
Tel./Fax: (11) 6232-2114 E-mail: formula@netpoint.com.br A/c: Rosa Broglieto

Guarda-chuva social

REGIS ALIMANDRO



Graziano: 9,2 milhões de brasileiros beneficiados pelo programa no primeiro ano

Ao definir o programa de segurança alimentar Fome Zero como prioridade de seu governo, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva levou em consideração a dupla capacidade que tem o setor agrícola de combater a subnutrição e de ainda gerar excedentes exportáveis necessários ao equilíbrio das contas externas. Isso num cenário onde 46 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto da Cidadania, sofrem de insegurança alimentar e a agricultura registra recordes de produção de 100 milhões de grãos. O Programa Fome Zero quer ao mesmo tempo combater a fome e estimular a produção de alimentos, gerando mais ocupação e renda na agricultura familiar. Essas características o tornam não apenas mais um conjunto de ações meramente assistencialistas, mas um programa de ampla cobertura social, um "guarda-chuva social", nas palavras de seu criador, o professor de economia da Unicamp e assessor de Lula desde 1982 José Graziano da Silva, 53, nosso entrevistado do Abre Aspas deste mês.

Quais são as premissas do Projeto Fome Zero?

— A idéia é criar um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país e o Fome Zero é a primeira expressão desse modelo. O combate à fome exige um conjunto de políticas integradas que ofereça os meios básicos de sobrevivência das famílias sem condições econômicas e ao mesmo tempo crie mecanismos dinâmicos de superação da pobreza e da concentração de renda. Mas exige também um conjunto de políticas específicas destinadas a garantir a segurança alimentar. No Fome Zero apresentamos três linhas de políticas articuladas entre si, que têm como foco a segurança alimentar, entendida como a garantia do acesso a uma alimentação adequada à sobrevivência e à saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. São mais de 40 programas agrupados em 25 políticas: políticas estruturais, voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza; políticas específicas, voltadas para atender diretamente às famílias sem condições de viver dignamente; e políticas locais, que podem ser implantadas por prefeituras ou pela própria sociedade civil.

Em que aspectos o Fome Zero se aproxima e em que outros se afasta das idéias do senador Eduardo Suplicy como IR negativo, Renda Mínima?

— O programa de renda mínima, assim como o Bolsa-Escola, estão previstos no Fome Zero. Fazem parte das políticas estruturais. Não há incompatibilidade, pois o Fome Zero é um programa de cobertura social mais ampla. Não descarta, amplia. A questão é que o projeto tem também políticas específicas, entre elas um sistema de gastos vinculados à compra de alimentos, que pode ser por cartão eletrônico, cupons ou dinheiro com comprovação dos gastos. Esse mecanismo é importante no contexto do projeto, pois é um instrumento de dinamização da economia. O segredo do programa é vincular o gasto à compra de alimentos. Não se trata de questão moral, de tentar limitar a escolha das pessoas. O que não queremos é pulverizar os recursos disponíveis. Se não houver esse vínculo, o impacto dinamizador da agricultura familiar que queremos não vai acontecer. Por outro lado, para combater a subnutrição, é preciso aumentar o consumo de alimentos, claro. Não existe outro jeito. Tem que se vincular o gasto. E as famílias que receberem o benefício também deverão participar de programas de alfabetização, requalificação profissional. Isso é parte importante do projeto.

Por que exclusivizar os recursos para o combate à fome? Já se disse que a necessidade hoje é fome; amanhã é remédio...

— Destinar renda a cada cidadão para erradicar a pobreza seria desejável, mas não é possível neste momento. Seriam necessários dois PIBs para isso. No entanto, é possível combater a subnutrição e a fome, promover a segurança alimentar, e com isso gerar esses efeitos multiplicadores na esfera produtiva. Essa é a diferença entre o Fome Zero e algumas das políticas compensatórias do atual governo. Nós estamos preocupados em promover o combate à fome aliado a um novo modelo de desenvolvimento. Além disso, sabemos que os recursos para investimentos serão escassos e o Fome Zero é um projeto relativamente barato.

Qual a sua avaliação quanto aos programas de apoio à população carente já em vigor, como o Bolsa-Escola, por exemplo?

— Neste período de transição, apenas começamos a levantar informações sobre esses programas. A missão conjunta de técnicos da FAO, BID e Banco Mundial que esteve aqui no Brasil durante 10 dias em dezembro colaborou nessa avaliação. O que mais chamou atenção foi que se constatou a inexistência de uma avaliação séria dos programas sociais em andamento no país, apesar da suposta excelência desses projetos alardeada oficialmente. Assim, até que tenhamos as conclusões, não pretendemos mexer nesses programas.

Quais foram os principais temas abordados com os técnicos da missão conjunta FAO, BID e Banco Mundial? Há promessa de auxílio financeiro ao programa?

— O trabalho visava principalmente à agricultura familiar – incluindo casos especiais de assentamentos de reforma agrária e de condições de vida das famílias rurais ameaçadas pela seca no Nordeste – e às medidas para aumentar o acesso à alimentação, especialmente por meio do programa de cartões de alimentação. Outro ponto importante foi o marco institucional, ou seja, pensar o desenho institucional do projeto. Em encontros com o presidente eleito Lula, o Banco Mundial disse que poderá dispor de US$6 a US$10 bilhões para os programas sociais do governo, entre eles o Fome Zero, considerado prioritário. O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), por sua vez, anunciou o montante de US$9 bilhões para programas sociais.

Alguns dos programas já em vigor estabelecem pré-requisitos/contrapartidas a serem cumpridos pelos favorecidos. O Bolsa-Escola é exclusivo para quem tem filho que freqüenta escola. Os pré-requisitos ajudam a limitar o público-alvo. As contrapartidas servem para reduzir o público-alvo no longo prazo. O Fome Zero fugirá desse modelo?

— O Fome Zero sem dúvida terá programas que exigirão contrapartidas, que serão definidas conforme as necessidades locais. O componente local do projeto é um de seus pontos de destaque, por isso a importância da participação dos municípios e da sociedade civil organizada. As contrapartidas poderão ser em forma de freqüência a cursos de alfabetização para adultos, qualificação profissional, serviços à comunidade, enfim, o que mais for adequado à realidade local visando sempre o desenvolvimento e a superação da situação de pobreza.

Há divergências quanto ao número de pessoas que o programa deve alcançar. Qual o número exato?

— O Fome Zero é uma proposta de política de segurança alimentar. Seu objetivo é permitir que todos os brasileiros que vivem em insegurança alimentar, 46 milhões de pessoas, pelos nossos dados, tenham acesso regular à comida, na quantidade e qualidade requeridas pelos parâmetros de saúde. A fome aguda, tipo africana, atinge, em média, 5% da população total. Mas algumas regiões do Brasil, como áreas rurais, têm índices de 7,5%. O Nordeste tem 9,4% da população com fome africana: é muita gente. O conceito de segurança alimentar engloba esses casos extremos, mas abre um leque maior para evitar que contingentes amplos padeçam de subnutrição, vítimas de uma dieta irregular e pobre. O foco do Fome Zero são os 46 milhões em insegurança alimentar. No primeiro ano, pretendemos atingir cerca de 20% desse total.

Qual será o impacto do projeto em relação à produção agrícola brasileira?

— Um dos pilares do projeto é a vinculação da demanda. A vinculação dos gastos à compra de alimentos é um requisito

estrutural do projeto. Queremos gerar um forte indutor de demanda alimentícia no país. A agricultura é um setor com capaciadade de responder rapidamente e o governo pode e deve destinar estímulos ao setor rural. Os incentivos à agricultura familiar não colidem com o fortalecimento da agricultura empresarial. A grande escala gera empregos e exportações. O pequeno agricultor familiar também desempenha um leque de funções relevantes: garante a ocupação soberana do espaço nacional; preserva culturas regionais; defende o meio ambiente e pode se tornar um importante abastecedor de mercados locais. Ao definir o programa de segurança alimentar Fome Zero, como prioridade de seu governo, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva levou em consideração essas afinidades do setor agrícola. A empresa agrícola certamente irá atender à parte da demanda adicional que esse programa deverá gerar nos grandes centros urbanos. Mas no interior do país a intenção é que o Fome Zero promova efeitos multiplicadores na estrutura local de produção. É justamente esse *demand pull*, de corte keynesiano e kalekiano, que afasta esse programa do elenco de ações meramente assistencialistas. A partir dele, pretendemos implantar uma outra lógica de política social.

Alguns estudos mostram que o Brasil gasta quantidade expressiva de recursos em programas sociais. O problema é que apenas uma parcela aplicada chega a seu público-alvo. O resto se perde na burocracia, na fraude etc. Que mecanismos o programa utilizará de modo a superar este problema?

— O primeiro passo é a avaliação dos programas. O atual governo tem diversos programas que não têm um acompanhamento para que se verifique sua eficiência. Só isso já nos impossibilita de dizer quanto de fato chega aos beneficiários e quanto se perde no meio do caminho. Durante a elaboração do Fome Zero, entre 2000 e 2001, levantamos muitas experiências, nacionais e internacionais, que nos apontaram para estratégias específicas para evitar esses problemas. Do mesmo modo, a missão da FAO, BID e Banco Mundial ofereceu recursos e apoio técnico para detalhar a implantação do projeto. Mas o presidente ainda nem tomou posse, então nem tudo está definido. Estamos em fase de estudos.

Alguns críticos do Fome Zero afirmam que ele foi criado a partir do Food Stamp, um programa de décadas atrás, sendo, portanto desatualizado. O senhor vê procedência na afirmação?

— Veja bem, o Fome Zero é um projeto muito amplo, que inclui desde programas de geração de emprego e renda, reforma agrária, previdência universal, passando por ampliação de merenda escolar até modernização dos equipamentos de abastecimento e estoques de segurança. São as tais 25 políticas estruturais, específicas e locais a que me referi no início. O Food Stamp foi tomado como uma das referências para um dos programas específicos, que é o dos cartões de alimentação. Isto posto, posso dizer que o Food Stamp Program foi criado nos EUA na década de 30 e funciona até hoje. É o maior programa de ajuda alimentar do país, chegando a atender a 17,2 milhões de pessoas em 2000. Seu grande mérito é ser um programa focalizado, ou seja, é um dos que mais diretamente contribui com o combate à fome. Por esse sistema, segundo os dados oficiais, as famílias aumentam em média 30% do seu consumo de alimentos, enquanto em programas do tipo renda mínima esse aumento fica entre 5 e 11% apenas. Durante esses mais de 70 anos, ele vem sendo modernizado. O sistema de selos foi substituído pelo de cartões eletrônicos, com os quais se compram produtos previamente definidos em estabelecimentos cadastrados. A lista inclui alimentos mas também sementes e plantas para que os beneficiados produzam alimentos em jardins e hortas caseiras. O sistema de cartões eletrônicos, do tipo dos cartões de crédito, minimiza as possibilidades de fraude e de criação de mercados paralelos. No Brasil, temos experiências traumáticas com o uso de cupons, ou tíquetes em papel. Por esse motivo, pretendemos adotar, sempre que possível, o cartão eletrônico. Conversamos, recentemente, até mesmo, com empresas e especialistas da área que vêm nos trazendo sugestões, propostas e soluções para alguns problemas que são apontados como contra-indicações ao sistema. Mas volto a insistir: uma das chaves do Fome Zero é a vinculação do gasto com a compra de alimentos. Sem isso, o programa perde seu potencial dinamizador da economia.

Não seria recomendável mobilizar as pessoas em favor do programa, a exemplo do Natal sem Fome ou da campanha do Betinho? Este caminho poderia resultar em mobilização política importante, viabilizando recursos para o programa?

— A mobilização política é um dos aspectos mais importantes e um dos benefícios mais duradouros que o projeto pode trazer para a sociedade. Quem diz isso não sou eu, mas um dos mais importantes diretores da FAO, Gustavo Gordillo de Anda. O controle social dos programas é decisivo, principalmente num país com as proporções do nosso. É, por exemplo, em instâncias comunitárias, como conselhos, que se pode fazer uma fiscalização dos gastos ou uma checagem de cadastro. O próprio presidente eleito, em seu primeiro discurso, disse que o combate à fome não pode ser um programa de governo, tem que ser um compromisso de toda a sociedade. A sociedade civil organizada já tem um papel importante no combate à fome. É o caso das iniciativas do Betinho, da dra. Zilda Arns e de milhares de outras. Convocamos essas organizações a manter e ampliar seus trabalhos e também a colaborarem conosco, trazendo idéias e relatando suas experiências. O papel do governo não é substituir essas iniciativas e sim articular todo um conjunto de políticas e programas que visem à superação do problema.

Este mês:

AGROANALYSIS
Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE), co-editada com RC.W Consultores.

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

GRUPO EDITORIAL

Editor: Ivan Wedekin

REDAÇÃO

Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza

Arte: Osvaldo Moreira

Revisão: Fátima Caroni

Editoração: Texto & Contexto

Colaboradores: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Viviane Seda (índice Iabag), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras), Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Gregory Honczar (preços e índices do agronegócio).

Secretaria e apoio administrativo: Lilian Brandão de Figueiredo e Vanessa Martins de Melo

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, tel.: (21) 2559-5623, fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049, e-mail: caique@fgv.br. Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza telefax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757, e-mail: triunvirato@openlink.com.br; São Paulo: Ponto 4 Propaganda Ltda., R. Harmonia, 908, S.Paulo, SP, 05435-000, tel.: (11) 3816-0328, www.ponto4.com.br, e-mail: cassio@ponto4.com.br; amilcar@ponto4.com.br; Rio Grande do Sul – Araré Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423, fax: (51) 337-4262. Brasília (DF) – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 577-3874, e-mail:joaquimbarroncas@ig.com.br.

Circulação/Assinaturas – Bernardo Nunes Chefer – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio. Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039, e-mail: agroanalysis@fgv.br

Pontos de venda: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875

FGV IBRE
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.. (21) 2559-6000

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Diretor-Geral: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade e Sérgio Franklin Quintella.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vionna, Félix Bulhões, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpha de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Nestor Jost.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Governo do Estado da Bahia, Heitor Chagas de Oliveira, João Carlos Rocha (Banco CCF Brasil S.A.), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Lidio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chazil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Oswaldo Mário de Azevedo (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Walber José Chavantes (Associação de Bancos do Estado de São Paulo)

Suplentes: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.), Gilberto Duarte Prado, Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul America Cia. Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda.), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.).

Instituto Brasileiro de Economia

Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-Diretor: Roberto Fendt

Divisão de Gestão de Dados: Rubens Mario Alberto Wachholz

Divisão de Publicações e Eventos: Roberto Fendt

Centro de Estudos Agrícolas: Ignez Vidigal Lopes

Centro de Políticas Sociais: Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos / Gerência Administrativa: Regina Celia Reis de

3 **ABRE ASPAS: JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**

Guarda-chuva social
O Programa Fome Zero quer ao mesmo tempo combater a fome e estimular a produção de alimentos, gerando mais ocupação e renda na agricultura familiar. Essas características o tornam não apenas mais um conjunto de ações meramente assistencialistas, mas um programa de ampla cobertura social, um "guarda-chuva social", nas palavras de seu criador, o professor de economia da Unicamp e assessor de Lula desde 1982 José Graziano da Silva, 53, nosso entrevistado do Abre Aspas deste mês.
REGIS ALIMANDRO

8 **PROGRAMA FOME ZERO**

Prioridade unânime
Um grande desafio reúne a sociedade civil e o governo em torno de uma chance que não pode ficar perdida
FRANCISCO MENEZES

A alvorada da fome zero 11
Lula não quer tornar a economia do Brasil diferente da dos países desenvolvidos mas combater a principal diferença que é a alta desigualdade.
MARCELO CORTES NERI

Fome Zero, imposto zero 13
Os governos precisam deixar de ser sócios famintos de um prato de comida
IVAN WEDEKIN e PAULO RABELLO DE CASTRO

Da renda mínima à renda básica 15
Evoluem os instrumentos de combate à pobreza e resgate da cidadania
EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

22 **O AGRONEGÓCIO E O NOVO GOVERNO**

Açúcar e álcool:
Aposta na versatilidade 23
A cana-de-açúcar pode fornecer o passaporte do Brasil para o mundo dos países desenvolvidos
EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO

Algodão: Potencial desperdiçado 25
A cotonicultura brasileira merece condições sustentáveis de expansão que consigam evitar nova quebra
HÉLIO TOLLINI

Arroz: Quase auto-suficiência 27
Medidas favoráveis ao setor viriam ao encontro das metas do Projeto Fome Zero do próximo governo
ANDRÉ B. BARRETO

Aves: Tempo de equilíbrio 30
As perspectivas para o setor mostram custos pressionados no ano que vem
IVAN PUPO LAUANDOS

Bovinos: Bons resultados 32
A pecuária brasileira transforma investimentos e pesquisa em crescimento e divisas
PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA

Café: Momento oportuno 36
O setor brasileiro de café precisa definir seus objetivos e efetivar as medidas capazes de realizá-los
FRANCISCO OURIQUE

Cítricos: Negócio consistente 38
Pesquisa e políticas adequadas podem garantir e ampliar a presença do Brasil no mercado de citros
ADEMERVAL GARCIA

Frutas: Imagem Brasil 41
Exportar mais exige novas estratégias de marketing, além de conhecer melhor os clientes lá fora
MALU EMEDIATO

Fumo: Boas perspectivas 42
Setor fumageiro otimista com o novo presidente
MARIA LUIZA NUNES

Mandioca: Raiz de respeito 43
In natura ou como fécula, um produto de muitas utilidades, sobretudo em indústrias alimentícias e têxteis
CHIGERU FUKUDA

Leite: Terra prometida 46
Cresce a venda de produtos lácteos de multinacionais radicadas no Brasil para suas partes de outros países
VICENTE NOGUEIRA NETTO et al.

Milho: Grão de ouro 52
Mesmo em tempos de forte intervenção governamental, o mercado de milho sempre carece de liquidez
LUIZ ANTONIO PINAZZA e REGIS ALIMANDRO

Soja: Em plena expansão 55
O complexo soja ocupa 13% das exportações brasileiras, apesar dos problemas tributários, logísticos ou comerciais
CARLO LOVATELLI

Suínos: Oportunidades e desafios 57
Os fatores de crise no setor não se limitam a oferta e demanda, mas permeiam a cadeia produtiva
FERNANDO ANTONIO PEREIRA

Trigo: Competição difícil 60
O Brasil está na posição de mercado cativo da Argentina, que vende mais de 95% das importações anuais
ROLAND GUTH

62 **PREÇOS AGRÍCOLAS**

Reflexos da crise
À exceção do trigo, o principal fator de elevação dos preços agrícolas domésticos foi mesmo a desvalorização cambial.
GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE

68 **MERCADOS FUTUROS**

A formação da taxa de CPR
A liquidação financeira de CPR liga o mercado agropecuário e outros tipicamente financeiros
GERALDO DE CAMARGO BARROS et al.

72 **CIÊNCIA & TECNOLOGIA**

Escola de competitividade
O fortalecimento de *clusters* no agronegócio favorece o aumento sustentável das exportações
ELISIO CONTINI e RUY DE ARAÚJO CALDAS

74 **OFERTA & DEMANDA**

Mercado internacional de carnes, 1998 a 2003
LUIZ ANTONIO PINAZZA

77 **ESTATÍSTICAS**

Preços e índices do agronegócio
GREGORY HONCZAR

78 **TENDÊNCIAS**

Cotações de café devem subir
Continua muito forte a demanda dos exportadores brasileiros por cafés de melhor qualidade
CARLOS COGO, L. A PINAZZA, G. HONCZAR e R. ALIMANDRO

82 **DIÁRIO DE BORDO**

A torcida
Para o Brasil o 1° de janeiro de 2003 tem um profundo sentido de mudança. Vai assumir a Presidência da República um líder da oposição brasileira, da esquerda, alguém que viveu 20 anos condenando o modelo de desenvolvimento escolhido pelos governantes. Lula, eleito em sua quarta disputa pela presidência, representa uma vigorosa troca de rumos.
ROBERTO RODRIGUES

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

Um sonho à frente de nosso tempo

Em outubro o mundo comemorou o Dia Mundial da Alimentação. Mas há pouco a festejar. O relatório apresentado pela FAO, como um dos elementos do evento, mostra que os esforços dos países com o objetivo de reduzir à metade o problema da fome no mundo até 2015 estão praticamente paralisados. O relatório intitulado "A insegurança e a fome no mundo no ano de 2002" culpa a pobreza, as guerras e a indiferença política dos países ricos. Os números apontados pela FAO são dramáticos. Um sexto da população do planeta está subnutrido. São 800 milhões de pessoas que passam fome e cerca de 25 mil mortes por dia em decorrência disso. Como seria de esperar, são as crianças as maiores vítimas. Seis milhões de crianças menores de cinco anos morrem a cada ano, em razão da pobreza, da fome e de doenças provocadas ou agravadas por suas condições de vida, como diarréia e enfermidades contagiosas.

Felizmente, o problema é menos grave e muito diferente no Brasil do que em países muito pobres da Ásia ou da África. Ainda assim, um em cada três brasileiros é desnutrido, conforme as contas da FAO.

O documento da FAO ressalta ainda que a fome não resulta da escassez de alimentos, embora tenda a ser mais grave em regiões atingidas por conflitos armados e por enchentes ou secas. Não é, portanto, uma manifestação das teses de Malthus. O avanço da produtividade agrícola no mundo tem acontecido acelerada e consistentemente, de modo a afastar qualquer temor de escassez generalizada de alimentos no mundo. Mas se a pesquisa agronômica resolveu a questão da produtividade, nada foi feito de mais efetivo para resolver os problemas de pobreza crônica e de escassez localizada da produção. Boa parte dos países apontados pelo mapa da FAO é africana, onde fatores como pobreza, intempéries climáticas, conflitos armados e desorganização política se fazem presentes de forma especialmente desastrosa para as populações mais pobres.

É cruel observar que, do outro lado da questão, nos países desenvolvidos, é justo a abundância de alimentos que leva os governos a desembolsar centenas de bilhões de dólares para assegurar o bem-estar de suas populações rurais e urbanas. Estudos demonstram que seriam significativos os ganhos para países exportadores agrícolas como o Brasil se o mundo desenvolvido liberalizasse o comércio externo. É um desafio. Outro ainda maior é a solução da fome no mundo, problema cuja gravidade deveria ser suficiente para atrair a atenção e o empenho dos governos dos países líderes mundiais. Hoje, chega a ser ingênuo imaginar, mas os dois desafios poderiam compor uma solução única, global. É um sonho. Mas isso está à frente de nosso tempo.

Este texto, escrito para a edição de outubro e não publicado, estava pronto antes mesmo da eleição presidencial no Brasil. Quando todos esperavam a indicação de nomes para os postos-chave do governo, o presidente eleito declarou que a prioridade de seu governo será o combate à fome e à pobreza no Brasil. Isto, que já teve e terá muito mais repercussão internacional, está longe de viabilizar a realização do sonho acima descrito. Mas é um fato extremamente importante. O presidente de uma das maiores democracias do mundo quer erradicar a fome em seu país. Por enquanto, é um sonho também. Mas temos todos a oportunidade de persegui-lo juntos.

Tudo isso determinou a escolha dos especiais do mês: a análise do Programa Fome Zero e O agronegócio e o novo governo.

* * *

Foi com muita alegria e forte expectativa positiva que recebemos a notícia da nomeação de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura. Há anos, Roberto ocupa a última página de nossas edições, garantindo qualidade e originalidade àquele espaço. Mas o desafio agora é maior. Não maior porém do que a capacidade de trabalho, a liderança e o empenho que Roberto já demonstrou em tantos desafios que sua vida lhe trouxe. Saúde e sorte, amigo.

* * *

Esta edição de AgroanalysiS excepcionalmente circula com mês de capa dezembro 2002/janeiro 2003, com maior número de páginas que o habitual. A decisão, por sua vez, não trará qualquer prejuízo aos assinantes da revista. Todos receberão uma edição a mais do que o contratado até dezembro de 2002.

Para mais esclarecimentos, disponibilizamos os telefones de nosso Departamento de Asssinaturas: 0800-257788 ou (21) 2559-6040.

Prioridade unânime

Um grande desafio reúne a sociedade civil e o governo em torno de uma chance que não pode ficar perdida

FRANCISCO MENEZES



O Projeto Fome Zero, elaborado pelo Instituto da Cidadania e adotado pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva como proposta para enfrentar o problema da fome e da insegurança alimentar no país, ganhou especial significado quando o novo presidente afirmou, em seu primeiro discurso já na condição de eleito, a prioridade do combate à fome.

Não é pequena a dimensão do desafio. A fome no Brasil, problema secular, representa para o senso comum uma predestinação contra a qual pouco se pode fazer. Daí a importância de o novo presidente – com uma história de vida associada a essa questão – tomar para si tamanho compromisso.

O Fome Zero expressa a não-aceitação dessa *fatalidade* e a afirmação de que é possível erradicar a fome e reduzir drasticamente a desnutrição no país. Alguns pressupostos devem ser observados, para que se possa definir a estratégia a ser seguida diante desse desafio histórico. O primeiro é a compreensão das causas da fome e da desnutrição no Brasil. A fome não decorre de uma incapacidade de oferta de alimentos para a parcela da população que se vê privada de alimentar-se regularmente e em quantidade suficiente. Ela é resultado da falta de acesso aos alimentos, seja por não se dispor de renda suficiente para adquiri-los ou por não se ter acesso aos recursos produtivos necessários para produzir a própria alimentação. A desnutri-

ção tem como causa principal essa mesma falta de acesso aos alimentos, mas implica outros determinantes – inadequação do padrão alimentar praticado, hábitos alimentares incorretos e falta de informação. O quadro de fome e desnutrição que o Brasil apresenta configura uma situação grave de insegurança alimentar, com conseqüências diversas no campo da saúde, da capacidade para o aprendizado e o trabalho, afora outros desajustes sociais.

O que é o Fome Zero

O Brasil tem se notabilizado em diferentes fóruns internacionais na conceituação da segurança alimentar, pela riqueza de sua compreensão sobre a questão. Fazendo uso de toda a formulação acumulada, no Fome Zero afirma-se que "segurança alimentar e nutricional é a condição em que está garantido o direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis". Ressalta ainda que "todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar". Dessa compreensão da questão, emergem duas características importantes que terão conseqüências práticas no enfrentamento da insegurança alimentar no país. A primeira delas está na abrangência do conceito, comportando as diferentes áreas que uma política voltada para a alimentação deve contemplar. A segunda está na intersetorialidade que deve ser garantida entre essas áreas.

Antes de discutir os desdobramentos resultantes dessa compreensão, cabe realizar uma breve digressão sobre outro pressuposto considerado no Fome Zero. A causa maior da insegurança alimentar no Brasil, que tem na fome a manifestação mais dura dessa condição, é a incapacidade de acesso aos alimentos pelas camadas economicamente mais vulneráveis da população. Essa incapacidade somente será corrigida de maneira definitiva com reformas estruturais, que interrompam os mecanismos de geração contínua de exclusão. No caso brasileiro, diferentes estudos demonstram com clareza que esse processo terá que passar por severa redução dos níveis de desigualdade encontrados em nossa sociedade, o que implica medidas imediatas, mas cujos resultados levam tempos diferenciados para se manifestar, alguns com retorno apenas no longo prazo. Considere-se, também, o difícil contexto internacional, comprometendo a efetividade dessas políticas.

Isto significa que, ao lado de políticas de emprego e renda, de acesso amplo aos recursos produtivos e à educação, entre outras, será preciso gerar políticas e aplicar programas emergenciais que possibilitem resultados imediatos. Não poderia ser diferente, diante do risco de o país continuar assistindo ao sacrifício de segmentos importantes de sua população, privados do direito à alimentação, com conseqüências que comprometem sua própria condição de cidadania. Inexiste incompatibilidade entre reformas estruturais e políticas emergenciais, quando as últimas são colocadas a serviço das primeiras, fazendo-se sempre acompanhar de iniciativas de promoção da cidadania.



Na definição das primeiras medidas a serem tomadas, é importante reconhecer que não se está começando do nada. Ao contrário, seguindo a mesma tendência de liderança do país em termos da formulação sobre o tema, são inúmeros os programas e iniciativas já em prática, que revelam a forte criatividade brasileira para romper o mero assistencialismo, gerador de dependência e manipulação política dos mais fragilizados em nossa sociedade. Ledo engano o daqueles que prevêem que tudo que foi praticado nos últimos oito anos será descontinuado. Ao contrário, todos os programas que provaram sua efetividade serão aprofundados. A correção principal a ser feita será romper com a fragmentação na execução dessas políticas e de outras que venham a ser definidas e, ao mesmo tempo, fazer exercer a prioridade principal em sua implementação pelo novo governo.

A identificação e correta execução do conjunto de políticas a serem aplicadas são essenciais ao êxito do objetivo do projeto. Da mesma maneira, serão necessárias intransigente vontade política contra as dificuldades e intensa mobilização social.

A identificação e correta execução do conjunto de políticas a serem aplicadas são elementos essenciais ao êxito do objetivo de erradicar a fome e alcançar as condições de segurança alimentar no país. Da mesma maneira, será necessária intransigente vontade política contra as dificuldades que se

apresentarão. Mas esse desafio impõe ainda outra exigência: a intensa mobilização social, seja para construir com o novo governo aquelas políticas, seja para exercer o controle social necessário sobre suas aplicações, seja para respaldar a vontade política já assinalada ou ainda para fazer chegar aos rincões mais distantes e inacessíveis, onde se aloja a pobreza mais extrema, os braços de sua ação organizada.

O enfrentamento da insegurança alimentar supõe a abrangência do conceito, comportando as diferentes áreas que uma política voltada para a alimentação deve contemplar e a intersetorialidade que deve ser garantida entre essas áreas.

Papel do Consea

A importância atribuída ao papel da sociedade civil organizada ficou clara desde a decisão de recriar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Esse conselho havia existido no país entre 1993 e 1994, representando a primeira e única experiência em que a questão alimentar foi conduzida pela ação articulada do governo – através de 11 ministérios – e de representação majoritária da sociedade civil. Naquele momento, ocorrido logo após o *impeachment* do ex-presidente Collor, o enfrentamento do problema da fome foi reconhecido como a tarefa imediata, após a resolução do impasse político de um governo que já não reunia mais as condições para se sustentar no poder. Foi o tempo também da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida. Através de milhares de comitês espalhados pelo país inteiro, esse movimento colocou a questão do combate à fome na ordem do dia e, pela primeira vez, conseguiu despertar um sentimento de indignação na sociedade, rejeitando a idéia de que a calamidade da fome seria o resultado de uma condição natural e inevitável. O momento maior dessa mobilização ocorreu em julho de 1994, com a realização, em Brasília, da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Com cerca de 2 mil delegados representando todas as regiões do país, definiram-se as premissas básicas para uma política nacional de segurança alimentar que depois viriam a constituir o documento fundamental para o avanço das formulações sobre o tema. Alguns meses depois, a experiência do Consea foi interrompida, com a posse do governo então eleito.

No essencial, o novo Consea mantém a configuração da experiência anterior. Mas, aproveitando o aprendizado do passado, avança em algumas de suas definições. A representação da sociedade não será designada pelo presidente da República, mas escolhida entre as redes e fóruns diretamente envolvidos com o tema. Deverá se constituir também, seguindo o mesmo critério, a representação empresarial. O conselho terá a atribuição de definir as diretrizes das políticas a serem seguidas. Prevê-se ainda, no âmbito do Consea, a criação de câmaras temáticas mistas (governo e sociedade) com responsabilidade de aprofundar estudos e elaborar propostas a serem deliberadas pelos conselheiros. Paralela ao Consea, constitui-se a Secretaria de Segurança Alimentar e de Erradicação da Fome[1], responsável pela coordenação e articulação das ações de governo vinculadas aos objetivos do Projeto Fome Zero. O Consea fica portanto ligado à Casa Civil e a secretaria vinculada diretamente à Presidência da República, o que confirma, de um lado, a prioridade do objetivo de erradicação da fome e, de outro, a compreensão da intersetorialidade do tema, não permitindo seu isolamento em um ministério específico.

É evidente a importância atribuída às organizações da sociedade civil que trabalham com o tema no novo desenho institucional. Mas é importante que a preocupação com essa participação não se esgote nas esferas mais elevadas de decisão. O enfrentamento da fome e da insegurança alimentar se dá, de fato, no plano local, e é aí que se definirá o êxito ou a frustração das grandes expectativas do país. Diferente daquilo que foi experimentado no período de maior mobilização contra a fome, nos anos 90, as ações agora serão muito mais vinculadas a parcerias entre o setor público e as organizações da sociedade civil, quanto à aplicação de políticas e seu monitoramento. Certamente, não haverá fórmula única para a articulação e mobilização das sociedades locais. Deve ser potenciada ou tornada efetiva a ação de conselhos e comissões já criadas, embora alguns tenham tido vida apenas formal; um exemplo: os conselhos municipais de desenvolvimento rural e as comissões de alimentação escolar. E, onde o grau de organização social for muito precário, que se fortaleçam iniciativas já de grande força de atuação, como é o caso da Pastoral da Criança. Todas essas possibilidades em direta conexão com as redes e demais representações da sociedade civil estão presentes no Consea.

O desafio está posto. O ânimo é incomum. A chance não pode ser perdida.

Nota

[1] No momento da elaboração desse texto, o nome definitivo da secretaria ainda não estava decidido.

Francisco Menezes *é diretor de programas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e coordenador do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Participou da elaboração do Projeto Fome Zero.*
chico@ibase.br

A alvorada da fome zero

Lula não quer tornar a economia do Brasil diferente da dos países desenvolvidos mas combater a principal diferença que é a alta desigualdade

MARCELO CORTES NERI

A alvorada do governo Lula da Silva trouxe algumas surpresas. Talvez a maior delas tenha sido que a surpresa não se originou na área macroeconômica, mas na área social. Lula parece não querer tornar o Brasil diferente dos países desenvolvidos no campo econômico, pelo contrário, suas ações visam tornar o país mais parecido, combatendo a nossa principal diferença que é a desigualdade. O Projeto Fome Zero é a prioridade de Lula, como o Plano Real foi nos idos da era FHC. Lula busca dar um choque na miséria, comparável ao dado pelo Plano Real na inflação pouco antes da alvorada do governo FHC.

O Brasil foi o recordista mundial de inflação no período 1960-95, superando inclusive a Argentina, nossa eterna rival nesse campo. Uma das principais causas da goleada brasileira é nossa crônica capacidade de acomodar conflitos. Cada agente, na tentativa de se defender da inflação através do reajuste periódico e automático de sua respectiva renda, acabava por perpetuar a inflação de todos. Esta é a essência da inércia inflacionária.

Agora estamos desde pelo menos os anos 60 no pódio do campeonato mundial da desigualdade de renda. O que impressiona em nossas séries históricas é não só o nível, mas a persistência da desigualdade de renda. A inércia da iniqüidade brasileira é muito mais forte do que a da inflação. A inflação inercial era um fenômeno de bases anuais, enquanto a desigualdade inercial se transmite ao longo de gerações.

Como na luta contra a inflação, é preciso desindexar a desigualdade, romper com o passado usando políticas de renda. Como quando se concede maiores reajustes dos benefícios sociais para os mais pobres. É verdade ainda que a adoção de políticas de renda, por si, não resolve nem os fundamentos da estabilidade, nem os da eqüidade. O que vai determinar em última instância a estabilidade de preços são políticas fiscal e externa equilibradas ao longo do tempo. Da mesma forma que mudanças sustentáveis da distribuição de renda exigem alterações na distribuição da riqueza.

A adoção de políticas de renda pode acelerar o processo, o que é mais crucial no caso da desigualdade do que no da inflação. O processo de redistribuição de riqueza opera de forma lenta. Por exemplo, o investimento em educação, principal determinante observável das disparidades de renda, demora décadas para maturar. O papel acelerador das transferências de renda deve ser combinado com o uso de incentivos à acumulação de capital pelos pobres, para que a direção dos novos fluxos renda seja consistente com a situação desejada para os estoques no longo prazo. O Bolsa-Escola procura fazer justamente isso em relação ao capital humano.

Podemos agrupar as propostas de políticas de renda embutidas no Projeto Fome Zero em três vertentes: a) distribuição de tíquetes-alimentação; b) renda universal de Suplicy; c) o Bolsa-Escola aplicado em Brasília por Cristovam Buarque e hoje difundido pelo país no âmbito do Projeto Alvorada. Essas propostas podem ser contrastadas por critérios variados como público-alvo, condicionalidades impostas, modalidades dos benefícios, entre outros.

Segundo os livros-texto de economia, transferências de

renda são melhores que transferências em espécie, pela liberdade do indivíduo para escolher que necessidades satisfazer, incluindo a de prover recursos para o futuro. Nesse sentido, renda universal e bolsa-escola seriam superiores a tíquetes-alimentação. A restrição imposta por transferências em bens só fará sentido se acreditarmos na incapacidade dos pobres de fazer escolhas, como na imagem do pai transformando em cachaça o leitinho das crianças. Já o Bolsa-Escola elege as mães como recipientes do programa, apostando na maior educação e altruísmo femininos.

As principais diferenças entre renda universal e bolsa-escola estão no foco e nos condicionantes dos programas. Suplicy persegue, com admirável perseverança, a universalidade incondicional, conferindo renda a todos brasileiros. Uma das vantagens da universalização é eliminar efeitos colaterais do programa sobre a disposição ao trabalho e à informalidade, tornando-o menos distorcivo e simples, porém mais caro.

Já o Bolsa-Escola foca as transferências em famílias com crianças e adolescentes condicionados à freqüência escolar. A estratégia de abrir as comportas do helicóptero do orçamento social sobre as escolas revela grande capacidade de atingir os pobres e induzi-los a tomar decisões que os farão menos miseráveis no futuro, uma vez que o público infanto-juvenil é um grande bolsão de miséria e a educação um grande investimento social.

Lula parece não querer tornar o Brasil diferente dos países desenvolvidos no campo econômico, pelo contrário, suas ações visam tornar o país mais parecido, combatendo a nossa principal diferença que é a desigualdade.

Os bons resultados sociais não são baixados por decreto, mas são construídos em conjunto pelos diversos atores sociais atuando a partir de interesses próprios. Cabe ao Estado atuar no tecido social como provedor de motivações corretas, para que ações proveitosas sejam tomadas individualmente, como faz o Programa Bolsa-Escola. Diversas falhas de mercado justificam a correção de incentivos imposta pelo Bolsa-Escola, como a existência de restrições ao crédito, retornos crescentes e de externalidades na educação. Essas imperfeições inibem o pobre de investir no futuro, seu e da sociedade, uma vez que a luta pela sobrevivência imediata goza de natural prioridade.

Em suma, dada a longa defasagem temporal envolvida no ataque à desigualdade, o que um governo pode fazer, além de propiciar aumento dos ativos produtivos dos pobres, é adotar políticas de renda socialmente inteligentes que acelerem esse processo.

Procurei deixar clara minha opinião de distribuir bolsas condicionadas – mesmo para aqueles em idade ativa –, em vez de cestas básicas ou cupons incondicionais. Acho que a liberdade de escolha do pobre no consumo deve ser preservada. Se a idéia é fomentar a produção agrícola, que se façam políticas de oferta de apoio aos produtores e não uma reserva de mercado que cerceia o consumo do pobre. Ninguém sabe responder melhor do que o próprio à pergunta: você tem fome de quê? A resposta pode ser comida, mas também pode ser remédio ou material escolar. Se me perguntassem se eu gostaria de trocar os meus tíquetes-alimentação por dinheiro – sem deságio – eu aceitaria na hora. Acho que todos deveriam se fazer essa pergunta. O miserável, mais do que outros, precisa poder – me perdoem o uso da palavra – otimizar o uso de seus parcos recursos disponíveis.

Finalmente, eu gostaria de responder à demanda do editor da AGROANALYSIS, Regis Alimandro, e emitir minha opinião sobre qual seria a maior rede de distribuição para o combate à fome. Uma crítica que se tem feito à generalização, ora em curso, do Bolsa-Escola no âmbito do Projeto Alvorada é o baixo valor unitário percebido: R$15 por criança, sujeito ao teto de R$45 por família. Entretanto, em termos de formação de um cadastro de beneficiários do programa, um baixo valor é tudo o que se precisa para minorar os riscos de que falsos pobres abocanhem recursos do programa. Uma vez consolidado o cadastro, o foco dos recursos envolvidos no aumento do valor do benefício seria mais certeiro.

Na minha opinião os cadastros do Alvorada, agora consolidados através do Cadastro Social Único, são a melhor listagem operacional de miseráveis hoje disponível no país. Um dado revelador da seriedade dos critérios técnicos aplicados no Alvorada é que um dos três estados do Brasil não contemplados pelo Alvorada é o Rio de Janeiro, terra de Wanda Engel, a responsável pelo programa. Por que o Rio foi excluído do Alvorada? Resposta: porque nenhum município se encontra no critério de elegibilidade proposto que corresponde a municípios com índice de desenvolvimento humano abaixo de 0,5.

Na verdade, acredito que a maior contribuição do governo Fernando Henrique ao combate à fome no Brasil foi gerar a rede de distribuição de recursos do Alvorada. A rede está operando, um pouco tardiamente, mas está lá. É uma rede de beneficiários pobres situados nos municípios mais pobres do país. A rede chega aos pobres através dos cartões magnéticos emitidos pela Caixa Econômica Federal, instituição, juntamente com o Banco do Brasil, com a maior capilaridade nos grotões de miséria brasileiros.

No topo da minha lista de prioridades de ações sociais, a principal seria preservar a rede de distribuição do Alvorada, não apenas porque o custo de instalação já foi incorrido mas por encarnar reais possibilidades para chegarmos ao fim da fome brasileira. Temos um longo dia pela frente, mas já passamos da alvorada da fome zero.

MARCELO CORTES NERI *é chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV.*
mcneri@fgv.br

Fome Zero, imposto zero

Os governos precisam deixar de ser sócios famintos de um prato de comida

IVAN WEDEKIN
PAULO RABELLO DE CASTRO

A cada eleição a generosa população brasileira se enche de esperança. O próximo presidente da República teve 61% da preferência dos eleitores e 53 milhões de votos. Os governadores recém-eleitos mereceram 46,8 milhões de votos. Parafraseando Gilberto Gil, a eles "é chegada a hora de escrever e cantar", mas não "as derradeiras noites de luar" e, sim, uma nova maneira de governar e tributar.

O futuro presidente agiu rápido. Na sua primeira fala à nação lançou como prioridade o combate à fome. Mas polêmicas à parte, o Projeto Fome Zero passa ao largo de um problema *dinossáurico* da sociedade brasileira: a tributação da cesta básica. Todos se dizem a favor de isentar, mas nenhum governo, até o momento, tratou com seriedade e abrangência a desoneração da cesta básica alimentar. É chegada a hora de legislar em benefício dos mais pobres. Os governos precisam deixar de ser sócios famintos de um prato de comida.

A atual política tributária nacional onera os produtos alimentícios com um elevado número de gravames, de diferentes naturezas e competências. A elevação de custos, a sonegação (sempre associada à redução da qualidade do alimento), a distorção no emprego de recursos produtivos e a renúncia fiscal atingem, direta e imediatamente, as empresas, os governos e o consumidor final.

Mais terrível fica o efeito social negativo quando se considera o caráter regressivo da tributação: os pobres acabam pagando



mais impostos, devido ao alto grau de essencialidade dos produtos alimentícios e ao maior peso relativo da cesta alimentar nos gastos das camadas de rendas mais baixas.

A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia) identificou que a carga tributária sobre os alimentos industrializados no Brasil é de 34,7%. A tributação é muito superior à de países com renda *per capita* mais elevada, como Alemanha (7%), França (5,5%) e Inglaterra (0%), onde os alimentos são tratados com regimes especiais de tributação, com significativas reduções em relação às alíquotas-padrão.

Mais terrível fica o efeito social negativo quando se considera o caráter regressivo da tributação: os pobres acabam pagando mais impostos, devido ao alto grau de essencialidade dos produtos alimentícios e ao maior peso relativo da cesta alimentar nos gastos das camadas de rendas mais baixas.

Nas empresas, os impostos representam uma parcela preponderante do valor agregado, medido pela diferença entre o valor da receita bruta e os gastos com aquisição de matéria-prima e serviços de terceiros. Na Perdigão, por exemplo, o valor agregado, em 2001, alcançou R$931 milhões; porém, nada menos que 36% destinados ao pagamento de impostos.

As maiores distorções da política tributária advêm do ICMS e dos tributos federais cumulativos. Segundo o Ipea, a participação dos tributos cumulativos na carga total – como o PIS, a Cofins e a CPMF – passou de 5% em 1980, para quase 18% em 2000. Como porcentagem do PIB, o salto foi de 1,5% para 5,7% no período. Atualmente, os tributos cumulativos representam, por exemplo, 7,1% do valor da cadeia produtiva da carne bovina, muito acima da margem líquida dessa indústria. Vive-se no Brasil para pagar impostos!

A cesta básica não escapa à tributação cumulativa e, no campo do ICMS, vem merecendo um tratamento especial através de convênios. Contudo, ainda que alguns estados queiram favorecer os mais pobres, a Constituição impede que a alíquota seja inferior a 7%, a menor alíquota vigente nas transações interestaduais. Além disso, as cestas básicas estaduais não são equilibradas nutricionalmente, abrigando grandes distorções em sua composição, que em alguns estados chega a incluir até madeira como comestível!

As propostas de tributação com base no critério da essencialidade ainda não sensibilizaram os representantes populares e o poder público. No entanto, a defesa do desgravamento dos impostos nos preços dos alimentos assenta-se em bases sólidas. Inúmeros estudos, inclusive do próprio governo, indicam o seu elevado impacto social:

- aumento de 11% no valor *real* do salário mínimo;
- crescimento de 8% na renda *real* das famílias, na faixa abaixo de dois salários mínimos;
- redução significativa do número de indigentes;
- aumento da ingestão calórica de boa parte da população.

Além disso, com a desoneração da cesta básica será possível limitar o aumento nominal do salário mínimo, evitando problemas adicionais nas contas da Previdência Social. Ou seja, desgravar a cesta básica é o modo mais inteligente de produzir aumentos reais de salários e saúde.

A desoneração definitiva da cesta básica do brasileiro deverá vir com a reforma tributária. Mas, enquanto esta não vem, a desoneração do ICMS, em caráter emergencial, pode ser negociada entre os governos federal e estadual e o Congresso Nacional. Um dos caminhos é aprovar por maioria absoluta uma resolução do Senado Federal, a partir de proposta formalizada pelo presidente da República ou por um terço dos senadores.

Tal resolução baixaria a alíquota interestadual do ICMS para, digamos, 2%, permitindo aos estados interessados no bem-estar de sua população mais pobre aplicar essa alíquota sobre os produtos da cesta básica. Outra alternativa seria a aprovação unânime da idéia, pelas 27 unidades da Federação, junto ao Confaz. Em qualquer hipótese, a cesta básica deve ser técnica e nutricionalmente definida.

Na hipótese de redução da alíquota para 2%, o Ipea estima que o custo da desoneração da cesta básica representaria apenas 2,6% da arrecadação total de ICMS do Brasil, sendo 5,3% no Nordeste e 1,2% no Sudeste. Aqui está o ponto central da resistência à desoneração através de um círculo vicioso: os estados mais pobres são os que mais dependem da tributação dos bens essenciais; portanto não querem desonerar sem compensação.

Recomenda-se a criação de um fundo de compensação para a perda de receita dos estados mais prejudicados. O custo da desoneração, nas contas do Ipea, é de R$2,4 bilhões. Por que não usar uma parte do *imposto do cheque* (a CPMF, que arrecadou R$17 bilhões em 2001) para combater a fome? Afinal, saúde e alimentação são lados da mesma moeda. Parodiando o poeta, "essa conta vale a pena, se a alma política não for pequena".

Artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, p. B 2, 13 nov.2002.

Ivan Wedekin, *é sócio-diretor da RC.W Consultores e diretor do Instituto de Estudos de Agribusiness da Abag.* ivan@rcwconsultores.com.br

Paulo Rabello de Castro, *doutor em economia pela Universidade de Chicago (EUA), é vice-presidente do Instituto Atlântico (RJ).* paulo@rcconsultores.com.br

Da renda mínima à renda básica

Evoluem os instrumentos de combate à pobreza e resgate da cidadania

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

Existem, dentro de cada um de nós, valores éticos muito importantes, valores cívicos, valores de identidade, de bem-estar e de fé, que precisam ser levados em conta por governos e por todos os segmentos da sociedade.

Esses valores são muito relevantes para a humanidade. Foram responsáveis pelas grandes transformações havidas na história. Valores como os que estimularam tantos brasileiros a seguir Antônio Conselheiro em Canudos. Que inspiraram escritores, como Machado de Assis ou Gabriel García Márquez, ou poetas como Pablo Neruda ou Castro Alves, a escrever obras de imenso significado humano e social. Que iluminaram Mahatma Ghandi, ao liderar seu povo na conquista da independência da Índia. Valores que caracterizaram a longa jornada de Nelson Mandela e seu povo para acabar com o *apartheid* na África do Sul. Que levaram milhões de brasileiros às ruas, em 1984, na campanha por eleições diretas. Valores que novamente instigaram o povo, sobretudo os jovens *caras-pintadas*, na campanha por Ética na Política, em 1992, que acabou resultando na queda do presidente da República, que quebrara seus compromissos com a nação.

A renda mínima no Brasil

No quarto final do século XIX, desenvolveu-se em Canudos, município localizado no estado da Bahia, Nordeste do Brasil, uma verdadeira organização social, econômica e política, criada sob um complexo sistema religioso, tendo como líder Antônio Conselheiro. Essa comunidade desenvolveu "uma concepção de trabalho mutualista, cooperativo, solidário". Em Canudos, que chegou a ter 24 mil pessoas e 5.200 habitações, experimentou-se um tipo de poder sociomístico, religioso, assistencial, comunitário, que se inspirou na "fraternidade igualitária do comunismo cristão primitivo", em que a fome era ausente. "Eles trabalhavam em conjunto. Ninguém tinha nada. Todo mundo fazia roça, todo mundo trabalhava. Colheu... Toma o seu... Toma o seu. Ninguém ficava com menos ou com mais." Conselheiro fora leitor de Thomas More e suas experiências eram semelhantes às dos socialistas utópicos Fourier e Owen. Canudos foi dizimada por forças do Exército brasileiro e Antônio Conselheiro teve a cabeça decepada em 1897.

Posteriormente, o professor de geografia humana Josué de Castro, no final dos anos 1940, causou bastante impacto com a expressão que era título de seu livro: *A geografia da fome*. Essa original combinação de palavras significava uma nova maneira de estudo da ocorrência da fome, usando-se métodos geográficos. Criava-se ali uma geografia, não das grandezas humanas, nem das riquezas naturais de nosso país, mas uma geografia de suas misérias. A fome talvez seja a mais perigosa das forças políticas, e a miséria a causa fundamental de tantas revoltas[1]. Numa época em que os economistas neomalthusianos propunham como solução da fome a redução das taxas de natalidade, o livro de Josué de Castro propunha um aumento da produção de alimento e chamava a atenção para o fato de que o índice de natalidade é mais alto entre os malnutridos e mais baixo entre os bem alimentados, abaixo até do nível de equilíbrio, mesmo levando-se em conta que os índices de mortalidade

nessas camadas é bem menor. Há, claro, os aspectos econômicos e culturais que influenciam as taxas demográficas, e uma maneira de se obter índices harmoniosos de crescimento demográfico é a melhoria da dieta, a elevação dos padrões de vida e de educação nos países com altos índices de natalidade, entre outras proposições sociais.

Esse livro foi seguido de outro, *Geopolítica da fome*, em 1951, em que Josué de Castro estende seus estudos às questões da fome no mundo. Ele acreditava que não era uma utopia a eliminação da fome no planeta, desde que se procedesse a um ajuste do homem à terra e a uma melhor distribuição dos bens produzidos pela humanidade. Afirmava que dos resultados dessa luta dependia até mesmo a sobrevivência da civilização. Achava imprescindível que se elevassem os padrões de vida das populações mais pobres e apresentou algumas proposições que fundamentam o direito a uma renda mínima garantida.

Coube ao economista Antonio Maria da Silveira escrever, em 1975, a primeira proposta de garantia de renda mínima para o Brasil, em *Moeda e redistribuição da renda*. Era sua proposição que a injeção de nova moeda na economia pelo governo fosse feita por meio das mãos dos que menos têm. Criticando a ineficácia dos métodos até então adotados para combater a pobreza, Silveira sugeriu que ela fosse atacada diretamente por meio do imposto de renda negativo.

Muitas foram as discussões em torno dessa proposta até que, em 17 de abril de 1991, apresentei o projeto de lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima. No projeto está previsto que todos os homens ou mulheres com 25 anos ou mais, com renda mensal abaixo de R$450,00, terão direito a receber um complemento de renda igual a 30% (ou até 50%, dependendo da disponibilidade de recursos e da evolução do programa) da diferença entre esse valor e sua renda pessoal. Em 16 de dezembro de 1991, após quatro horas de debates, o Senado brasileiro aprovou a proposição com voto favorável de todos os partidos. Apenas quatro senadores, num universo de 81, se abstiveram. Nesse dia, o líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), hoje presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, se referiu à proposta como uma utopia realista e com os pés no chão. O Senado contribuiu para torná-lo realidade encaminhando-o à Câmara dos Deputados, onde, todavia, apesar do parecer favorável de seu relator, deputado federal Germano Rigotto (PMDB/RS), permanece sem ser analisado há mais de 10 anos. Se o projeto já estivesse em execução, o programa teria sido implementado gradualmente, a partir de 1995 até 2002, tendo iniciado pelas pessoas com 60 anos ou mais no primeiro ano, 55 anos ou mais no segundo ano e assim por diante. Hoje, todos os residentes do país, com 25 anos ou mais, já teriam acesso a esse direito e estaríamos estudando a possibilidade de estendê-lo às pessoas a partir dos 18 anos.

De fato, o Executivo federal exerce uma influência significativa na montagem da agenda das matérias a serem apreciadas pelo Congresso Nacional, mas nunca realizou nenhum movimento no sentido de levar essa proposição a votação. No entanto, a discussão em torno da introdução do Programa de Garantia de Renda Mínima, com o objetivo de erradicar a pobreza, estimulou a idéia da transferência de renda para famílias pobres com crianças em idade escolar, desde que estivessem efetivamente freqüentando a escola. Importantes para esse objetivo foram as contribuições de José Márcio Camargo, Cristovam Buarque, José Roberto Magalhães Teixeira e outros, relatadas detalhadamente em meu livro *Renda de cidadania: a saída é pela porta*.

Em 1995, tiveram início algumas experiências pioneiras de transferência de renda, primeiro na cidade de Campinas, estado de São Paulo, onde o prefeito Magalhães Teixeira implantou o Programa de Garantia da Renda Familiar, e depois no Distrito Federal, onde o governador Cristovam Buarque introduziu o Programa Bolsa-Escola. Nos dois casos, as famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo *per capita* tinham direito a receber um complemento de renda enquanto suas crianças em idade escolar estivessem freqüentando as aulas. Em Campinas, o benefício familiar foi definido como a quantia necessária para completar a metade de um salário mínimo vezes o número de membros da família; no Distrito Federal ele foi definido como um salário mínimo, independentemente do tamanho da família. De lá para cá, muitas administrações municipais, tais como Ribeirão Preto, São José dos Campos, Belém, Mundo Novo, Belo Horizonte, Piracicaba, Jundiaí, Blumenau e Caxias do Sul instituíram programas semelhantes, que diferem entre si apenas na forma de se calcular o benefício, mas são fundamentados no mesmo princípio.

O Executivo federal exerce influência significativa na montagem da agenda das matérias a serem apreciadas pelo Congresso Nacional, mas nunca realizou nenhum movimento no sentido de levar o Programa de Garantia de Renda Mínima a votação.

Como resultado dessas experiências, entre 1995 e 1996 novos projetos de lei foram apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A partir dessas proposições, foi aprovada e sancionada, em 10 de dezembro de 1997, a Lei nº 9.533, que autorizava o governo federal a conceder apoio financeiro, de 50% dos gastos, aos municípios que instituíssem programa de renda mínima associado a ações socioeducativas. O benefício familiar foi definido de forma muito modesta e o programa foi introduzido gradualmente, expandindo-se das áreas pobres para as mais ricas.



Em abril de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 10.219, denominando-a Lei José Roberto Magalhães Teixeira, em homenagem ao primeiro prefeito que implementou a idéia em Campinas, São Paulo, falecido em 1997. Por essa lei, os municípios ficaram responsáveis pela administração do programa, enquanto o governo federal passou a transferir o pagamento para as famílias beneficiárias diretamente por meio de um cartão magnético. Têm direito ao benefício aquelas famílias com crianças de seis a 15 anos, que estejam freqüentando a escola, e tenham renda *per capita* até meio salário mínimo, ou R$90 em 2001. O benefício, muito modesto, é de R$15, R$30 ou R$45 por mês, variando conforme o tamanho da família.

O programa está sendo implementado rapidamente no Brasil, especialmente quando consideramos as dimensões continentais do país. Segundo o Relatório de Atividades de 2002, do Bolsa-Escola Federal, em outubro de 2002, dos 5.561 municípios brasileiros, 5.545 já tinham firmado convênios com a União, o que representa uma cobertura de 99,7%. Estão registradas no Programa Bolsa-Escola 5,1 milhões de famílias. O Orçamento Geral da União de 2002 alocou em torno de R$2 bilhões para cobrir os custos do programa. O secretário executivo informa que, desse total, R$1,6 bilhão devem ser gastos com benefícios familiares, acrescidos de aproximadamente R$100 milhões com despesas administrativas. Após o início do programa, verificou-se, na maioria dos municípios, um incremento de cerca de 20% no número das famílias que preenchem os requisitos da lei e, portanto, são suas potenciais beneficiárias. O governo espera que ao final de 2002 o programa atinja 5,7 milhões de famílias.

É importante registrar que hoje no Brasil existem várias administrações municipais que executam programas de garantia de renda mínima relacionados às oportunidades educacionais, com benefícios mais generosos do que os definidos pela lei federal, o que é perfeitamente possível. O município pode usar os recursos federais para o programa definido pela lei federal e complementá-lo segundo os critérios municipais. Isso também pode ocorrer nos estados onde o governador e a Assembléia Legislativa desejem definir um novo desenho do programa para todas as municipalidades.

Hoje, a cidade de São Paulo, a maior do Brasil, tem cerca de 10,4 milhões de habitantes, sendo que, desse total, 178.590 famílias estão assistidas pelo programa de renda mínima. Famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo *per capita* e com filhos entre seis e 15 anos freqüentando a escola têm o direito de receber um complemento de renda de valor igual a 2/3 da subtração entre as parcelas correspondentes ao número de membros da família vezes a metade do salário mínimo, e a renda familiar. O programa está sendo ampliado para atender em torno de 300 mil famílias. A prefeitura contemplou primeiro as famílias pobres, onde se verificavam as maiores taxas de desemprego e de violência criminal e as menores rendas *per capita*. Após um ano e meio de vigência, os resultados positivos são evidentes nas localidades onde o programa foi implementado. Aumentou a presença das crianças na escola e observou-se um incremento na atividade econômica dessas áreas, com conseqüente redução da criminalidade.

Outro ponto importante a considerar é que quase todos os estados do Brasil têm programas de natureza semelhante e implementados de forma autônoma ao programa federal e aos municipais, diminuindo a eficiência desses programas em seus objetivos de combater a fome e de erradicar a miséria no Brasil.

Por exemplo, o governo estadual de São Paulo criou dois programas de transferência de renda e de alimentos diretamente às famílias: a) o Renda Cidadã, o qual propicia aos municípios estabelecerem convênios com o estado de maneira a proverem a todas as famílias, com renda mensal de até um salário mínimo, um complemento de renda. Esse benefício é equivalente a R$60 por mês, por 12 meses, desde que suas crianças em idade escolar estejam freqüentando a escola e as até cinco anos estejam vacinadas, devendo ainda as famílias participarem de atividades socioeducativas. Esse programa também pode contemplar, em caráter de exceção, as famílias com renda de até dois salários mínimos e com dois ou mais filhos entre zero e 16 anos; b) o Alimenta São Paulo, para as famílias com rendimentos de até meio salário mínimo mensal, que recebem uma cesta básica de valor equivalente a R$22,70. Esse programa requer que as crianças freqüentem a escola.

A prefeita de São Paulo empenhou-se para que os governos federal e estadual coordenassem esforços e recursos para instituir o programa municipal, propondo que o PGRM municipal fosse compartilhado pelos três níveis de governo. Em novembro de 2001, o governo federal, por intermédio do MEC, e a prefeitura de São Paulo firmaram um convênio para a aplicação do PGRM em São Paulo. Nos termos acordados, o

público-alvo comum receberá recursos dos dois programas e as famílias cujas crianças não estejam na faixa etária contemplada pelo programa federal serão de exclusiva responsabilidade do município de São Paulo. Assim, procura-se evitar superposição de clientelas, pulverização de recursos públicos e disputa entre instituições.

Em cada um dos estados e em cada um dos municípios brasileiros está havendo um dilema semelhante ao exemplificado no caso do estado de São Paulo e de sua capital. Assim, no Rio Grande do Sul, o governo Olívio Dutra (PT) iniciou em 2001 o Programa Família Cidadã para todos os núcleos familiares com renda mensal inferior a dois salários mínimos, que tenham sob a sua responsabilidade crianças e adolescentes de zero a 16 anos e/ou idosos vivendo em situação de vulnerabilidade social.

É premente a necessidade de se caminhar com firmeza para um entrosamento mais eficaz dos programas federais, estaduais e municipais, a fim de que a soma de recursos aumente sobremaneira o direito de todas as pessoas no Brasil terem assegurada uma renda.

Desenho do benefício e objetivos do emprego e da erradicação da pobreza

Muito embora a literatura internacional especializada apresente hoje uma reflexão acumulada a respeito dos efeitos dos inúmeros desenhos dos programas de complementação ou garantia de renda, não houve até agora no Brasil o desenvolvimento de um pensamento suficientemente maduro a respeito. São inúmeros os economistas e estudiosos do assunto que têm alertado para os riscos das assim denominadas armadilhas do desemprego ou da pobreza, que podem decorrer, por exemplo, das fórmulas que complementem em 100% a renda em relação a certo patamar previsto na legislação. Isso ocorreu com os programas de ajuda às famílias dependentes, nos Estados Unidos, ou com o rendimento mínimo de inserção (RMI) na França.

São duas as principais maneiras de superar o problema. A primeira é garantir a renda mínima por meio de um imposto de renda negativo, provendo-se um benefício que seja uma proporção da diferença entre o patamar definido em lei e a renda da família. Normalmente essa proporção tem sido estipulada entre 30% e 50%. Assim, se o patamar fosse R$500, a alíquota 50% e a renda R$200, o benefício seria de R$150. Dessa maneira, sempre haveria o estímulo para a pessoa trabalhar.

A segunda alternativa é garantir a renda mínima por meio da renda básica incondicional. Todas as pessoas residentes no país teriam o direito de receber mensalmente uma quantia igual. Não importa se a pessoa está ou não empregada ou quanto ela consegue obter por qualquer atividade remunerada, aquela quantia lhe será assegurada como um direito à cidadania. Dessa maneira, o estímulo ao trabalho permanece, uma vez que tudo que ela conseguir por seu esforço, talento, criatividade ou trabalho de qualquer natureza será acrescido à renda básica.

Existem ainda problemas de natureza prática com respeito à variabilidade dos ganhos obtidos pelas pessoas ao longo do tempo, o que é obtido de maneira formal – registrado na carteira de trabalho, em recibos ou no contracheque – ou informal – por exemplo, na colheita da lavoura, no trabalho de ambulantes, de lavadores ou guardadores de carros, na prestação de serviços os mais diversos, incluindo a prostituição ou o narcotráfico. Quando uma família ou pessoa se inscreve nos programas de renda mínima associados à educação ou Bolsa-Escola nos diversos municípios brasileiros, normalmente o faz com base na sua declaração presente de rendimentos dos meses mais recentes, prevendo que a situação será semelhante nos próximos 12 meses em que durar o programa. Na verdade, sua situação pode melhorar ou piorar, não havendo, na maior parte dos programas, previsão de modificação do benefício se de fato ocorrer a mudança.

O pressuposto é que as pessoas estarão declarando corretamente a sua renda. Qualquer programa de renda mínima ou bolsa-escola leva em conta que as pessoas declarem sua renda verdadeira, seja a do mercado formal, seja a do mercado informal. Quando José Márcio Camargo, em 1991, propôs que se instituísse a renda mínima familiar relacionada à educação, ele manifestou o receio de que as pessoas fizessem declarações incorretas, dizendo ganhar menos do que o real, para tentar maximizar seus ganhos no PGRM. Daí por que preferiu que o benefício fosse fixo, não importando o tamanho da família, o



demonstrar a solidariedade de todos e o esforço conjunto para eliminar a pobreza, e nenhum programa de seguridade social deverá ser afetado. O exemplo da África do Sul deve ser observado, pois este é um país rico e uma jovem democracia com características de pobreza e desigualdade semelhantes às do Brasil.

Felizmente, no Brasil, as principais centrais sindicais, o Movimento dos Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida, iniciada pelo saudoso sociólogo Herbert de Souza, Betinho, entidades empresariais e diversos partidos políticos têm hoje apoiado a garantia de renda mínima para todos os brasileiros.

Falta agora implementá-la por meio da medida mais racional possível, da forma como está consubstanciada no Projeto de lei do Senado Federal, nº 266, que instituí a Renda de Cidadania, que apresentei no Senado Federal do Brasil em dezembro de 2001 e recebeu parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL/MG) na Comissão de Assuntos Econômicos.[2]

Em 10 de dezembro de 2002, essa comissão, por voto nominal e unânime dos senadores de todos os partidos, aprovou em caráter terminativo que seja instituída a partir de 2005 uma renda básica incondicional ou renda de cidadania, igual para todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil há cinco anos ou mais. O valor do benefício será definido com o objetivo de suprir as necessidades básicas de cada um. No entanto, a sua fixação levará em conta o desenvolvimento e a arrecadação fiscal do país. E caberá ao Poder Executivo a definição de como a renda de cidadania será implementada gradualmente, começando pelos mais necessitados. O que deverá ocorrer em 2003.

O projeto de lei deverá, ainda, ser votado em segundo turno naquela comissão, para daí ser apreciado pela Câmara dos Deputados, o que deverá ocorrer em 2003.

A renda de cidadania é consistente com a Carta Magna do país, de 1988, que estabelece como objetivos da República: "construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º).

É também consistente com as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, em dezembro de 1999, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB/GO), tendo como vice-presidente a senadora Marina Silva (PT/AC) e relatoria exercida pelo deputado Roberto Brant (PFL/MG). Uma das conclusões dessa comissão foi na direção da criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), que se tornou lei, através da Emenda Constitucional nº 31, aprovada em 14 de dezembro de 2000.

É consistente ainda com o capítulo denominado "Inclusão Social" do plano de governo do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dá destaque para a renda mínima, a qual "deve ser vista como um passo na direção da implementação – quando houver condições fiscais – de uma renda básica de cidadania" (item 18).

A renda básica é consistente, finalmente, com dois dos principais objetivos da campanha eleitoral que levou Lula à presidência: geração de empregos e combate à fome. José Graziano da Silva, coordenador do Programa Fome Zero, tem ressaltado que o governo Lula implementará um conjunto de 25 medidas para atingir o objetivo de concluir seu governo de maneira que todos os brasileiros possam ter três refeições ao dia e que todas as crianças possam estar freqüentando a escola. Entre aquelas medidas está a instituição de um cartão magnético que seria provido às famílias carentes para que adquiram alimentos. Conforme manifestação que ambos assinamos em novembro de 2002, estamos de acordo que esse instrumento também constitui um passo na direção de implantarmos em breve uma renda de cidadania.

Notas

[1] Conforme palavras de lord John Boyd Orr, prêmio Nobel da Paz e autor da introdução do livro CASTRO, Josué (1951). *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil.

[2] A integra do PLS nº 266 e o respectivo parecer do senador Francelino Pereira encontram-se em: http://www.senado.gov.br/web/senador/esuplicy/eduardosuplicy.htm

Referências bibliográficas

CASTRO, Josué. *A geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIDSON, Greg & DAVIDSON, Paul. *Economics for a civilized society*. London: Macmillan, 1988.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. *A reinvenção do sertão*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. Rio de Janeiro: Elo Editora e Distribuição, 1987.

OLIVEIRA, Luís Guilherme Schimura. *O Programa de Renda Garantida Mínima*. XXII Encontro Nacional dos Pesquisadores em Economia – Anpec, Florianópolis: 1994.

SILVEIRA, Antônio Maria. Moeda e redistribuição da renda. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: FGV, abr.-jun. 1975.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de cidadania – a saída é pela porta*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora/Fundação Perseu Abramo, 2002.

VASCONCELOS, Gilberto. O administrador dos sertões. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, São Paulo: 4 nov. 2001.

Eduardo Matarazzo Suplicy *é senador (PT/SP), professor de economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, e Ph.D. em economia pela Michigan State University (EUA).*

que não impede a possibilidade de a família deixar de dizer a verdade nem extingue o problema da falta de eqüidade, acima apontado, existente entre as famílias de diferentes tamanhos.

Se nós acreditamos na palavra das pessoas ricas e que têm rendimentos mais altos na hora de fazer sua declaração para fins de pagamento do imposto de renda, é mais do que lógico que também venhamos a confiar na declaração de renda das pessoas mais pobres que se inscrevem no PGRM. Se nas experiências com os inúmeros programas de renda mínima e bolsa-escola estivermos chegando à conclusão de que é muito difícil superar o problema da declaração incorreta, como também Luís Guilherme Schimura de Oliveira, em 1993, havia previsto, então deveremos chegar à conclusão de que a melhor e mais racional solução é a instituição de uma renda básica incondicional, igual para todos e, na medida do possível, de valor suficiente para cobrir as necessidades vitais de cada pessoa.

As pessoas mais ricas e de maior renda contribuirão para que elas próprias e todas as demais venham a receber. As grandes vantagens da renda básica são: a) que se elimina a burocracia envolvida com a aferição do rendimento no mercado formal ou informal de cada um, para fins de receber aquele direito; b) se elimina qualquer razão de estigma ou sentimento de vergonha de as pessoas terem de declarar, "eu só recebo tanto, por isso mereço tal complemento"; c) do ponto de vista da disponibilidade e liberdade do ser humano, cada um se sentirá com muito maior possibilidade de opção sobre a atividade econômica que vai escolher, pois ao saber que ele próprio ou ela própria e todos os membros de sua família irão receber nos próximos meses e anos uma modesta renda como um direito, não precisarão se sujeitar a algum trabalho humilhante ou que coloque em risco sua vida.

É premente a necessidade de se caminhar com firmeza para um entrosamento mais eficaz dos programas federais, estaduais e municipais, a fim de que a soma de recursos aumente sobremaneira o direito de todas as pessoas no Brasil terem assegurada uma renda.

Notas conclusivas: a implementação da renda básica

Por vezes, os programas de renda mínima garantida, em seus diversos formatos, têm sido classificados como políticas apenas compensatórias. A renda básica incondicional ou renda de cidadania, na verdade, é muito mais do que uma melhoria estrutural no funcionamento da organização do Estado e da sociedade. Como salienta Philippe Van Parijs, "é uma profunda reforma que pertence à mesma categoria que a abolição da escravatura ou a introdução do sufrágio universal". Em seu depoimento à Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a pobreza, em dezembro de 2000, o grande economista brasileiro, Celso Furtado, demonstrou haver captado exatamente o sentido da renda de cidadania, quando afirmou que o conceito de trabalho vai mudar, e que "todo homem tem direito a uma renda, uma inserção social positiva". E que: "Este é o problema mais importante para definir esse projeto para o futuro: como hoje em dia modificar o conceito de trabalho e de renda e admitir que toda a população, todo homem que nasce dentro de uma sociedade merece a solidariedade de todos os membros dessa sociedade."

A professora Maria da Conceição Tavares tem salientado, em muitas das reuniões dos economistas do PT e convidados, que o conceito de renda básica deve ser defendido sob uma perspectiva que todas as sociedades precisarão ter. É importante que seja compatibilizado com os recursos existentes, e tratado como um instrumento que complementará os demais, para a erradicação da pobreza. Certamente constitui um dos elementos importantes de política econômica, ao lado da universalização do direito à educação e da assistência à saúde pública, da realização da reforma agrária, da capilarização do crédito, do estímulo às formas cooperativas de produção e da maior interação entre empresários e trabalhadores em todas as unidades produtivas. A implantação dessas medidas será bem-sucedida à medida que forem compreendidas pela população e pelos movimentos sociais.

Conforme expressou o professor Joseph Stiglitz, em sua conferência para a Industrial Relations Research Associations, em Boston, em janeiro de 2000, os sindicatos de trabalhadores e outras "formas genuínas de auto-organização popular são chaves para o desenvolvimento econômico democrático". Exemplo disso é o que está ocorrendo na África do Sul, onde foi organizado um movimento pela implantação de uma renda básica, que conta com o apoio de diversas instituições. Segundo documento por elas endossado, a implantação de um programa de renda básica incondicional tem o objetivo de estimular o desenvolvimento da igualdade econômica e promover a estabilidade da família e da comunidade, possibilitando a todas as pessoas terem atendidas suas necessidades vitais e assegurada uma maior dignidade a todos. Naquele país se propõe uma cobertura universal, desde o nascimento até a morte, sem que seja necessária qualquer comprovação de rendimentos. A rede de seguridade social deverá ser expandida, de forma que nenhuma pessoa venha a receber menos do que recebia antes da implantação do programa. Eles propõem que o pagamento seja efetuado por meio de instituições públicas, que facilitem o pagamento a todos, mesmo nos locais onde não exista rede bancária. Uma parte substancial dos custos do programa deverá ser coberta progressivamente por um sistema de impostos, o que irá

Assine a revista Conjuntura Econômica e ganhe um livro que conta todos os segredos do FMI. Menos o dos cofres, é claro.

Por apenas R$ 114,00 você ganha* o livro Vexame - Os bastidores do FMI na crise que abalou o Sistema Financeiro Mundial. Aproveite essa promoção, pague em até 3x s/juros e fique muito bem informado.



CONJUNTURA ECONÔMICA
Informação precisa para quem precisa de informação.

ASSINATURAS
0800-257788
www.conjunturaeconomica@fgv.br

*Somente os 200 primeiros assinantes.

RONSON

O AGRONEGÓCIO E O NOVO GOVERNO

Por um círculo virtuoso na cadeia de produção

Poucas semanas depois da definição das eleições presidenciais, AGROANALYSIS propôs um desafio a um grupo de analistas de mercado e dirigentes empresariais: traçar um mapa do momento vivido pelo agronegócio brasileiro para o novo governo.

A idéia não foi apresentar ao governo eleito uma pauta de reivindicações, prática equivocada, porque parte do princípio de que cabe à iniciativa privada apontar problemas e ao governo resolvê-los todos por um passe de mágica. A proposta foi montar uma análise estruturada por cadeia produtiva, onde cada segmento descreve os principais aspectos da conjuntura, aponta dificuldades e oportunidades, elenca perspectivas em termos de renda, emprego, geração de divisas e conquista de novos mercados.

Como sempre acontece em situações assim, a imensa maioria dos convidados atendeu pronta e gentilmente ao convite de AGROANALYSIS, o que, claro, nos enche de orgulho. E aí está o resultado. A decisão por uma abordagem que se ativesse às principais cadeias trazia o risco da repetição dos argumentos, dos focos principais, o que, a bem da verdade, não aconteceu. Pelo contrário, tornou muito mais rica a análise, uma vez que permitiu a cada um dos autores ater-se especificamente às principais questões relativas a seu segmento econômico.

Todavia um ponto é, de fato, comum a praticamente todas as cadeias produtivas – a necessidade urgente da reforma fiscal. E não só pela razão mais citada – a desoneração fiscal. Há outras razões: a teoria econômica, o senso comum e a experiência de alguns governos estaduais mostram que alíquotas altas inibem a produção e, portanto, a geração de emprego e renda, estimulando a informalidade. Esta confere ao sonegador maior risco, e também maiores lucros, instaurando uma concorrência desleal na compra de insumos e na venda do produto final, o que faz aumentar o risco sistêmico da cadeia.

A outra face da moeda – a fixação de alíquotas baixas – reduz dramaticamente as razões de permanecer na informalidade, estimula a produção, a geração de renda, riqueza e emprego, e acaba por aumentar a arrecadação total. É a instauração de um círculo virtuoso na cadeia de produção. É claro que precisa certa dose de coragem. Fatores inesperados podem postergar a melhora do nível de atividade, impedindo a recuperação da arrecadação fiscal. Mas não foi para generalizar conclusões que AGROANALYSIS promoveu este mosaico; ao contrário, foi para destacar os detalhes, as características de cada cadeia. Boa leitura.

REGIS ALIMANDRO
Redator-chefe de AGROANALYSIS

tos países têm demonstrado interesse na mistura de álcool à gasolina. É rotina da indústria de álcool do Brasil visitar e ser visitada por comitivas da China, Índia, Estados Unidos, Japão, preocupados não só com a poluição urbana como com a dependência crescente do petróleo importado. Essa característica marca o interesse internacional pelo álcool combustível, visto como produto a ser produzido em casa, evitando a troca de um estrangeiro por outro.

Nos EUA, políticos defensores do etanol brigam no Congresso com os aliados do petróleo para aprovar lei que incentiva a produção do combustível renovável. A produção norte-americana de álcool tem apresentado crescimento expressivo nos últimos anos, chegando a 6,5 bilhões de litros em 2001. Com 13 novas usinas em operação, a expectativa é que a produção norte-americana de etanol fique em torno de 8 bilhões de litros neste ano.

A Austrália, o terceiro maior exportador de açúcar, também está aderindo à mistura do álcool na gasolina, a exemplo do que acontece com a Índia, que a partir de 2003 adotará a mistura de 5% em nove estados. Se o governo indiano não tem interesse em importar o álcool brasileiro, mostra-se disposto a comprar a tecnologia para produzi-lo.

A China, o terceiro maior produtor de álcool, conta com projetos de mistura na gasolina a partir de diversas matérias-primas, do milho à mandioca, passando pela cana-de-açúcar, produzida no Sul do país.

Com tantos exemplos pipocando mundo afora, não pode haver titubeio interno que coloque em risco o patrimônio estratégico brasileiro representado pelo álcool. Tê-lo como prioridade não significa, porém, abandonar o açúcar, produto tradicional e que permeia nossos 500 anos de história.

Protecionismo *versus* açúcar

Quanto ao açúcar, o mercado interno apresenta limitações relacionadas ao alto nível de consumo e o mercado externo, já bastante explorado pelo Brasil, tem no protecionismo dos países desenvolvidos a principal barreira para a expansão.

Com um consumo *per capita* de 52kg ao ano, um dos mais altos do mundo, o açúcar tende apenas a acompanhar o crescimento vegetativo da população brasileira. No plano internacional, o Brasil já destina 60% da sua produção à exportação e aumentar esse volume é tarefa árdua, na medida em que é preciso lutar junto a órgãos internacionais para derrubar barreiras protecionistas de todos os portes.

Uma lição de casa que está sendo feita e deve ser continuada é o contencioso aberto na Organização Mundial do Comércio contra os subsídios às exportações da União Européia. Em novembro, o Brasil iniciou processo de questionamento dos subsídios europeus à exportação de açúcar branco, que concorre com produtos de países naturalmente mais competitivos, como o próprio Brasil e a Austrália. Subsídio que, ao invadir o mercado mundial, rebaixa os preços da commodity.

Não foi por acaso que o programa de todos os candidatos à presidência da República, e em especial o do eleito, continham referência detalhada à agroindústria da cana e ao álcool combustível.

Para uma produção mundial de 130,03 milhões de toneladas em 2000, houve exportações de 36,30 milhões de toneladas, ou seja, apenas 27,8% da safra mundial de açúcar são comercializados entre países. Grandes produtores e consumidores de açúcar impõem dificuldades para a ampliação do mercado internacional, garantem preços mínimos altos a seus produtores, dificultam as importações e subsidiam as exportações.

A participação brasileira no mercado mundial do açúcar é grande – dependendo da safra, o país conta com 30% das exportações globais. Em 2002 deveremos exportar cerca de 13 milhões de toneladas e, embora o Brasil deva manter forte presença no mercado internacional, é difícil imaginar aumentos significativos nesses volumes no atual cenário global.

A cana pode ainda colaborar com a economia do Brasil na co-geração de energia elétrica a partir de seus resíduos, cuja consolidação depende de políticas públicas regulatórias que não envolvem investimento público direto. Temos o potencial de gerar cerca de 12 mil MW, contra uma potência instalada de energia elétrica no Brasil de 70 mil MW, sem contar com tecnologias em desenvolvimento como a da gaseificação, que pode dobrar esse potencial. Além de ajudar a diversificar a matriz energética, complementa nosso sistema hidrelétrico exatamente nos meses de escassez hídrica. Representa também pontos extras para o país em relação à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, consagrada pelo Protocolo de Kioto. Várias usinas de São Paulo já obtiveram certificação de crédito de carbono, aptas a comercializar suas emissões num mercado que tende a se ampliar e consolidar.

Existem ainda outros diferenciais dessa agroindústria de enorme potencial na alcoolquímica, que já desenvolveu o plástico biodegradável e conta com níveis de produtividade invejáveis.

Temos terra, tecnologia, produtividade e mercados interno e externo a serem consolidados e ampliados. Com sensibilidade para dosar, misturar e administrar esses ingredientes, o agronegócio em geral e o da cana-de-açúcar, particularmente, podem ser o passaporte da entrada brasileira para o mundo dos países desenvolvidos.

Eduardo Pereira de Carvalho *é economista e presidente da Unica (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo).*
edu@unica.com.br

Aposta na versatilidade

A cana-de-açúcar pode fornecer o passaporte do Brasil para o mundo dos países desenvolvidos



EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO

Por ser versátil – produz açúcar, álcool, energia elétrica a partir da biomassa e até mesmo plástico biodegradável –, a cana-de-açúcar tende a ser um dos produtos agrícolas de maior retorno para a economia brasileira e cumpre alguns requisitos básicos do desenvolvimento sustentável: gera divisas; utiliza mão-de-obra de forma intensiva; fixa o homem no interior do país e auxilia na distribuição de renda; contribui para a segurança energética e coloca o país num patamar diferenciado do ponto de vista ambiental, uma vez que os produtos setoriais contribuem para diminuir a poluição local e ajudam a combater o efeito estufa.

Não foi por acaso que o programa de todos os candidatos à presidência da República, e em especial o do eleito, continham referência detalhada à agroindústria da cana e ao álcool combustível.

Não é à toa que em todos os foros internacionais a agroindústria da cana-de-açúcar do Brasil é retratada com seus contornos de modernidade e possibilidades concretas de ajudar o Brasil a pavimentar seu desenvolvimento.

As oportunidades são grandes, especialmente no que diz respeito a um de seus derivados, o álcool combustível, que tem tudo para se tornar uma commodity ambiental.

O Brasil produz cerca de 13 bilhões de litros de álcool por ano para alimentar uma frota de 3 milhões de veículos a álcool e para adicionar 25% à gasolina de outros 15 milhões de veículos.

Cerca de metade do açúcar contido na cana é destinado à produção de álcool e, para garantir que esse setor econômico mantenha-se sólido e cresça de forma planejada, é fundamental que se tenha clareza quanto à participação do álcool na matriz energética brasileira, o que pressupõe a manutenção e expansão de políticas públicas que garantam a competitividade do álcool com os combustíveis de origem fóssil, em especial a gasolina.

O álcool hidratado, que alimenta os veículos a álcool, depende de uma produção de automóveis que, no mínimo, neutralize o sucateamento de uma frota cujo auge da produção se deu no final dos anos 80. Um bom exemplo de incentivo é o acordo Brasil/Alemanha, dentro da política de estímulo ao resgate de carbono da atmosfera, consagrado pelo Protocolo de Kioto, e que trará ao Brasil recursos de R$100 milhões para que a indústria automobilística forneça 100 mil carros a álcool mais baratos ao consumidor brasileiro.

O álcool anidro, cujo crescimento acompanha o aumento do consumo de gasolina, tem uma situação mais clara, mas é fundamental que a banda legal de 20% a 25% de álcool anidro na gasolina não seja alterada e que, dentro dela, se procure manter no nível mais alto, na medida em que haja produção suficiente para o atendimento da demanda.

Numa era na qual gerar divisas é produzir oxigênio para sustentar o crescimento, faz-se prioritário olhar com carinho para o mercado externo de álcool, ao mesmo tempo incipiente e promissor. Note-se que nesse assunto o que importa é estimular a produção e o uso do álcool no maior número possível de países para que o produto se torne uma commodity.

As perspectivas são animadoras: mui-

para evitar que toda a cadeia têxtil venha a sofrer novamente, como no início dos anos 90.

Demonstrando vitalidade e potencial de reação, os produtores de algodão retomaram a atividade, quando a situação melhorou, e implantaram uma nova cotonicultura em outra região. O desenvolvimento do algodão no Centro-Oeste foi uma demonstração da capacidade empresarial dos produtores de algodão. Os níveis de produção voltaram ao que eram antes da crise – mas a área continuou sendo a metade do que fora. A produtividade aumentou significativamente, graças à introdução de nova tecnologia e à capacidade de assumir riscos e gerenciar dos produtores.

A lição que se deve tirar dessa pequena história é que a cotonicultura está mais profissionalizada, com maior poder de reação aos desestímulos e aos estímulos. Se o algodão apresenta problemas de retorno financeiro, o produtor mudará para culturas alternativas, como soja e milho. Mas o interesse do país é que ele expanda a produção de todos esses produtos. Se o país permitir que a atividade sofra competição injusta, que a comercialização do produto gere desestímulo, rapidamente terá de importar algodão com dólar caro e a preços maiores do que os da produção nacional. A médio prazo, é a crise na indústria têxtil.

Potencial de crescimento: oportunidades e riscos

É muito grande o potencial de crescimento da produção de algodão no país. Estimam-se em 90 milhões de hectares as terras disponíveis para agricultura no Centro-Oeste brasileiro. São terras que não apresentam risco ao meio ambiente. É potencial conhecido dos nossos principais competidores, que bem sabem que essa área pode produzir a custos muito competitivos. Enquanto competidores dependem de subsídios para se manterem na atividade aos níveis atuais de produção e exportação, o Brasil pode expandir significativamente sua atividade no agronegócio algodão, ampliando empregos, renda e geração de divisas. A Bahia é outra área que vem se destacando no cenário do algodão. Também com alta capacidade empresarial e comandando amplo conhecimento tecnológico, o potencial baiano é grande. As antigas áreas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, sacrificadas na crise do início dos anos 90, também podem se reestruturar e expandir suas produções.

No momento, as previsões da Conab indicam que a área plantada para 2003 será algo menor do que a plantada para 2002. Os produtores estão sentindo que outras culturas, com menores custos e comercialização mais fácil, apresentam vantagens sobre o algodão. É o caso da soja, com custo de produção de 30% do custo do algodão. É o caso do milho também. Como a previsão é de que a safra do próximo ano sofrerá menos com intempéries climáticas do que a de 2002, a produção total está estimada em cerca das mesmas 780 a 800 mil toneladas. Mas é preciso começar a pensar o que o país deseja para 2004. É possível querer mais milho, mais soja e mais algodão – isto é, mais emprego, renda e saldo de divisas do que se permanecermos aumentando uma atividade e diminuindo outras, deixando potencial ocioso.

A história do algodão não garante que será possível contar com uma política adequada. Nossos concorrentes fixam objetivos e sustentam suas perspectivas em estratégias bem definidas para o mercado internacional; nós trabalhamos safra a safra, momento a momento.

A facilidade maior para comercializar outras culturas fica bem clara quando se verifica que a soja, com grande safra à vista, já está com 50% da próxima colheita comercializados. O algodão, que terá oferta limitada, ainda não comercializou 20%. Sabendo a importância para o produtor de vender antecipadamente parte de sua colheita, fica evidente a diferença. Parte do problema está também na questão dos preços. O preço interno não acompanhou a subida dos preços internacionais. A diferença é de 20 a 60% a mais no mercado externo. A indústria brasileira teria pago algo como 40 a 80% a mais pelo algodão importado, caso os produtores brasileiros não tivessem mantido a produção nos níveis deste ano. Se deixarmos que esses fatores levem os produtores a reduzir ainda mais sua produção de algodão, teremos de gastar grande quantidade de dólares para comprar algodão subsidiado no exterior, e perderemos número significante de empregos aqui. A situação é bastante simples. A questão é saber como as autoridades vão lidar com os riscos de o setor deixar o algodão de lado.

Expectativas das lideranças

A expectativa dos produtores é neutra no momento. Não há segurança sobre a posição do novo governo sobre a importância da agricultura comercial. É lógico que as pessoas lúcidas do novo governo conhecem a importância do agronegócio do algodão. As expressões de apoio aos setores que geram emprego e renda farão com que o setor de algodão mereça atenção.

A liderança do algodão não reclama subsídios como os praticados por países concorrentes. Através do governo brasileiro, a liderança e os produtores estão com um pedido de consultas [pedem diálogo] com os EUA, grande produtor e exportador de algodão subsidiado, na Organização Mundial do Comércio (OMC). É certamente uma luta desigual. Mas os produtores estão fazendo sua parte para serem protagonistas de seu próprio potencial. Apesar dos altos custos e riscos envolvidos, demonstram claramente à nação que lutam pela possibilidade de produzir, de gerar empregos, renda e divisas. É de se esperar que o próximo governo adote essa luta, não como manifestação política, mas como argumentação econômica entre parceiros que devem se entender dentro das regras estabelecidas na OMC.

Hélio Tollini *é Ph.D. em economia, sócio-gerente da HT Consultoria em Economia Rural e diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).*
ht@abrapa.com.br



Potencial desperdiçado

A cotonicultura brasileira merece condições sustentáveis de expansão que consigam evitar nova quebra

HÉLIO TOLLINI

As vantagens comparativas que o Brasil apresenta no contexto mundial do agronegócio foram um dos temas da recente campanha presidencial. A necessidade de aumentar a geração de divisas e empregos fez com que o assunto obtivesse mesmo certo destaque nos debates.

O agronegócio do algodão é um setor com alta capacidade de gerar empregos e divisas e merece a atenção de qualquer governo. Os países concorrentes se valem de subsídios e barreiras comerciais de todos os tipos para manter sua produção e seus mercados. O Brasil terá que pensar claramente sobre uma estratégia para o setor e traçar uma política de médio prazo que crie condições sustentáveis de expansão das atividades, tanto no mercado interno quanto no externo, se quiser evitar nova quebra.

A história do algodão não garante que será possível contar com tal tipo de política. Enquanto nossos concorrentes têm visão clara de seus objetivos para o setor e sustentam suas perspectivas em estratégias bem definidas para manter ou ampliar suas fatias no mercado internacional do algodão, nós trabalhamos safra a safra, momento a momento. A Austrália, grande produtor de algodão irrigado, que exporta quase toda a produção, sofre atualmente séria limitação de água e sua produção não é sustentável nos atuais níveis. Reduzindo a Austrália sua participação nos mercados costumeiros, o Brasil – apesar de ser o país em melhor situação para expandir produção e exportação – dificilmente ficará com o mercado deixado pelo grande produtor de algodão. Compete ao Brasil tentar se transformar em protagonista de seu próprio potencial. Será preciso, para isso, eliminar falsas idéias e promover medidas claras de apoio ao setor. Isso não implica transferência de recursos da sociedade em geral para o setor cotonicultor. Há muito o que fazer antes de entrar em competição impossível com o Tesouro dos países ricos.

Considerando que nas próximas duas décadas cerca de 2,2 bilhões de pessoas serão acrescidas à população mundial, e que cerca de 95% dessas pessoas estarão vivendo nos países em desenvolvimento, é evidente a oportunidade que se oferece para um país com potencial produtivo e política adequada. Aproveitar essa oportunidade requer que se deixem de lado idéias errôneas sobre agricultura, que resultariam em desestímulo à atividade.

Evolução recente do algodão

Os dados da evolução de área e produção na última década dos anos 90 e nos dois primeiros anos desta década são reveladores. A cotonicultura teve sua área reduzida à metade no início dos anos 90. O que pode fazer com que uma atividade agrícola desse porte reduza sua área drasticamente em curto espaço de tempo? Certamente, as dificuldades que o setor enfrentou naquela época fizeram com que os produtores abandonassem a atividade.

Vários fatores influíram na derrocada da cultura uma década atrás. O alto custo da lavoura de algodão foi agravado pela necessidade de ainda maiores investimentos para o controle de nova praga. Nesse cenário, o mercado interno foi aberto à entrada do produto de países que subsidiam fortemente suas produções e exportações de algodão. É difícil compreender a lógica da decisão que permitiu livre entrada de algodão altamente subsidiado em seus países de origem, mas foi o que aconteceu. A queda na área de algodão pela metade em dois ou três anos foi o preço pago pelo país.

O custo real foi a perda de divisas e de empregos. De país auto-suficiente, o que já era inadequado ao potencial brasileiro, o Brasil assumiu a dúbia honra de passar a ser o maior importador de algodão do mundo. Essa história agora é velha, mas apresenta lições. Ela indica que, no caso de a atividade não oferecer retorno mínimo ao produtor, ele pode abandoná-la. Há opções para o produtor de algodão e isso deve ser bem avaliado

Com mercado interno estável e crescimento linear, o arroz ainda é o alimento básico mais barato à disposição da população, de elevado valor nutritivo e encontrado em quase todo o território nacional.

que movimenta quantia superior a US$1 bilhão só com a comercialização do equivalente a cerca de 100 milhões de sacos, ou quase 5 milhões de toneladas produzidos anualmente.

Com irrigação em toda a área plantada, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina contam com absoluta segurança de sucesso na atividade desenvolvida, aproveitando a vocação específica e, até agora, exclusiva de suas áreas de várzeas ou terras baixas.

O segundo estado maior produtor de arroz é o Mato Grosso, produzindo o chamado arroz de sequeiro ou de terras altas, cujas variedades atuais, de alta qualidade, são resultado de um longo e competente trabalho desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão (CNPAF – Goiás), da Embrapa, seguido por outros estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

As mesmas áreas onde se planta arroz no Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste, por suas condições climáticas e topográficas favoráveis, podem optar por outras culturas como a soja, milho e algodão, sempre que o mercado lhes ofereça melhores perspectivas.

Em termos de Brasil, a produção atingiu uma média de 10,36 milhões de toneladas nos últimos 10 anos para um consumo de próximas 11,60 milhões de toneladas anuais – um mercado interno estável, com crescimento linear. Arroz ainda é o alimento básico mais barato à disposição da população, de elevado valor nutritivo e encontrado em quase todo o território nacional.

O país ainda não tem assegurada sua auto-suficiência, depende de importações do Mercosul e de terceiros países, em ambos os casos com desnecessário dispêndio de preciosas divisas que poderiam estar sendo utilizadas em outras atividades. A auto-suficiência é uma questão de decisão política e pode ser atingida em aproximadamente duas safras. Compreendemos que o mercado internacional tem duas mãos, mas nos perguntamos por que temos que adquirir aquilo que somos capazes de produzir internamente com igual ou maior competência. O país fica submetido a um dilema: buscar a auto-suficiência e, numa segunda etapa, produzir excedentes exportáveis ou continuar buscando a necessária complementação junto ao Mercosul e em outros países produtores, desperdiçando divisas. A produção mundial de arroz supera os 500 milhões de toneladas/ano e o mercado internacional movimenta não mais de 5% desse total, muito restrito e sensível, multiplicando por três o valor da tonelada a qualquer demanda mais significativa.

Opção política

Tudo indica que o arroz e o feijão serão alimentos básicos no programa governamental Fome Zero, o que consolida a tendência de ampliação de déficit do produto, atualmente em cerca de 1,24 milhão de toneladas anuais. Um novo dilema se apresenta: resolver o problema com produto nacional ou importado? A segunda opção significa alimentar nosso povo com produtos originários do exterior, mais uma vez gerando empregos e renda para terceiros, deixando de dinamizar nossas agroindústrias, a grande maioria com expressivos percentuais de ociosidade. Vamos gerar renda e empregos no país ou ajudar os vizinhos? Restringir o desenvolvimento interno do país para atender às famosas questões de Estado?

Hoje o setor emprega 260 mil pessoas no Rio Grande do Sul, aí incluído todo o processo produtivo e industrial. Sendo o Rio Grande do Sul origem de quase 50% da produção nacional, na falta de estatísticas das demais regiões, podemos admitir que o arroz envolva, nacionalmente, cerca de 520 mil pessoas. Ora, um simples aumento de 20% na produção nacional eliminaria o déficit atual, gerando um superávit de 832 mil t de arroz em casca, suficiente para alimentar mais 12,86 milhões de pessoas à base normal de consumo que é de 44 kg/hab./ano de arroz beneficiado, além de gerar 110 mil novos empregos.

O que é preciso para que esse objetivo seja atingido? O capital humano é relativamente qualificado por cursos e treinamentos constantes, a estrutura física está implantada há mais de um século e o clima é geralmente favorável, além do parque industrial moderno. Opção política é a resposta!

Os dois tipos de atividade que encontramos no setor produtivo orizícola são a agricultura orizícola familiar e a empresarial. A primeira, quando não integrada, cooperativada ou diretamente subordinada a órgão de assistência técnica, é extremamente carente de qualificação profissional; utiliza baixo nível tecnológico, apegada ao tradicionalismo, e ainda desperta pouco interesse dos agentes financeiros em repassar recursos financeiros; não tem escala de produção e comercializa seus excedentes com relativa dificuldade, a preços nem sempre iguais aos do mercado.

Felizes e gratificantes exceções são os produtores que se dedicam principalmente à produção de sementes de alta qualidade – os chamados cooperantes –, minifundiários eficientes, com elevadíssima produtividade, a nos mostrar que a orizicultura é viável na pequena propriedade desde que conte com amparo tecnológico, disposição e condições para assimilá-lo e aplicá-lo, e acompanhamento do sindicato ou cooperativa, além de comercialização assegurada para seu produto em escala ou nicho de mercado.

A agricultura orizícola empresarial tem tido evolução bastante significativa relativamente ao aperfeiçoamento dos padrões gerenciais, de controle e tecnológicos. O tempo de amadorismo está obviamente superado e os negócios são geridos com características empresariais. Há uma preocupação constante com o aperfeiçoamento de funcionários e administradores, participação em cursos patrocinados por cooperativas e sindicatos. Com a maior parte do



Quase auto-suficiência

Medidas favoráveis ao setor viriam ao encontro das metas do Projeto Fome Zero do próximo governo

ANDRÉ B. BARRETTO

Há qase dois séculos, mais precisamente em 1833, o Brasil exportava £28 mil em farinha de mandioca, £125 mil em tortas de grãos de cereais, £174 mil de açúcar, £183 mil de farelos de grãos e £213 mil em arroz. Embora a cultura ainda se valesse de métodos empíricos, o arroz já apresentava apreciável importância no contexto produtivo do país.

No século seguinte, em 1931, exportamos £263 mil em borracha, £275 mil em cera de carnaúba, £286 mil em madeira, £379 mil em fumo e £789 mil em arroz. A lendária borracha representava exatamente 1/3 das divisas então obtidas exclusivamente com a exportação do arroz!

O curioso é que as exportações, cujos destinos básicos eram Uruguai, Argentina, Chile, Portugal, Inglaterra e Alemanha, eram realizadas como se o produto brasileiro fosse estrangeiro. Além de constituir a base alimentar da população e carrear divisas para o país, substituía vantajosamente grande parcela de produtos estrangeiros como o trigo e a cevada.

A partir de 1927 o Brasil consolidou-se como exportador de arroz, apoiado pela produção de oito de seus estados, até cerca de 1950. Os maiores produtores eram então São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O cultivo de arroz surgiu no Rio Grande do Sul no início do século XIX, com a chegada dos imigrantes alemães. Daí encontrar-se razoável concentração de lavouras em municípios como Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Palmeira das Missões e outras localidades da região Norte do estado, hoje com cultura orizícola sem grande expressão. Até o início do século XX o Rio Grande do Sul ocupava um lugar muito modesto no rol dos estados produtores. A partir de então, houve incremento da atividade na metade sul do estado, inicialmente nos municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Rio Pardo. Com topografia adequada para irrigação e sementes importadas do Japão e Estados Unidos, teve início uma corrida que, por volta de 1920, superou São Paulo e deu ao Rio Grande do Sul a dianteira que mantém até hoje, tornando-se o centro do mercado produtor, a verdadeira praça arrozeira, tanto pela qualidade quanto pela quantidade do produto, responsável por aproximadamente 55% da produção nacional e cerca de 90% da cultura irrigada, juntamente com o estado de Santa Catarina.

A lavoura revolucionou os hábitos agrícolas da época. Realizaram-se exames de solo para pesquisa do que chamavam "prova de existência no solo" de cal, húmus, acidez, nitrogênio e ferro, e utilizaram fósforo sob a forma de ossos moídos e outras inovações em escala. Foi uma época de grande desenvolvimento para a ciência da irrigação, quando se criaram a Faculdade de Agronomia e embriões de indústrias de maquinário agrícola.

Com a criação do Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), em 1948, iniciou-se uma pesquisa visando dotar a lavoura de sementes adequadas e adaptadas à região, proporcionando à atividade características empresariais. Surgiu grande oferta de empregos e foram criadas verdadeiras agrovilas no entorno das plantações, gerando uma atividade inspiradora de tal confiança no mercado que se chegavam a emitir as famosas *fichas*, correspondentes a dinheiro vivo, de livre circulação, resgatadas pelos emitentes-empresários ao fim de cada plantio e colheita.

O desenvolvimento da cultura – totalmente irrigada – gerou a implantação de um sólido parque industrial de máquinas, implementos, beneficiamento, grande estrutura de armazenagem e permanente incremento na geração de empregos. Foi uma época de estabilidade, confiança e crescimento.

Hoje, considerando-se apenas o Rio Grande do Sul, o arroz é uma atividade

A orizicultura é viável na pequena propriedade desde que conte com amparo tecnológico, disposição e condições para assimilá-lo e aplicá-lo, e acompanhamento do sindicato ou cooperativa, além de comercialização assegurada para seu produto.

endividamento bancário já equacionada, a adoção de sistemas de comercialização modernos e transparentes com utilização da bolsa, reforçados pelos tradicionais títulos de crédito rural, como as duplicatas e notas promissórias rurais, não só o arroz, mas todo o sistema produtivo seria beneficiado. Poucas providências seriam necessárias, como implantação do seguro agrícola e retorno da adoção dos frutos pendentes como garantia dos financiamentos.

A concorrência não permite ineficiência.

A necessidade de combater perdas e desperdício, desde a lavoura até o armazenamento, além da busca de melhor aproveitamento dos subprodutos nas indústrias de pequeno porte estão cada vez mais presentes no setor.

No Rio Grande do Sul o setor agroindustrial é composto por cooperativas e indústrias de capital, ambas com representantes qüinquagenários, usuárias de processos industriais modernos, boas práticas de produção, muitas portadoras de graduação ISO, com ampla diversificação de produtos, além de logística de distribuição eficiente para todo o território nacional. Nos demais estados, embora o sistema cooperativo esteja representado, a predominância é de indústrias de capital. O estado de São Paulo detém indústria beneficiadora moderna e de alta eficiência, com grande capacidade. O Mato Grosso está trilhando o mesmo caminho e deve transformar-se, em breve, em grande centro industrial. A capacidade estática de armazenamento de arroz no estado do Rio Grande do Sul, com predominância cooperativa, é de 5 milhões de toneladas, capaz de suportar volume bem superior – após a colheita, cerca de 20% do produto destinam-se a outros estados da Federação, ainda em casca, apenas seco e com o mínimo de impurezas.

O alto padrão de qualidade do arroz gaúcho é admitido em todo o país, mas ainda pode ser aprimorado. Até bem pouco tempo, a pesquisa se preocupava em produzir variedades predominantemente resistentes a doenças e com alta produtividade. Hoje se acrescentou a *meta qualidade para o mercado.*

O atual padrão de classificação e padronização de arroz data de 1988 e o Ministério da Agricultura, ouvida toda a cadeia produtiva, está providenciando sua modernização, aproximando-a dos padrões internacionais. De 1988 até os tempos atuais, foi espantosa a evolução verificada na qualidade do produto, tanto irrigado quanto de sequeiro, não se justificando a permanência de uma legislação de parâmetros muito amplos, frouxos, absolutamente incompatíveis com a qualidade de produto que o mercado exige e há muito já produzimos.

Como todos os setores produtivos do Brasil, a agricultura é vítima da voracidade fiscal, com uma carga tributária injusta, insuportável, desigual, castradora do desenvolvimento e estimuladora da sonegação. Sobre o arroz, alimento básico da população, incidem 32,2% de tributos! Tributar a cesta básica é imoral. A tributação abusiva é mãe de muitos males. Seu excesso gera sonegação, que favorece o infrator e prejudica a concorrência; sua desigualdade ocasiona guerra fiscal e evasão de indústrias. Um país não pode conviver com 27 estados legislando sobre impostos interestaduais. O conceito do ICMS interestadual é um absurdo. Similar efeito ocorre com a legislação trabalhista vigente: muito direito assegurado ao empregado corresponde à redução do emprego formal.

O Brasil precisa sair desse círculo vicioso, reduzindo tributos, ampliando a base de arrecadação, evitando evasão, eliminando capacidade ociosa em suas indústrias, gerando emprego, renda, adotando uma política de pleno emprego com legislação moderna.

Temos que continuar insistindo para que os EUA e a UE suspendam os subsídios dados a seus produtores e eliminem as barreiras criadas à entrada de determinados produtos de origem brasileira, como açúcar, suco de laranja, fumo, carnes bovina, de frango e suína além de outros, de modo a permitir uma concorrência leal. Podemos e devemos estabelecer tarifas compensatórias e barreiras sanitárias, para proteger nossa produção, mas temos que fazer a nossa parte eliminando as monstruosas barreiras internas criadas por nós mesmos – a tributação excessiva e problemas nas áreas de infra-estrutura e políticas públicas, o decantado custo Brasil, que faz com que o valor do transporte de um contêiner, nas costas de um caminhão, realizando um percurso médio dentro do território brasileiro, custe mais caro que o mesmo volume transportado entre dois distantes pontos do mundo por via marítima. Tais fatores eliminam nossa competitividade em diversos outros produtos, mesmo os não protegidos pelos importadores.

Prioridade para a reforma política

Ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva desejamos todo o sucesso e oferecemos nossa disposição de ajudar onde for preciso e no que formos capazes.

Já vai longe o momento ideal para realizar as indispensáveis e fundamentais reformas tributária, fiscal, previdenciária e trabalhista. Entretanto, pouco se fala numa das mais importantes: a reforma política. O Chile teve sucesso em suas reformas de cunho econômico porque fez *antes* uma reforma política.

Aqui no Brasil, sem uma radical e prévia reforma política, fica difícil acreditar nas demais. Como o deputado Enéas e seus seguidores votarão nas reformas? E aqueles deputados e senadores que renunciaram aos mandatos para não serem cassados por improbidade ou falta de decoro e foram reconduzidos?

Com o fisiologismo de muitos de nossos congressistas e a inexistência de definição, coerência e fidelidade partidária, fica difícil acreditar que qualquer

reforma seja aprovada de modo a atender realmente aos interesses do país.

Acreditamos que nação feliz é nação rica e em paz, constituída de povo produtivo como o nosso, mas com segurança, alimentação, saúde e trabalho assegurados, um Estado co-gestor com a sociedade e não meramente arrecadador, patrocinador de desperdícios e privilégios. É difícil aceitar a existência de um país com um déficit de R$70 bilhões anuais, só na Previdência! Esse é apenas o resultado de um dos privilégios inaceitáveis. Imaginemos 10% desse valor anualmente acrescidos ao que já é aplicado na produção de alimentos. Há que acabar com injustas isenções de impostos, tornar a distribuição dos recursos mais eqüitativa, ampliar a base de arrecadação, enfim, tudo o que já se discute há décadas e permanece sem solução.

Temos uma enorme dívida interna e externa, mas não adotamos qualquer providência para sanar os fatos geradores.

Acreditamos que, simplesmente obstruindo os ralos por onde escoam os bilhões arrecadados da população, o governo pode deixar de buscar recursos emprestados a qualquer custo; reduzir a ciranda financeira; que vai sobrar muito dinheiro nos bancos para ser aplicado na produção, que gerará muita riqueza, milhões e milhões de empregos e muito mais impostos que, como todos estarão pagando, poderão ser menores e bem aplicados gerarão nova riqueza, que reduzirá a pobreza e fará a felicidade deste país!

No papel, a equação é banal. Falta alguém montá-la e resolvê-la. Mas nossa expectativa é de que simplesmente tudo isso aconteça. Presidente, a bola é sua.

André B. Barreto *é diretor presidente da Fearroz.*
barretto@via-rs.net

AVICULTURA

Tempo de equilíbrio

As perspectivas para o setor mostram custos pressionados no ano que vem

IVAN PUPO LAUANDOS

O período que sucede a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não demonstra sinais de ruptura radical com o passado recente e, em alguns aspectos, até surpreende em termos de pronunciamentos, equilibrados e moderados. Isso leva a crer no empenho pela manutenção da estabilidade econômica, sem mudanças bruscas em seus mecanismos de controle. O presidente eleito revela maturidade para os desafios que terá de superar, diante dos anseios e desejos dos eleitores. As demandas existentes jamais serão atendidas em curto prazo.



Bons resultados

A pecuária brasileira transforma investimentos e pesquisa em crescimento e divisas

PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA

A produção brasileira de carne bovina em 2002 está estimada em 7,15 milhões de toneladas em equivalente carcaça, o que representa um crescimento de 3,6% sobre o resultado de 6,9 milhões de toneladas registrado em 2001. As exportações do setor devem alcançar US$1,1 bilhão, registrando aumento de 7% em relação a 2001, com embarques de aproximadamente 1 milhão de toneladas em equivalente carcaça (+16%). O bom desempenho das exportações nos últimos quatro anos vem exercendo um papel fundamental para o escoamento de excedentes da produção, contribuindo para a manutenção do equilíbrio do mercado interno. Em 2002, as exportações deverão representar aproximadamente 14% da produção doméstica.

Segundo dados de *Indicadores pecuários*, editado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o valor bruto da produção do segmento de carne bovina, que representa a receita bruta dos produtores, deverá fechar o ano de 2002 em R$21,9 bilhões, registrando crescimento de 1,6% sobre o resultado de 2001. A pecuária de corte é o setor de maior expressão econômica da agropecuária brasileira.

Apesar da concorrência de Argentina e União Européia no comércio internacional de carne bovina – países que estiveram praticamente fora do mercado em 2001 em conseqüência de problemas sanitários em seus rebanhos: febre aftosa e encefalopatia espongiforme bovina – EEB ou doença da vaca louca –, o Brasil conseguiu aumentar as exportações do produto em 2002, favorecido pela abertura de novos mercados como China e Rússia. No entanto, os preços em dólares de exportação da carne bovina estiveram menores em 2002, em decorrência da maior oferta do produto no mercado internacional e da desvalorização cambial no Brasil e na Argentina, que acirrou a concorrência e proporcionou maior poder de barganha por parte dos importadores, que passaram a pressionar por menores preços. De janeiro a novembro de 2002 os preços médios de exportação de carne bovina *in natura* tiveram queda de 9,3% em relação ao mesmo período de 2001, passando de US$2.013 para US$1.993 a tonelada. Os exportadores brasileiros têm obtido ganhos em moeda nacional devido à valorização do dólar este ano. Entre agosto e novembro de 2002, a moeda norte-americana teve uma valorização média de 32% sobre o mesmo período de 2001. No acumulado de janeiro a novembro de 2002, o dólar acumulou alta de 22% sobre os primeiros 11 meses do ano anterior.

Para o bom desempenho das exportações do setor em 2002, os avanços no campo sanitário tiveram importante papel, com a manutenção de zonas livres de febre aftosa com vacinação e a implantação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), regulamentado em janeiro de 2002 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A partir do mês de julho de 2002, as exportações de carne bovina para a União Européia passaram a receber o certificado de origem, possibilitando o rastreamento dos produtos exportados. O Programa de Promoção da Carne Bovina Brasileira no Exterior – Brazilian Beef –, com o apoio da Agência de Promoção de Exportações (Apex), também foi fundamental para consolidar a posição brasileira no mercado mundial e conquistar novos mercados.

Mercado externo

Estimativas da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) apontam para uma recuperação do consumo e das exportações mundiais de carne bovina em 2002, após as pressões negativas sobre o mercado em 2001, causadas principalmente por problemas sanitários

1. Brasil: avicultura de corte – alojamento

Matrizes – média mensal – em mil fêmeas

Semestre	2001 (a)	2002 (b)*	(a)/(b) %
Primeiro	2.252,8	2.487,0	10,4
Segundo	2.513,3	2.586,3	2,9

Pintos de corte – média mensal – em milhões de pintos

Semestre	2002 (a)*	2003 (b)**	(a)/(b) %
Primeiro	310,4	329,4	6,1
Segundo	321,2	327,4	1,9

*Previsão
**Potencial

2. Brasil: avicultura de corte – projeções 2003

	2002	2003	2003 (em %)
Prod. carne de frango (mil t)	7.320,0	7.650,0	4,5
Disp. interna (mil t)	5.800,0	6.100,0	5,1
Exportação (mil t)	1.520,0	1.600,0	5,2
Aloj. matrizes (fêmeas/mil)	30.440,5	31.300,0	2,8
Aloj. pintos (milhões)	3.789,7	3.960,0	4,5
Consumo *per capita* (kg/hab.)	33,1	34,0	2,7

Fonte: Agroceres Ross.



A tomar por base um cenário de manutenção dos níveis de superávit fiscal, crescimento da balança comercial e queda moderada no valor do dólar, junto com um pequeno crescimento do PIB, podem ser estabelecidas algumas perspectivas para a avicultura de corte em 2003.

Do lado da produção, já existe um fato real a ser considerado em conseqüência da quantidade de matrizes alojadas durante 2002, que cresceram quase 6,5% e proporcionam alto potencial à capacidade produtiva de pintos de corte.

Do lado dos custos, as notícias não agradam nem um pouco ao setor: as expectativas são de que se mantenham pressionados ao longo de 2003. O ponto crítico consiste no dispêndio para arraçoamento dos plantéis; há um déficit na oferta interna de milho e os preços do farelo de soja são formados com base nas cotações das bolsas internacionais. O milho continuará escasso e caro. O resultado pode ser uma queda do peso médio do frango abatido ou mesmo redução do número potencial de aves abatidas por falta de produto. A atuação do novo governo será decisiva no sentido de viabilizar a importação de milho e estimular a aquisição interna durante a safra, para evitar o crescimento das exportações.

A atuação do novo governo será decisiva no sentido de viabilizar a importação de milho e estimular a aquisição interna durante a safra, para evitar o crescimento das exportações

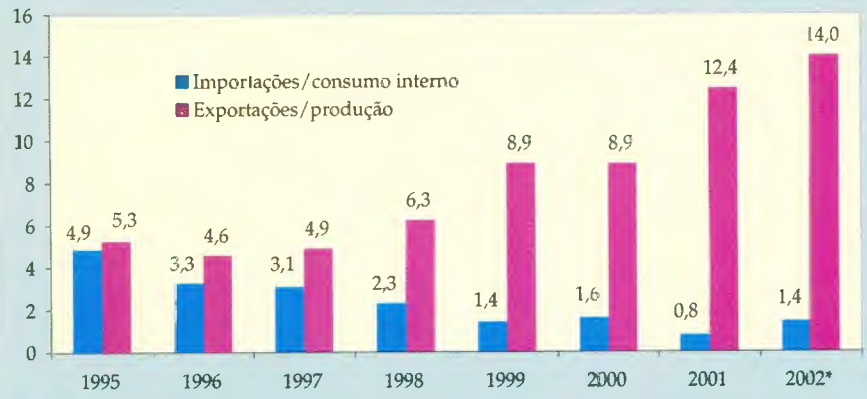
Exportações crescem menos

As exportações de carne de frango devem apresentar menor crescimento em 2003, pois não há espaço para grande aumento no volume dos embarques. Uma expansão em torno de 5% parece um incremento razoável – uma elevação de 1.520 mil para 1.600 mil toneladas. O Brasil elevou significativamente sua participação no mercado internacional nos últimos dois anos e terá de conviver com as reações protecionistas de outros mercados, como os Estados Unidos e a União Européia.

No mercado interno, a oferta de frango crescerá e fatalmente não dará fôlego aos preços. Deve haver um período de ajuste do volume da produção à demanda, de acordo com o escoamento de mercadorias para o exterior. O poder de compra da massa assalariada brasileira não deve aumentar e há o risco de que continue caindo em termos reais. Todos os segmentos da cadeia produtiva sofrerão os efeitos dessa situação. Um ano de tensão para o agronegócio avícola, para o qual o quadro conjuntural difere da crise de 2000, quando houve superoferta de carne de frango.

Ivan Pupo Lallandos *é diretor superintendente da Agroceres Ross.*
ivan@agroceres.com.br

3. Carne bovina
Participação (%) das importações sobre o consumo interno e das exportações sobre a produção



Fonte: Decon/CNA.
* Previsão.

4. Brasil - Exportações e importações de carne bovina
(Milhões de dólares)
1995 a 2002



Fonte: SECEX/MDIC.
* Previsão.

previsão de 1 milhão de toneladas em 2002, o que representa um crescimento médio anual 19,6% (gráfico 2).

O aumento da produção tem possibilitado abastecer o mercado interno com a geração de crescente superávit para a balança comercial do país. O consumo *per capita* de carne bovina no Brasil está praticamente estagnado ao longo dos últimos oito anos ao redor de 35,5kg ao ano. No entanto, a partir de 1996 o Brasil passou a aumentar a geração de excedentes exportáveis e reduzir a dependência das importações para complementar o abastecimento interno. Em 1995, as exportações representavam cerca de 5% da produção, enquanto as importações somavam 5% do consumo doméstico total. Em 2002, as exportações passaram a representar aproximadamente 14% da produção, e as importações, apenas 1,4% do consumo interno (gráfico 3). As receitas com exportações subiram de US$490 milhões em 1995 para aproximadamente US$1,1 bilhão em 2002, aumentando em 125%. Neste ano, o setor contribuirá para a balança comercial brasileira com um superávit superior a US$1 bilhão (gráfico 4).

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de carne bovina, atrás apenas dos Estados Unidos, e neste ano pode vir a ocupar a segunda posição entre os maiores exportadores mundiais, logo depois da Austrália. Além disso, com as vantagens comparativas e competitivas que possui e o imenso potencial para aumentar a produção, o país poderá se tornar em alguns anos o maior exportador mundial de carne bovina, possibilitando a geração de mais renda, empregos e divisas cambiais.

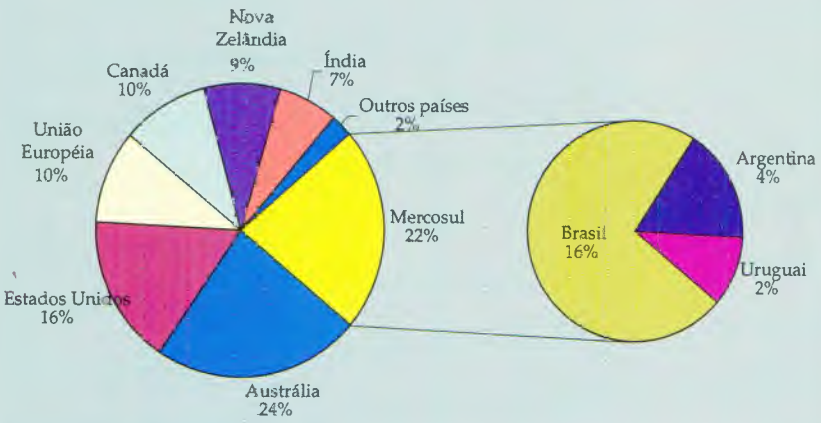
O desempenho alcançado pelo Brasil na produção e exportação de carne bovina só foi possível com o auxilio de esforços e investimentos realizados no campo da sanidade animal pelos setores público e privado. Segundo dados do Mapa, entre 1990 e 2001 foram investidos cerca de US$1,559 bilhão nas atividades de defesa sanitária animal, dos quais US$1,15 bilhão vinham do setor privado, principalmente para aquisição de vacinas, e US$409 milhões do setor público, não incluídos os gastos com salários e encargos de pessoal.

Com o avanço do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA), coordenado pelo Mapa e executado em parceria por governos estaduais e setor privado, os focos da doença no Brasil caíram de 2.093 para 37 entre 1994 e 2001. Os circuitos pecuários Sul, Centro-Oeste e Leste são áreas livres de febre aftosa com vacinação, reconhecidas pela Organização Internacional de Epizootias (OIE). O Brasil conta com aproximadamente 130 milhões de cabeças bovinas livres da doença, 77% do rebanho do país, espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que podem comercializar carne bovina no mercado internacional. No mês de novembro o estado de Rondônia foi declarado zona livre de febre aftosa com vacinação pelo Mapa e recebe o reconhecimento da OIE em maio de 2003.

Perspectivas para os próximos anos

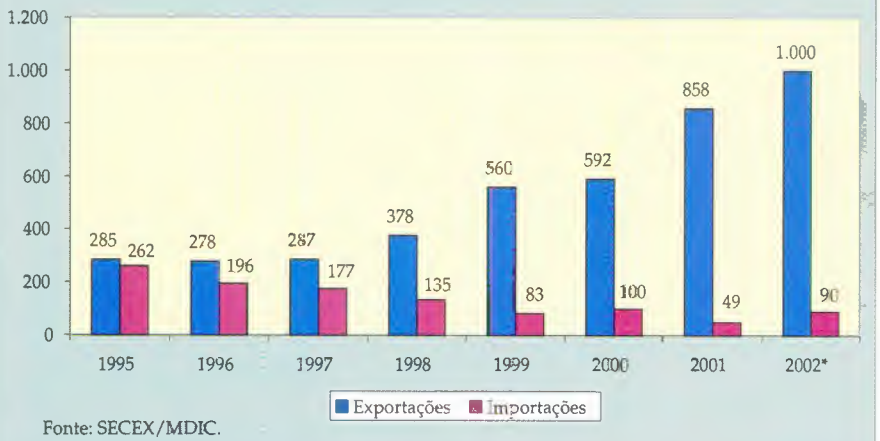
O país tem ainda pela frente o desafio de erradicar a febre aftosa nos circuitos pecuários Norte e Nordeste e manter as regiões consideradas livres da doença.

1. Exportações mundiais de carne bovina - 2002*
(6 milhões de toneladas em equivalente carcaça)



Fontes: USDA; CNA (Brasil).
* Previsão.

2. Brasil - exportações e importações de carne bovina
(Mil toneladas em equivalente carcaça)
1995 a 2002



Fonte: SECEX/MDIC.
* Previsão.

em dois grandes blocos consumidores – União Européia e Japão. Estima-se um aumento de 4,5% nas exportações mundiais do produto em 2002, que devem alcançar aproximadamente 6 milhões de toneladas.

O Brasil deverá ocupar cerca de 16% das exportações mundiais de carne bovina em 2002, com volume da ordem de 1 milhão de toneladas. A Argentina, nosso maior concorrente, deverá vender 230 mil toneladas, 3,8% das exportações mundiais, e o Uruguai deve embarcar 139 mil toneladas, correspondentes a 2,3%. Com isso, o Mercosul participará com 21% das vendas internacionais de carne bovina, com 1,3 milhão de toneladas em equivalente carcaça, aumentando em um ponto percentual sua participação em relação a 2001 (gráfico 1). No ano passado, as exportações de carne bovina da Argentina somaram 163 mil toneladas e as do Uruguai 144 mil toneladas.

Embora houvesse uma crise mundial no comércio de carne bovina em 2001, provocada pelos problemas sanitários nos rebanhos de grandes produtores e exportadores, como a Argentina e a Europa, o Brasil pôde expandir consideravelmente suas vendas externas, passando a ocupar importante parcela do mercado que deixou de ser abastecido por esses países. Este ano, entretanto, o mercado está com maior oferta do produto, o que dificulta o crescimento das exportações brasileiras, a despeito da recuperação do consumo mundial. Os países afetados pela crise tomaram diversas medidas para solucionar os problemas de febre aftosa e de EEB para voltar a vender no mercado externo.

A União Européia também tem brigado para reconquistar sua posição no mercado internacional, especialmente no Leste europeu e Oriente Médio, cujas compras se reduziram sensivelmente a partir do final do ano 2000, como reação aos problemas sanitários. De acordo com as projeções do Usda, a União Européia deverá aumentar suas exportações em 20% este ano, para 638 mil toneladas em equivalente carcaça, tendo a Rússia como principal destino. Em 2001, as vendas de carne bovina da União Européia para a Rússia somaram 327,6 mil toneladas. Entre 1999 e 2001 as exportações de carne bovina do bloco europeu acumularam queda de 42,6%. A produção também deverá crescer na União Européia este ano em 3%, para 7,2 milhões de toneladas. O consumo deve aumentar 5%, com 7,1 milhões de toneladas, recuperando-se do nível de 2001, que foi o mais baixo dos últimos seis anos.

Desempenho recente da pecuária brasileira

A partir de meados da década de 90, a pecuária brasileira vem experimentando significativos avanços em termos de sanidade, modernização e ganhos de produtividade, consolidando a posição do país como grande produtor e exportador de carnes. A taxa de desfrute do rebanho bovino, que era de 17,2% em 1995, passou para 20,5% em 2002, indicando a nítida tendência de aumento de produtividade da pecuária brasileira.

A produção de carne bovina teve um aumento de 32,4% de 1995 a 2002, passando de 5,4 para 7,15 milhões de toneladas em equivalente carcaça – um crescimento médio de 4,1% ao ano. As exportações do setor apresentaram crescimento ainda mais surpreendente, com aumento de 250,9%: passaram de 285 mil toneladas, em 1995, para uma



Momento oportuno

O setor brasileiro de café precisa definir seus objetivos e efetivar as medidas capazes de realizá-los

FRANCISCO OURIQUE

A orientação programática definida pelo novo presidente do Brasil deverá enfocar novos objetivos e métodos que passem pelo estímulo a setores de elevada densidade na relação trabalho/produto, bem como segmentos geradores de receita cambial e fiscal – o que significa garantir ingressos líquidos fundamentais para criar capacidade de investimento e neutralizar restrições externas às políticas de crescimento.

O café se destaca entre os diversos setores da economia nacional que podem contribuir para o novo foco do desenvolvimento. Produzido em vários estados, tem importância significativa para as economias estaduais e municipais de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rondônia, onde é motor do desenvolvimento de muitos municípios e já foi fonte tributária de importância capital, até a isenção da incidência do ICMS sobre sua exportação, perda tributária compensada com os repasses previstos na Lei Kandir.

Na maioria das regiões, os tratos culturais nas unidades de produção e o processo de colheita são rotinas de elevada intensidade de mão-de-obra, cujos padrões podem ser modernizados e requerem melhoria das condições de renda e trabalho, ampliando a produtividade sem perda de competitividade. A restrição mais significativa à melhoria das condições de renda e trabalho é a volatilidade da renda rural, que passa por períodos de euforia seguidos de crise, pêndulo definido por políticas setoriais mal desenvolvidas e de implementação em geral ineficiente.

Na área da renda setorial, nos últimos três anos se registrou uma desnecessária perda de receita. Os preços internacionais chegaram a níveis expressivamente depreciados, causando perplexidade até mesmo a importadores e industriais, que absorveram parcela significativa da queda da receita rural em lucros anormais.

Em geral, os ciclos de produção acima da demanda agregada de café no mundo não duram mais de três anos. No desfecho de cada ciclo temos uma repetida história de queda na produção mundial, e a perda brasileira em geral é mais substancial do que a de outros países, nos quais o café é ainda segmento econômico de importância capital, e elevados estoques em mãos do mercado mundial.

Com o ingresso das produções em ciclo de crise, os estoques em mãos do mercado mundial acabam por absorver o lucro do ajuste, enquanto a renda rural sofre restrições globais em função de a relação preço/nível de produção estar sob forte restrição.

Por outro lado, o café sofre com o problema do desencontro da sazonalidade entre oferta e demanda de produtos agrícolas não-perecíveis. Enquanto o Brasil, como o resto do mundo produtor, colhe sua produção em três a quatro meses, a demanda é dispersa, e só altera seu comportamento diante de graves crises de abastecimento.

Resposta complexa

Se os parâmetros de funcionamento da economia cafeeira nacional e internacional são tão transparentes e sua operacionalidade tão evidente, por que não há políticas públicas consistentes e duradouras?

A resposta a essa questão passa por um razoável universo de complexidades, a mais importante das quais é a baixa consistência e perseverança da gestão pública do setor. Em segundo lugar vem o complexo comportamento das representações do setor privado, que participam do processo decisório governamental desde 1996 com a criação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Há cerca de quatro meses, quando os preços do café estavam depreciados em níveis históricos e o Brasil ainda processava sua maior colheita, tivemos a satisfação de colaborar com a elaboração de um plano econômico de emergência para a cafeicultura nacional, fruto da ação

Precisa de recursos para investimentos em infra-estrutura, custeio e manutenção dos serviços de defesa sanitária, contratação de corpo técnico capacitado para realizar as ações de vigilância e fiscalização, pagamento de salários e encargos sociais. Essas medidas são fundamentais para um nível adequado de proteção do sistema produtivo brasileiro que permita assegurar crescimento econômico da atividade e geração de empregos, renda e excedentes exportáveis. Conforme cronograma do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA), a erradicação da doença em todo o território brasileiro está prevista para 2005, com perspectivas de antecipação desse prazo para 2004.

Para continuar avançando no crescimento da produção e aumento da participação no mercado mundial, o país precisa investir fortemente em sanidade, para que os importadores não tenham condições de exercer o acirrado protecionismo que vem sendo praticado sob a bandeira das barreiras sanitárias. Só assim o país poderá desenvolver ações para acesso aos mais importantes mercados mundiais de carne bovina, como Nafta (Canadá, Estados Unidos e México) e países asiáticos como Japão e Coréia. É essencial também dar continuidade e fortalecer o *Brazilian Beef*, valiosa ferramenta para abrir novos mercados e impulsionar as vendas externas.

A tendência de queda da produção de carne bovina nos Estados Unidos dentro dos próximos três anos abrirá oportunidades de comércio ao Brasil após o credenciamento do país para vender carne *in natura* ao mercado norte-americano, o que deve ocorrer em 2004. Atualmente o Brasil vende aos Estados Unidos apenas carne bovina em conserva ou *corned beef*. Estima-se que o Brasil receba uma cota fixa anual de 20 mil toneladas de carne *in natura* ou então seja contemplado dentro da cota de outros países, que não possuem cota específica para vender aos Estados Unidos. A cota destinada a outros países soma 64 mil toneladas anuais e pode proporcionar maiores vantagens ao Brasil. A abertura do mercado norte-americano também pode favorecer a entrada da carne brasileira em outros mercados, porque o rigoroso serviço de inspeção sanitária dos Estados Unidos para conceder autorização de exportação acaba servindo como uma garantia para quem deseje importar o produto. Para entrar no mercado de carne *in natura* dos Estados Unidos é necessário cumprir todas as exigências sanitárias daquele país, especialmente com relação a normas de segurança de alimentos, implantação de processos de análise de pontos críticos de controle (HACCP), boas práticas de etiquetagem e certificação.

No campo sanitário se incluem ainda a implementação de programas similares ao da febre aftosa para doenças como tuberculose, brucelose e raiva. Além disso, o governo e o setor privado brasileiro devem apoiar programas para erradicação da febre aftosa em países limítrofes, como Bolívia e Paraguai, tendo em vista que a presença do vírus da doença nesses países representa um risco constante.

As exportações do setor em 2002 devem alcançar US$1,1 bilhão, registrando aumento de 7% em relação a 2001, com embarques de aproximadamente 1 milhão de toneladas em equivalente carcaça (+16%).

É importante também que sejam tomadas medidas para reduzir as distorções que afetam a competitividade da cadeia da carne bovina. Embora o país disponha de sistema de produção competitivo e parque frigorífico moderno e bem aparelhado, os agentes da cadeia ainda enfrentam graves problemas relacionados ao sistema tributário do país e à concorrência desleal exercida por empresas do segmento de abate que operam na informalidade. São empresas que não cumprem com suas obrigações legais quanto aos aspectos sanitários e tributários, competindo em condições desiguais no mercado e prejudicando as empresas que operam dentro da legalidade. Além disso, não raro os produtores levam grandes prejuízos de empresas que funcionam na marginalidade ou que por elas são levadas à falência. A solução para grande parte desses graves problemas dependerá do esforço e do sucesso do novo governo para aprovar uma reforma tributária que elimine o efeito cascata e reduza a carga de impostos sobre o setor, neutralize as distorções resultantes das diferenças na cobrança de ICMS entre os estados e torne mais fácil a cobrança e a fiscalização dos tributos. É importante também uma reformulação do sistema de inspeção sanitária do país que torne mais eficiente o combate à produção informal e preserve o interesse dos consumidores.

O relacionamento entre os agentes econômicos da cadeia produtiva da carne bovina é outro ponto fraco do setor. Casos de fraudes contra produtores e falta de transparência nas vendas de animais para abate constituem-se em fator de permanente tensão no mercado. Esses problemas são agravados pela falta de parâmetros para tornar as transações comerciais entre produtores e indústrias frigoríficas mais transparentes. A formação de alianças mercadológicas e programas de qualidade são importantes ferramentas de integração da cadeia, contribuem para desenvolver o sistema de gestão da produção e melhoram o relacionamento comercial na cadeia produtiva. No entanto, ainda é muito pequena a participação das alianças no volume total de negócios do setor. É importante um sistema obrigatório de classificação de carcaças bovinas para que a cadeia produtiva tenha informações sobre a qualidade da carne vendida à população. Dessa forma é possível transmitir informações ao longo da cadeia para que os pecuaristas possam direcionar a produção, atender às preferências dos consumidores e obter melhor remuneração pela qualidade.

Paulo Sérgio Mustefaga *é economista, assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).*
paulom@cna.org.br



Negócio consistente

Pesquisa e políticas adequadas podem garantir e ampliar a presença do Brasil no mercado de citros

ADEMERVAL GARCIA

A citricultura, com um PIB total estimado em US$5 bilhões em toda a cadeia produtiva, tem características que a distinguem do ambiente diversificado do hoje chamado agronegócio, ou, de forma mais antiquada, agropecuária.

As árvores levam quatro anos para produzir e podem passar 20 ou mais anos em produção, embora as pragas e doenças reduzam a vida média dos pomares a cerca de 15 anos, apesar de todos os cuidados e tecnologia aprimorada. Portanto, a atividade não tem liberdade de retração e expansão de produção para aproveitar variáveis de mercado como oscilações cambiais ou alterações nos preços internacionais. É uma atividade estável, cujas modificações se fazem ao longo do tempo. O baixo retorno ao citricultor e o conseqüente avanço de pragas e doenças na década de 1990 reduziram o número de árvores em produção de 180 para 145 milhões, e isso forçosamente afetará nossas exportações nesta década. O retorno adequado atual resultará em expansão do parque citrícola e superprodução na próxima década, resultando novamente em baixo retorno, se não se ampliar o acesso a mercados nos próximos anos. A citricultura é como um trem, que demora a parar e demora a retomar o curso, como acontece com o café, o cacau, a borracha e outras culturas perenes.

Até estar apta a produzir, cada árvore custa em média US$12. Mil árvores custam US$12 mil, enquanto a terra que as sustenta vale, em geral, menos de um terço disso. Portanto, o patrimônio maior do citricultor está nas árvores e não na área. Doenças como o cancro cítrico podem exigir a erradicação imediata do pomar ou, como o amarelinho, comprometer e até inviabilizar a produção. É, sem dúvida, uma atividade de alto risco.

Com base nesse horizonte, especialmente numa economia volátil como a brasileira, as escolhas feitas na hora do plantio – variedades, produtividade, localização, disponibilidade de água, formas de proteção contra o tempo e as pragas e doenças – não podem ser mudadas durante a vida útil da árvore. É claro que fazendas já implantadas recebem inovações tecnológicas freqüentes, mas as decisões tomadas em relação às árvores, especialmente quanto à escolha criteriosa das mudas, determinam a competitividade e a rentabilidade do pomar.

A defesa dos pomares, via técnicas de manejo e aplicação de defensivos, é o maior custo que o citricultor tem de enfrentar, chegando, segundo o Instituto de Economia Agrícola, a 52% dos custos de produção. O preço dos defensivos geralmente é dolarizado e os custos sobem na proporção dessa moeda; nem sempre o citricultor dolarizou seu contrato, ou dolarizou, mas recebeu em hora imprópria.

A defesa dos pomares exige tecnologia sempre atualizada, pois doenças e pragas são difíceis de combater e sempre surgem novas. Enfrentando o cancro cítrico e o amarelinho (CVC), os citricultores agora se defrontam com uma nova e ameaçadora doença, provisoriamente chamada "morte súbita de citros". A doença exige um aparato de pesquisa muito caro e em constante evolução, desenvolvido por instituições privadas, como o Fundecitrus, e públicas, como as várias universidades brasileiras e uma variada gama de entidades internacionais. O financiamento para esses trabalhos essenciais à atividade vem quase totalmente dos combalidos bolsos do produtor e da indústria de suco.

As pesquisas sobre controle de doenças e pragas devem levar em conta que os países compradores estão cada vez mais atentos a resíduos de pesticidas no produto final. Estão também atentos à preservação da água e do meio ambiente em geral e da saúde dos trabalhadores empregados na produção dos bens e serviços que adquirem. Em conseqüência, a

de lideranças rurais e de cujo processo o CPDC, infelizmente, não participou.

Mesmo com o Fundo Nacional de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) em baixa liquidez financeira, foi possível alicerçar um programa de ordenamento e valorização para a comercialização da safra de 2002/03 apoiado em diversos instrumentos, do usual crédito de carrego de café aos produtores e suas cooperativas, à postergação do vencimento de financiamentos anteriores e ao lançamento de opções de venda. O que mais surpreendeu o mercado na ocasião não foi o pacote de medidas, mas o anúncio de que o programa era para os próximos três anos. O discurso brasileiro informava ao mercado que iria administrar sua economia cafeeira pelo período do ciclo de ajuste da produção mundial. Infelizmente, essas medidas e o programa elaborado não tiveram continuidade, e esperamos que o novo governo se dedique à questão.

Por que então o mercado está conseguindo sustentar uma recuperação de preços de 50% em moeda internacional e 100% em moeda nacional? Sem dúvida, parte dessa recuperação se deve às medidas brasileiras e à decisão dos investidores internacionais de aplicar em ativos agrícolas de preços depreciados, entre eles o café. Contudo, devemos prestar redobrada atenção às mudanças ocorridas nos últimos anos com a utilização de cafés robusta em detrimento do arábica. A ampliação de 20% para 40% na participação de cafés robusta em *blends* internacionais expôs sobremaneira o mercado a qualquer restrição de produção dessa variedade. É o que está ocorrendo no curto prazo. Mas os preços internacionais poderão voltar a repercutir os chamados fundamentos gerais, que ainda são de oferta acima da demanda de café.

Nova queda nas cotações internacionais?

Se o Brasil e os demais países produtores não souberem entender e arranjar seu quadro institucional de gestão, crédito, foco e meta, há alta probabilidade de passarmos por nova pressão de baixa sobre as cotações internacionais do produto.

O Brasil está repassando cerca de US$700 milhões ao ano para outros agentes da cadeia do mercado pela simples falta de uma política bem desenhada, capaz de alinhar sua produção de três anos com uma meta de exportação adequada aos objetivos nacionais. O café que oferecemos a mais ao mercado mundial será o que vai faltar ao Brasil, para participar do mercado quando em regime de maior rentabilidade e preços mais atrativos. O setor público brasileiro precisa reaprender que estocar alimentos e produtos de exportação não-perecíveis é ação de política mínima.

O setor produtor demanda, politicamente, um planejamento estratégico mínimo para alcançar, de modo mais próximo do consensual, instrumentos capazes de recapitalizar o fundo e formas adequadas e estáveis de gerenciamento da oferta.

O setor cafeeiro brasileiro está profundamente enraizado na economia nacional. Mas não concretiza o esperado desenvolvimento da cadeia econômica para novos elos, particularmente para a fase de café torrado e moído.

Por que o Brasil não está participando do principal segmento mundial da cadeia cafeeira, cuja renda global é da ordem de US$50 bilhões? Uma das razões é a falta de equacionamento da funcionalidade da área agrícola do setor. Nos últimos anos, as medidas e demandas setoriais absorveram os recursos e a capacidade criativa dos gestores de política rural.

Sem funcionalidade adequada no setor produtor, que garanta ao Brasil o que comercializar, não há condições de se esboçarem passos mais atrevidos nas outras áreas da atividade. O setor empresarial nacional na área de café processado tem porte para abastecer o mercado doméstico e vem focando a exportação do produto industrializado em pequena escala, em conformidade com seu porte.

Por outro lado, estamos diante de fortes restrições quanto à capacidade do Orçamento da União de atender a demandas setoriais de elevada amplitude. Será que o café precisa do aporte de um grau expressivo de recursos do Orçamento ou o setor tem condições de buscar financiamento em outros setores e de outras formas?

Certamente, desde 1986 o Funcafé vem suprindo o setor rural com parcela expressiva de sua demanda de crédito. Esse sistema não poderá se repetir nos próximos três anos, pois a capacidade de investimento do fundo está comprometida com linhas de crédito alocadas ao setor rural com remissões previstas para daqui a dois anos.

A recapitalização do Funcafé está na ordem do dia. Evidentemente o setor produtor demanda, politicamente, um planejamento estratégico mínimo para alcançar, de modo mais próximo do consensual, instrumentos capazes de recapitalizar o fundo e, principalmente, formas adequadas e estáveis de gerenciamento da oferta anual. Enquanto o debate da recapitalização do fundo ainda está em seu princípio, devemos lembrar que internacionalmente se acredita que parcela da renda mundial nos últimos anos não foi repassada ao consumidor, mas foi apropriada como lucro anormal pelo segmento industrial. Essa realidade não pode ser politizada. Não cabe ao industrial abrir linhas compensatórias aos países produtores, mas sim à cadeia cafeeira brasileira empreender instrumentos e ações de captação de maior parcela do produto econômico da atividade.

A execução de um planejamento estratégico mínimo com metas, instrumentos e meios compatíveis de médio prazo é um desafio. Será necessário que o novo governo coloque em funcionamento na prática o CDPC, atual ou reformado. O importante é que o setor cafeeiro brasileiro defina seus objetivos e a execução de políticas seja objeto de gestão prioritária. Nesse processo, as demandas setoriais devem ser compatíveis com os objetivos nacionais e as oportunidades oferecidas pelo mercado internacional.

Francisco Ourique *é economista.*
ourique@attglobal.net

Políticas para o futuro

A lista de características diferenciadas vai ainda mais longe, envolvendo relações das indústrias com os produtores – nem sempre pacíficas. As oscilações de mercado não dispõem de mecanismos de proteção, como os subsídios à produção e à exportação oferecidos em outros países, sendo as tormentas inteiramente absorvidas pela cadeia produtiva do lado brasileiro.

A proposta para os anos vindouros deve envolver políticas que possam aumentar a competitividade do setor, melhorar a remuneração da cadeia produtiva – especialmente do produtor rural –, promover investimentos e fazer o setor crescer, gerando empregos e divisas para o país, além dos 400 mil postos de trabalho que atualmente sustenta e de US$1,3 bilhão que as exportações fornecem a nossa balança comercial.

A novidade do governo que chega seria ouvir e agir de forma a criar uma corrente positiva de exportações, gerando investimentos, emprego, divisas, renda e paz social.

Deveria ser óbvio, mas ainda é entendido como uma heresia: o exportador não precisa de dólares. Nem os tem. Exporta, contrata o câmbio, vende seus dólares e coloca reais no caixa – os mesmo reais que teria se a mercadoria tivesse ido para Campo Grande e não para Amsterdã. Quem precisa de dólares para pagar importações, juros, remessa de lucros e fazer investimentos é o governo. Portanto, ao governo cabe identificar os gargalos e as dificuldades, fazendo o que estiver a seu alcance para tornar o caminho do mercado internacional suave e atraente para os empresários que trazem esses dólares tão necessários, porque o governo não exporta nada. O governo novo começaria muito bem se nos poupasse do gasto discurso de que "os empresários carecem de mentalidade exportadora", "os produtos brasileiros não são vendidos, são comprados", que mostra arrogância e desconhecimento da realidade vivida diariamente pelos empresários. Quem precisa de mentalidade exportadora é o governo, não o empresário, que sabe onde está seu interesse e sempre está disposto a vender mais, crescer, investir, mas não se sente estimulado a isso em ambientes burocratizados, fiscalistas e conturbados como tem sido o do Brasil das últimas décadas.

O custo Brasil e o crescente custo São Paulo têm que ser reduzidos. Não se pode gastar mais com pedágios do que com combustível, e – pelo amor de Deus –, que isso não se resolva aumentando os combustíveis. Não se pode pretender exportar, quando mandar um produto para fora demanda 16 documentos e às vezes mais, cada qual mais complexo, e uma quantidade de movimentos burocráticos internos nas empresas, expondo-as a constantes processos nos órgãos públicos que levam anos para ser resolvidos e geralmente são arquivados, porque baseados em normas sem sentido.

Não se pretende exportar, quando mandar um produto para fora demanda 16 documentos, cada qual mais complexo, e uma quantidade de movimentos burocráticos das empresas, expondo-as a constantes processos nos órgãos públicos que levam anos para ser resolvidos.

É preciso que haja uma tomada de consciência pró-exportação no governo como um todo. O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, escapou por pouco de ser crucificado quando disse que o governo brasileiro tem um viés antiexportador. Tem toda razão, o doutor Armínio. Não faz sentido que a Alfândega esteja sob o Ministério da Fazenda, cuja função é coletar impostos e não fiscalizar atos de comércio como importação e exportação. O lugar da Aduana é no Ministério da Indústria e do Comércio (vamos parar de chamá-lo do Desenvolvimento, porque fica parecendo que os outros são do atraso) – onde, aliás, o presidente Itamar Franco já a colocou há quase 10 anos, em mais uma lei que não pegou. O exportador tem o direito de discutir com as autoridades que operam o porto sem receio de ser de alguma forma malvisto pelos órgãos da Fazenda, cujo poder é de todos conhecido. Não faz sentido uma norma que estabelece que a mercadoria tem que estar à disposição da fiscalização 72 horas antes do embarque. Essa norma impede, por exemplo, que uma mercadoria seja colocada diretamente no costado do navio, exigindo um depósito físico onde ela possa estar à disposição da fiscalização. Se queremos exportar, a fiscalização é que deve estar à disposição da mercadoria 24 horas por dia, sete dias por semana, o mais próximo possível do momento do embarque. O governo dispõe de técnicas de fiscalização a distância e mecanismos de punição aplicáveis a quem quebra a confiança, e não precisa controlar tudo o tempo todo.

O Brasil necessita urgentemente reaver sua soberania negociadora, perdida no Acordo de Ouro Preto, quando renunciou, em favor do Mercosul, à sua liberdade de negociar acordos bilateriais de comércio com os países compradores. Esse foi um dos grandes equívocos dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e está custando ao Brasil grandes espaços nos mercados internacionais e expulsando investimentos brasileiros para o exterior, como forma de atingir novos mercados e manter os existentes, escapando ao mesmo tempo do sufoco da burocracia pátria.

Em nenhum país do mundo o Ministério das Relações Exteriores cuida de assuntos de comércio, que vieram parar nas mãos do Itamaraty porque o Brasil era um país fechado até 1990, e era necessário explicar isso a um mundo que se abria de forma acelerada, a exigir habilidade diplomática. A propalada "diplomacia comercial" está causando uma confusão conceitual que precisa ser esclarecida. Diplomacia comercial não é uma atividade desenvolvida por diplomatas. É o nome que se dá a atos de chefes de governo ou ministros de

pesquisa citrícola deve considerar fatores estranhos a seu meio – comerciais, por exemplo – na busca de soluções para a proteção dos pomares. Daí a liderança da citricultura brasileira em projetos sofisticados como o genoma da *Xillela fastidiosa* – bactéria causadora do amarelinho –, cujo sucesso foi capa da revista *Nature* e colocou o Brasil no mapa-múndi da biotecnologia.

Esse complexo conjunto de regras de proteção dos pomares e do ambiente obriga o país a manter rigorosa fiscalização nos portos, aeroportos e fronteiras para controlar o trânsito de material vegetal de um estado para outro e de outros países para o nosso, como meio de evitar a introdução de pragas e doenças que coloquem em risco a atividade, aumentando o custo de produção e, portanto, reduzindo a competitividade.

O baixo retorno ao citricultor e o conseqüente avanço de pragas e doenças na década de 1990 reduziram a produção e afetarão as exportações desta década. Sem maior acesso ao mercado, o retorno adequado de agora resultará em superprodução e baixo retorno na próxima década.

Certas doenças e pragas, como *med fly*, *black-spot*, cancro cítrico, são responsáveis por barreiras técnicas que impedem a exportação de citros frescos do Brasil, isolando-nos dos principais mercados mundiais, aos quais só o suco de laranja tem acesso.

Hegemonia brasileira

A citricultura difere das atividades do agronegócio brasileiro e exige da representação política do setor – a Abecitrus – que se mantenha à frente dos acontecimentos, em função da importância da produção brasileira e da hegemonia do Brasil nos mercados mundiais do produto.

Noventa por cento do suco de laranja consumido no mundo representam a soma das produções do Brasil e dos Estados Unidos – mais exatamente, dos estados de São Paulo e Flórida. A Flórida produz para abastecer o mercado americano, que busca no Brasil, México e Costa Rica o volume que o país não consegue produzir. Os Estados Unidos são o maior e mais tradicional mercado de suco de laranja do mundo, mas não produzem o suficiente para seu próprio abastecimento. Seu supridor maior e mais confiável em termos de volume e qualidade é o Brasil. Para lá exportamos em média 200 mil toneladas/ano, gravadas com US$418 por tonelada, a maior tarifa aplicada a um produto agrícola não sujeito a regime de cotas. Nossas exportações se somam às 900 mil toneladas que os EUA produzem e a mais 100 mil toneladas que importam de outros países, para completar 1,1 milhão de toneladas que consomem e exportar cerca de 100 mil toneladas. A relação do Brasil com os Estados Unidos, no caso desse produto, depende do tamanho da safra da Flórida e da demanda do mercado. Precisam de nosso produto mas temem que tomemos o mercado deles, e por isso não aliviam a carga de ataques e *lobbies* para manter a exagerada proteção tarifária de que gozam desde 1930, 30 anos antes da primeira indústria se instalar por aqui. Isso é que é prevenção! A maioria da indústria da Flórida só tomou conhecimento dessa tarifa a partir de 1952, quando as geadas obrigaram o país a importar suco.

O Brasil produz 27% das laranjas e 50% do suco do mundo. Como a fruta fresca é abundante e quase sempre barata, a demanda de suco no mercado interno é pequena. Exportam-se 96% do suco de laranja produzido; 4% são utilizados como base de refrigerantes e para atender ao mercado interno de suco natural, pronto para beber, cuja presença nos supermercados cresce exponencialmente desde 1993, quando a primeira embalagem chegou às prateleiras. Considerando que o segundo produtor, os Estados Unidos, são importadores líquidos, esses 96% da produção brasileira atingem quase 80% do comércio internacional. Nenhum outro produto do agronegócio brasileiro tem tal expressão no mercado mundial ou é tão dependente do mercado externo, não tendo no mercado interno contrabalanço que possa aproveitar em casos de variação brusca do dólar, por exemplo. O que produzimos, exportamos, qualquer que seja o valor do dólar – o que não acontece com a maioria dos setores do agronegócio que contam com um mercado interno forte a sua disposição.

A liderança do Brasil nos mercados internacionais gera preocupação aos países importadores, aos quais precisamos sempre assegurar a qualidade do produto e as quantidades necessárias. Essa garantia se faz através dos sofisticados mecanismos políticos e técnicos que acompanham o produto – e os derivados, como óleos essenciais, por exemplo – até o destino final. Esse trabalho envolve enormes custos e demanda o emprego de técnicos habilitados e habituados a lidar com as regras locais de mais de 80 países onde o setor atua, nos cinco continentes.

As exportações brasileiras de suco de laranja estão estagnadas entre 1,1 e 1,2 milhão de toneladas de concentrado desde 1994. Nesse período a demanda cresceu mais de 300 mil toneladas. Volume adicional que o Brasil estava preparado para atender, e que teria diminuído as crises de preços dos anos 90, garantindo aos milhares de produtores remuneração justa por seu produto e meios de investimento a toda a cadeia produtiva. Esse aumento de demanda está sendo suprido pelo México, Costa Rica, Marrocos, Tunísia, hábeis no desenvolvimento de acordos de livre-comércio com a Europa e os Estados Unidos, enquanto o Brasil insiste em negociar apenas em conjunto com o esfacelado Mercosul. Como esse é um assunto de governo para governo, os setores econômicos brasileiros pagam pela teimosia e o pan-americanismo de Brasília, sem poder agir por conta própria, a não ser investindo no exterior, como está sendo feito, criando empregos e gerando divisas fora do país.

leiro: limão, uva, mamão papaia, manga e melão.

Moacyr explica que o estande, em Berlim, será unificado, apresentando a Imagem Brazil. "Será uma participação planejada do grupo Brazilian Fruit, que reúne os principais produtores e exportadores de frutas – um universo de mais de 2 mil produtores do país". Entre as novas estratégias do projeto Brazilian Fruit, destacamos a realização da promoção específica para cada uma das frutas do programa, bem como a prospecção de novos mercados para a fruticultura brasileira. "Estamos atentos e o foco concentrado nos países árabes (produtos frescos e industrializados), no Leste europeu (ampliar a atuação na Europa), mercados asiáticos, como os vizinhos do Japão (Coréia do Sul, Indonésia, China e Cingapura)", destaca.

Ficar atento às atividades do concorrente é estratégia de mercado. "É importante o monitoramento das metodologias e estratégias de *marketing* dos concorrentes, de forma sistemática e organizada, para não deixar que espaços vazios sejam ocupados por outros países. Temos que nos preocupar com o México, por exemplo, grande concorrente dos produtores brasileiros de limão taiti no mercado internacional." O México se posicionou no mercado externo antes do Brasil, e agora os produtores brasileiros serão mais agressivos no *marketing* e nas ações de promoção conjunta do limão, como a da cachaça, a exemplo do que os mexicanos fizeram com a cerveja e a rodela de limão, ganhando mercado.

"Vamos mostrar que a verdadeira caipirinha só pode ser elaborada com o padrão do limão taiti brasileiro (muito mais suculento), o que ajudará nossos produtores em suas ofertas na concorrência com o México. Outra novidade: a culinária asiática também será uma forma de apresentar o produto, já que os asiáticos têm como costume temperar a comida com o limão."

"Queremos mostrar o Brasil não como um exportador de produtos exóticos, mas como fornecedor de primeira linha de frutas tropicais e temperadas. Portanto, a promoção institucional deverá consolidar a imagem do Brasil, difundindo para os consumidores uma mensagem central de confiança, qualidade e segurança. E para o *trader*, comprometimento e compromisso.

O setor de frutas já comemora a virada de 2002, com estimativa de exportar mais de US$250 milhões, o que poderá representar um incremento de 25% em relação a 2001. O volume exportado também será maior, explica o gerente da Central de Serviços do Ibraf, Maurício de Sá Ferraz. "Com os números de janeiro a outubro de 2002, que apontam aumento de 10% em valor e 15% em volume em relação a 2001, podemos esperar, com as festas de final de ano e outras estimativas de vendas externas, uma virada de 2002 com volume de 640 mil toneladas de frutas exportadas", comemora.

O Ibraf (Instituto Brasileiro de Frutas) mantém convênio de promoção comercial com a Apex (Agência de Promoção de Exportações) desde 1998, quando começaram as ações de mobilização e treinamento da cadeia produtiva, preparando a base para exportar com apoios a missões no exterior, prospecção de mercado e participações em feiras e eventos internacionais.

Malu Emidiato *é jornalista*
www.ibraf.org.br

FUMO

Boas perspectivas

Setor fumageiro otimista com o novo presidente

MARIA LUIZA NUNES

As demonstrações de otimismo e a intenção de expandir a agricultura anunciadas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva despertaram a confiança de Hainsi Gralow, presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), que congrega mais de 164 mil famílias agricultoras nos três estados do Sul do Brasil. Para o dirigente, Lula deverá levar em conta os 2,2 milhões de empregos diretos e indiretos gerados pela cultura do tabaco. "Além disso, o futuro governo, que pretende dar ênfase à exportação, vai considerar que o Brasil é, desde 1993, o maior exportador de tabaco, mandando para fora hoje 75% de sua produção", disse ele, que, diante do câmbio favorável, prevê uma boa fase para o setor fumageiro. "Estamos sintonizados com a situação mundial, embora hoje no Brasil nenhuma atividade agrícola seja muito rentável e o setor venha enfrentando sérios problemas", ressaltou, cauteloso.

A situação mundial também sugere otimismo. Com a redução do estoque mundial – o mais baixo dos últimos cinco anos – causada principalmente pela diminuição da produção nos Estados Unidos, Canadá e Zimbábue, até então o maior concorrente brasileiro, que reduziu sua produção em 68%, de 235 mil para 75

Estado ao promover os produtos do seu país onde quer que estejam. Como, de maneira superinovadora, está fazendo o presidente eleito ao utilizar aviões brasileiros em suas viagens. Os diplomatas são preparados e necessários para apagar incêndios, reduzir atritos, buscar harmonia e criar entendimento entre as nações. Não estou dizendo que diplomatas não devam ser envolvidos no comércio internacional, mas apenas que o MRE não deve ter o comércio entre as suas missões. O Estado brasileiro precisa de um órgão de comércio semelhante ao USTR americano, que luta, briga, ameaça, esperneia por seus espaços, deixando ao MRE a função de encaminhar as negociações que exijam habilidade diplomática e profissionais reconhecidos pelos Estados estrangeiros. Além disso, sendo hoje a única carreira organizada no serviço civil, os diplomatas estão sujeitos a promoção e remoção, o que faz deles generalistas – como é de sua natureza – e não especialistas como o comércio exige. Quando as exportações vão mal, o MRE paga uma conta que não é dele, enquanto outros órgãos que deveriam estar envolvidos simplesmente ficam protegidos da crítica. Mas, pelo amor de Deus, esqueçam o tal Ministério do Comércio Exterior, porque nenhum país de destaque possui um e não vamos ser a exceção, de novo.

Há outros itens e inúmeros outros gargalos. Praticamente tudo que afeta a atividade exportadora citrícola afeta as demais atividades do agronegócio, e a maioria delas compromete também atividades industriais de produção e exportação. As soluções serão sempre muito abrangentes e terão reflexos muito amplos em nossa economia. Mas é preciso acreditar, discutir paradigmas, contestar práticas que remontam às origens do Estado brasileiro. É hora de mudar, vamos partir do zero.

Nunca devemos esquecer que a famosa e histórica abertura dos portos brasileiros, de 1808, foi promovida por D. João VI por imposição da coroa britânica, em troca da proteção da armada inglesa à família real que fugia de Portugal e de Napoleão. A abertura dos portos foi feita, portanto, para facilitar a entrada de produtos estrangeiros e não a saída de produtos brasileiros. A lembrança vem bem a propósito quando se discute a Alca. Se não estivermos preparados agora, como não estávamos em 1808 – e ainda não estamos –, vamos novamente fazer uma abertura histórica, só que com muito mais gente para pagar a conta. Do nosso lado!

Ademerval Garcia *é presidente da Abecitrus.*
agarcia@abecitrus.com.br

FRUTICULTURA

Imagem Brasil

Exportar mais exige novas estratégias de marketing, além de conhecer melhor os clientes lá fora

MALU EMEDIATO

Para exportar mais em 2003, o produtor de fruta brasileira busca estratégias de *marketing* e aumenta o monitoramento das ações dos concorrentes no exterior. O setor estima investir mais de R$4 milhões em ações de promoção comercial.

Este ano, com as ações de promoção em parceria com a Apex, o setor espera aumentar o volume exportado em 20% em relação a 2001. O volume de negócios também será maior. Estima-se fechar 2002 exportando US$250 milhões em frutas frescas brasileiras.

Já na primeira quinzena de janeiro, os produtores de frutas estarão investindo mais nas iniciativas de *marketing* para a feira Fruit Logistica, que acontecerá de 16 a 18 de janeiro de 2003 em Berlim. As informações são do presidente do Ibraf, (Instituto Brasileiro de Frutas), Moacyr Saraiva. O setor estima investir mais de R$4 milhões em ações de promoção comercial, começando pela feira alemã.

O pavilhão será único e com a cara do Brasil, explica Saraiva. A imagem Brasil é um dos instrumentos de promoção que o setor vai utilizar no estande brasileiro, onde estarão reunidas 10 empresas exportadoras. Para Saraiva é importante também compatibilizar as ações de promoção, dependendo da safra, como no início do ano, dando maior ênfase por exemplo à promoção da maçã, cuja safra acontece de fevereiro a abril. "A maçã estará com produção em alta, o que permite maior número de vendas no exterior, sem comprometer o mercado interno. O calendário das promoções deverá obedecer à sazonalidade das frutas a serem promovidas para maior eficácia de nossas ações. É importante divulgar a fruta brasileira em feiras e eventos, mostrando não só a excelência como a capacidade de produzir, distribuir e entregar nos prazos combinados", explica Moacyr. Outras frutas estarão sendo apresentadas no pavilhão brasi-

de hectares, produz em torno de 31,6 milhões de toneladas, com produtividade de 12,22t/ha. Em posição privilegiada, o Brasil produz 23,3 milhões de toneladas, numa área cultivada de 1,8 milhão de hectares de produtividade de 13,5t/ha. O estado do Pará tem a maior área cultivada, de 292 mil hectares, cuja produção é de 4,2 milhões de toneladas.

Da África vêm mais de 50% da produção mundial de mandioca – área de 11 milhões de hectares, 91 milhões de toneladas ao ano e produtividade de 8,46t/ha. A produção quase toda se destina ao consumo interno: em alguns países chegam a ser consumidos 330kg *per capita* ao ano.

Cadeia produtiva

A cadeia produtiva da mandioca no Brasil é uma das mais complexas entre as de culturas de exploração econômica e social. Seu cultivo se destaca em todos os estados como atividade agrícola de alta relevância na promoção do desenvolvimento econômico e social, sobretudo para os pequenos produtores das regiões Nordeste e Norte.

Existem grandes variações entre os sistemas de produção, mas predominam as atividades familiares, nas quais a inserção de tecnologia é extremamente reduzida, resultando em baixa produtividade na maioria das propriedades, principalmente nas regiões Nordeste e Norte. Mas existe o cultivo empresarial, com elevada demanda tecnológica, alta produtividade e maior renda para os segmentos produtivos, incluindo os próprios produtores, os setores de processamento e fornecedores de insumos agrícolas.

A atividade de mandioca no Brasil constitui-se em grande geradora de empregos, oportunidade de trabalho direto para mais de 1 milhão de pessoas, receita bruta equivalente a R$2,5 bilhões e receita tributária de mais de R$300 milhões. Em 80% dos casos, as atividades são exercidas por mulheres, dado característico dessa cultura e oportunidade de inserção do gênero no mercado de trabalho.

Uma das vantagens da mandioca é a diversidade de seus produtos e usos. No Nordeste e Norte, a cultura é processada fundamentalmente para obtenção de farinha, cujo consumo tem-se reduzido nos últimos anos, mas ainda assim continua sendo a base alimentar da população, em particular da camada de menor poder aquisitivo na zona rural. Estima-se que atualmente existam mais de 25 mil unidades processadoras de farinha de mandioca implantadas nas propriedades rurais, a maioria atendendo à produção familiar. Implantadas recentemente, unidades de uso coletivo, na maioria ainda sem condições de competir em produtividade e cujos produtos têm baixa qualidade, começam a receber incentivo dos poderes públicos, sob a forma de planos para melhorar a infra-estrutura de produção e estimular o desenvolvimento social e econômico da cultura via inserção em mercados.

Mais de 70 produtos de aplicação industrial se originam da mandioca e são utilizados na confecção de têxteis, papéis, colas, medicamentos e alimentos.

Nas regiões Centro-Oeste e Sul, unidades de processamento dotadas de alta

Mundo: principais continentes produtores de mandioca

Continentes	Área plantada mil/ha	Produção t/raiz	Rendimento t/ha
África	10.804,48	91.451,29	8,46
Ásia	3.351,12	48.163,01	14,37
Américas	2.596,72	31.719.755	12,22
Oceania	15,848	183,292	11,57
Mundo	16.768,17	171.517,34	10,23

Fonte: FAO, 2001.

Brasil: principais regiões produtoras de mandioca

Regiões	Área plantada mil/ha	Produção t/raiz	Rendimento t/ha
Norte	477,30	6.479,90	13,57
Nordeste	791,10	8.349,50	10,55
Sudeste	133,90	2.139,30	15,97
Sul	345,60	6.397,20	18,51
Centro-Oeste	78,00	1.228,70	15,75
Brasil	1.825,90	24.593,60	13,47

Fonte: IBGE, 2001.

Brasil: principais estados produtores de mandioca

Estado	Área plantada mil/ha	Produção t/raiz	Rendimento t/ha
Pará	313,0	4.495,90	14,36
Paraná	211,4	4.329,50	20,48
Bahia	333,1	4.220,40	12,67
R. G. do Sul	94,9	1.297,40	14,35
Amazonas	101,8	999,00	10,15
Maranhão	142,8	994,20	6,96

Fonte: IBGE, 2001.

mil toneladas, uma boa fase para o setor pode ser vislumbrada. "Temos preços compatíveis e qualidade; toda a demanda mundial se voltará principalmente para o Brasil, pois somos reconhecidos pelos fumos limpos, resultado do sistema integrado que não utiliza defensivos inadequados", considerou Gralow, que destacou também o rápido crescimento da produção nacional. "Em 1998 produzimos 440 mil toneladas; no ano passado foram 635 mil toneladas e a nova safra deverá bater outro recorde, com a produção de 700 mil toneladas de tabaco", informou, salientando o quadro positivo diante da estabilidade no consumo, auferida no mesmo período. "Houve pouca variação; no último ano o consumo mundial foi de 6,2 milhões de toneladas e o número ficou em 6,3 milhões de toneladas", revelou.

Otimista, o presidente da Afubra acredita que o aumento de 18,67% no preço do fumo para a safra 2002/03, repassado provisoriamente pela indústria no dia 26 de novembro, deve ser modificado em favor dos produtores, no próximo encontro em dezembro. "Pedimos um índice bem superior e ainda não está definido o percentual para a assinatura do protocolo, mas tudo indica que este será um ano mais positivo para o fumo", salientou.

O maior problema enfrentado pelo setor são as ferrenhas campanhas antitabagistas. Nomeado pela ITGA (Associação Internacional dos Produtores de Tabaco) para, juntamente com o malauiano Garbet Thyangathyanga, representar a entidade nas negociações com a Organização Mundial de Saúde (OMS), Hainsi Gralow criticou o ex-ministro Serra. "Ele combateu publicamente o fumo certamente sem lembrar que muitos brasileiros comem, se vestem, estudam e pagam suas contas graças a essa atividade", considerou, criticando também o aumento de 10% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que passou a incidir sobre o preço do cigarro a partir de 2 de dezembro. "Entendo por um lado; mas, por outro, é preciso lembrar que hoje 30% do cigarro consumido no Brasil são provenientes de contrabando e falsificação e o aumento vai jogar ainda mais na clandestinidade a comercialização do produto", analisou.

Além do quadro positivo para o setor, a expectativa sobre as novas lideranças políticas nacionais também é animadora. "Cremos que a intenção dos novos governantes é das melhores", disse o dirigente, fazendo, porém, uma ressalva quanto à legislação. "Temos hoje uma lei que cobra 150% de imposto para exportar fumo para alguns países latinos, como Uruguai e Paraguai. O atual governo está na contramão; isso é muito ruim para nós, produtores, pois inviabiliza a comercialização com as nações vizinhas, que devem estar comprando fumo dos países europeus com altos subsídios, quando deveriam consumir o fumo brasileiro, no campo do Mercosul", avaliou. "O caminho encontrado pela fiscalização brasileira para evitar a fabricação de cigarros contrabandeados ou falsificados precisa ser revisto", finalizou Gralow.

Maria Luiza Nunes *é assisttente de comunicação social da Afubra*
luiza@afubra.com.br

MANDIOCA

Raiz de respeito

In natura *ou como fécula, um produto de muitas utilidades, sobretudo em indústrias alimentícias e têxteis*

CHIGERU FUKUDA

A mandioca, uma das mais importantes fontes alimentares das populações do mundo, mitiga a fome de mais de 500 milhões de pessoas, sobretudo nos continentes africanos e latino-americanos. Sua cultura ocupa uma área estimada de aproximadamente 17 milhões de hectares, com produção de 172 milhões de toneladas de raízes ao ano e produtividade média de 10,23t/ha.

A África participa com mais de 50% da produção mundial, em área cultivada de quase 11 milhões de hectares, com uma fantástica cifra de cerca de 91 milhões de toneladas ao ano e produtividade de 8,46t/ha. A produção da maioria dos países do continente se destina ao consumo interno – em alguns países chegam a ser consumidos 330kg *per capita* ao ano.

O segundo maior produtor mundial é a Ásia, com 30%, área cultivada de mais de 3,3 milhões de hectares, produção de 48,2 milhões de toneladas e uma produtividade de 14,37t/ha. Estima-se que quase toda a produção é processada e transformada em raspa, para alimentação animal, e fécula, para diversos usos, sobretudo em indústrias alimentícias e têxteis. A Tailândia é o maior exportador de produtos de mandioca, que geram uma receita de mais de US$1 bilhão.

O continente americano participa com cerca de 20% da produção mundial; sua área cultivada, de 2,6 milhões

segmentos, incluindo industrialização, consumo de alimento humano e animal, tanto interna e externamente.

O objetivo dessa proposta é a geração de emprego e renda para maior número de pessoas e seu foco principal deverá ser a agricultura familiar. Dados mostram cerca de 2,06 milhões de unidades de estabelecimentos rurais familiares no país, 88,3% dos quais no Nordeste, onde a área ocupada é estimada em 34 milhões de hectares – 43,5% da área da região. No Brasil, estima-se que 90 milhões de hectares estão disponíveis para a agricultura. Para reforçar esses números, segundo IBGE/Incra/FAO, em dados de 2001, cerca de 78% do total da produção agrícola na região Nordeste advêm de propriedades com menos de 20ha. Em relação ao emprego, a agricultura familiar ocupa 82,9% dos trabalhadores rurais, cerca de 6,8 milhões de pessoas, cujo valor anual bruto da produção corresponde a 43% de todas as atividades agrícolas.

Na região Nordeste, a cultura da mandioca, condição de sustentabilidade para a maioria dos estabelecimentos rurais, produz 7,8 milhões de toneladas de raízes, numa área cultivada de 740 mil hectares, com produtividade média de 11 mil toneladas/ha. Estima-se que 1 milhão de famílias estejam diretamente envolvidas com o agronegócio da mandioca, onde cerca de 95% das propriedades derivam das bases familiares. É uma posição invejável entre as culturas da região. Na Bahia, a mandioca contribuiu com cerca de 16% do valor bruto da produção agrícola, situando-se como primeira cultura de importância econômica. As estimativas para o ano de 2002 indicam que o estado terá produção de 3,8 milhões de toneladas de raízes, numa área cultivada de 300 mil hectares. Nenhuma outra cultura da região oferece tantas opções de exploração de produtos a partir da sua matéria-prima, das raízes e da parte aérea. É possível que na esfera da comercialização ainda haja espaço para remuneração da agricultura em bases familiares, reduzindo as desigualdades sociais, econômicas e regionais, desde que se estabeleçam uma organização social adequada e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, implantação de infra-estruturas modernas de unidades de produção e melhoria das existentes, bem como apoio à comercialização de produtos.

Chigeru Fukuda *é pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura.*
cfukuda@cnpmf.embrapa.br

LEITE

Terra prometida



Cresce a venda de produtos lácteos de multinacionais radicadas no Brasil para suas partes de outros países

VICENTE NOGUEIRA NETTO
MARCELO COSTA MARTINS
CARLA BERNARDES DE S. NERI

Diante da tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade para a população, o leite sempre é colocado em primeiro plano pelos governos e pelos *bons samaritanos*. A Prefeitura de São Paulo distribui 54t de leite em pó por dia, e não são raros os eventos culturais com orientação filantrópica que exigem uma lata de leite em pó como ingresso. Na memória recente da população de baixa renda está viva a lembrança do Programa Nacional do Leite para as Crianças

Uma das vantagens da mandioca é a diversidade de seus produtos e usos. Mas no Nordeste e Norte, é usada fundamentalmente para obtenção de farinha, cujo consumo tem-se reduzido, mas ainda assim continua como base alimentar da população de menor poder aquisitivo na zona rural.

tecnologia, especialmente para a produção de fécula, obtêm alta produtividade a custo reduzido e produtos de qualidade, competitivos no mercado nacional e no internacional. O Paraná, origem de cerca de 65% da produção de fécula no país, conta com um parque industrial de 50 unidades que em média processam 250t de raiz por dia, a maior delas com capacidade de processar até 600t de raízes. O estado do Mato Grosso do Sul é o segundo maior processador de fécula, com participação de 17% na produção nacional e 17 indústrias com capacidade de moagem muito semelhante às do Paraná. São Paulo e Santa Catarina são responsáveis pelo restante da produção de fécula de mandioca no Brasil.

Ironicamente, nenhuma unidade industrial está implantada nas regiões Norte e Nordeste, que juntas detêm cerca de 60% da produção do país. Nessas regiões, o aproveitamento integral da raiz na alimentação animal constitui a perspectiva mais viável para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do setor, especialmente no processamento de raspa e na confecção de silagem e feno a partir da parte aérea do vegetal – o que ainda não se tornou prioridade entre produtores e criadores. Tais produtos seriam de fundamental importância para as regiões semi-áridas, onde as chuvas escassas e mal distribuídas tornam difícil a cultura de alimentos. Exploradas com tecnologia adequada, as variedades adaptadas da mandioca poderiam suprir de modo eficiente a alimentação de animais e agregar renda aos ganhos de produtores e criadores.

O aproveitamento da mandioca para consumo *in natura* tem sido tímido, desenvolvido apenas por produtores isolados, apesar das oportunidades que se abrem para o produto nos mercados externos, especialmente em países da União Européia e no Japão. A inserção nesses mercados exige melhores conhecimentos tecnológicos de pós-colheita, sobretudo em relação a processamento e conservação e definição de variedades adaptáveis às diversas condições de clima e solo, além da identificação dos períodos mais adequados de plantio e colheita.

Aspectos tecnológicos

Não faltam hoje conhecimentos e tecnologias disponíveis para o pleno desenvolvimento econômico e social da mandioca nos sistemas de produção e processamento pós-colheita, graças a instituições de pesquisa e ensino, de diversas regiões e estados, como a Embrapa Mandioca e Fruticultura – responsáveis pela adaptação e geração de novas variedades, capazes de solucionar a maioria dos problemas derivados de doenças e pragas nos diferentes ecossistemas brasileiros. Trabalhos desenvolvidos pelos programas de melhoramento genético têm resultado no incremento de teores energéticos e proteínas, além de identificar genótipos para uso *in natura*. A identificação de genótipos de grande adaptação ao semi-árido representa viabilidade econômica em condições extremas de déficit hídrico e beneficia sobretudo pequenos agricultores com uma das opções mais importantes de sobrevivência nessa região. A melhoria técnica dos sistemas de produção, promovida pelas instituições de pesquisa, destaca as práticas culturais, manejo e conservação de solos e estudos pós-colheita.

Em relação ao processamento de produtos da mandioca, os conhecimentos tecnológicos disponíveis permitem obter produtos de alta qualidade e produtividade, como a farinha e a fécula, intensamente usadas na fabricação de derivados e demandadas tanto pelo mercado interno como para o comércio exterior.

Apesar de todo o acervo tecnológico disponível, a maioria das lavouras e unidades de processamento da mandioca continua de baixa rentabilidade – em especial nas regiões Norte e Nordeste, onde o quadro econômico e social mudou muito pouco – e produtores e processadores parecem resistir à transferência de conhecimentos e tecnologia.

Nordeste: geração de empregos e combate à pobreza

Da população brasileira, estimada em 171 milhões de pessoas, cerca de 53 milhões vivem abaixo da linha de renda mínima exigida como padrão de sobrevivência digna, com a agravante de 23 milhões em situação de total exclusão dos benefícios sociais e econômicos, além de 11 milhões de desempregados sem oportunidade de trabalho no modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Segundo dados divulgados, 120 mil pessoas morrem de fome por ano, num país de imensas áreas agricultáveis – em especial na região Nordeste.

A agricultura, fator-chave para redução da pobreza, pode gerar empregos e alimentos acessíveis aos menos favorecidos, reduzindo as desigualdades sociais e econômicas. Na região Nordeste, são 14,7 milhões de pessoas ou 31% da população total, e cerca de 2,8 milhões de trabalhadores, que vivem nas áreas urbanas, mas estão diretamente envolvidos com atividades agropecuárias, o que eleva o percentual para cerca de 46,6% da população rural.

Para os próximos anos, segundo projeções, as atividades agrícolas deverão proporcionar os caminhos mais viáveis para o desenvolvimento social e econômico do país. Os setores industriais não apresentam um quadro dos mais otimistas: cada vez mais conhecimentos e experiência serão exigidos, não restando aos menos preparados senão retornar à zona rural. Esse processo está ligado à reforma agrária e às políticas de incentivo à produção, que visam atender à crescente demanda de produtos agrícolas para comercialização em diversos

Hoje, mais de 70% do leite sob inspeção são resfriados na propriedade e transportados a granel, permitindo que o consumidor tenha acesso a um alimento de melhor qualidade. Além do mais, agora o setor reúne o binômio da competitividade – preço e qualidade –, habilitando-se a competir de modo mais agressivo no mercado internacional.

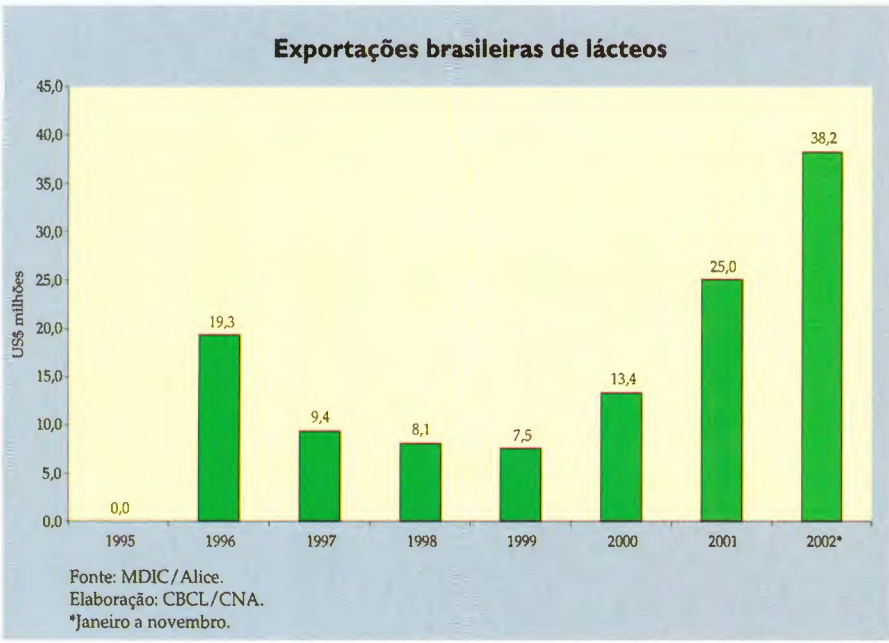
Em janeiro de 1995, quando o Mercosul evoluiu para a condição de união aduaneira, as tarifas intra-regionais foram eliminadas e o Brasil passou a concorrer diretamente com os parceiros do bloco. Portanto, a atividade leiteira nacional cresceu em um ambiente de concorrência bastante adverso, que exigiu constante incremento da eficiência.

O incremento da produtividade dos fatores de produção, aliado ao baixo custo de oportunidade da terra, coloca o Brasil entre os países que possuem os menores custos de produção de leite em todo o mundo. Juntamente com Austrália, Nova Zelândia, Argentina e Uruguai, o país compõe um grupo seleto de nações que produz um litro de leite por menos de US$0,15. Entre as nações mais competitivas na produção leiteira, o Brasil é a que possui maior possibilidade de expandir as áreas de pastagens e grãos forrageiros. Somente nas regiões de solo sobre cerrado, existe um estoque de 90 milhões de hectares agricultáveis a serem explorados.

Na prática, o Brasil tem assumido a condição de terra prometida para a produção de leite. As empresas multinacionais, sempre em busca de modos de produção mais competitivos, estão cada vez mais investindo e procurando estabelecer parcerias com empresas nacionais. Importantes grupos estrangeiros já fincaram suas bandeiras em solo brasileiro: Bongrain, Danone, Arla Foods, Nabisco, Nestlé, Comitê de Laticínios da Nova Zelândia, Parmalat, Philip Morris-Kraft, Sodiaal e Unilever.

Apesar de o Brasil possuir um dos mais baixos custos de produção de leite do mundo, historicamente essa vantagem comparativa não reverteu em competitividade. O país tem dificuldades para exportar seus derivados lácteos com lucro, porque no mercado internacional os preços dos laticínios são artificialmente baixos em função de práticas desleais de comércio.

A importância estratégica da atividade leiteira para o próximo governo não se restringe a sua utilização em programas de distribuição de alimentos. O setor leiteiro, com seu potencial de crescimento e exportação, pode ter papel decisivo na geração de emprego e renda.



2001: divisor de águas

No entanto, em 2001 as exportações brasileiras de produtos lácteos demonstraram maior vigor. As perspectivas otimistas para o setor leiteiro no início do ano passado, especialmente a aplicação das medidas *antidumping* e a desvalorização do câmbio, levaram a produção de leite destinada ao mercado formal a um incremento de 9,6%. Como a substituição das importações não foi suficiente para absorver toda a produção do país, as empresas aproveitaram o câmbio favorável e exportaram US$25 milhões.

O ano de 2001 foi um divisor de águas no que se refere à participação do Brasil no mercado internacional de produtos lácteos. Os empresários descobriram que não podem buscar compradores externos somente quando possuem excedente de oferta. Os negócios externos envolvem planejamento, constância e confiança, o que não se constrói de um ano para outro. Por essa razão, embora as exportações daquele ano fossem recordes, ficaram bem abaixo da necessidade de escoamento do excesso de produção, não impedindo a depressão dos preços domésticos.

A criação da Serlac Trading S.A., em maio de 2002, indica o amadurecimento das empresas de capital nacional, em especial das centrais de cooperativas. A iniciativa tem por objetivo principal coordenar as exportações de produtos lácteos para a inserção eficaz do setor leiteiro no mercado internacional, como exportador permanente. A Serlac é um empreendimento da Sertrading S.A. e cinco das principais indústrias nacionais de laticínios: a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (Itambé); a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo (CCL/SP); a Cooperativa Central Agroindustrial do Paraná Ltda. (Confepar); a Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S.A. (Ilpisa) e a Embaré Indústrias

Carentes (PNLCC), mais conhecido como "tíquete do leite". Esses programas recorrentes evidenciam a versatilidade do leite e seus derivados produzidos em todo o território brasileiro, uma das principais fontes de nutrientes na dieta da população brasileira.

No entanto, a importância estratégica da atividade leiteira para o próximo governo não se restringe a sua utilização em programas de distribuição de alimentos. O setor leiteiro, com seu potencial de crescimento e exportação, pode ter papel decisivo na geração de emprego e renda – contando com políticas capazes de promover o crescimento sustentável do setor.

Importância econômica e social

O último censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou no país 1,8 milhão de propriedades leiteiras. A pecuária de leite está presente em aproximadamente 40% das propriedades rurais do Brasil, sendo desenvolvida predominantemente por pequenos e médios produtores.

Admitindo-se que a produção primária ocupa mão-de-obra de, pelo menos, duas pessoas por propriedade, pode-se afirmar que somente esse segmento da atividade leiteira gera 3,6 milhões de postos de trabalho permanentes. Dessa forma, quaisquer medidas adotadas pelo novo governo em favor do setor leiteiro beneficiarão uma *nação leiteira* maior que a população do Uruguai.

Do ponto de vista econômico, o sistema agroindustrial do leite encontra-se entre os mais importantes do agronégocio brasileiro. Em 2002, as estimativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicam que a produção de leite será de 21 bilhões de litros. O valor bruto dessa produção será de aproximadamente R$7,5 bilhões. No cenário internacional, o Brasil é o quinto maior produtor de leite, após União Européia, Estados Unidos, Índia e Rússia.

De acordo com estudos do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite (CNPGL), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1996 o faturamento do setor de leite e derivados foi de R$17,34 bilhões, descontando-se os impostos indiretos líquidos e as margens de transporte e comercialização. Naquele ano a arrecadação de ICMS sobre o setor foi de R$2,11 bilhões, 4% do total arrecadado com esse imposto.

O estudo ainda demonstra que o sistema agroindustrial do leite apresentou indicadores de multiplicação de produção e emprego em comparação aos demais setores, bem como se mostrou relevante em termos de geração de renda. Além do mais, o setor mostrou-se capaz de gerar novos postos de trabalho por valores reduzidos. A cada aumento de R$5.080,78 na demanda final de leite e derivados, um emprego permanente é gerado na economia.

Os resultados do trabalho da Embrapa evidenciam que ações públicas para gerar emprego e renda no Brasil devem tomar a atividade leiteira como prioritária.

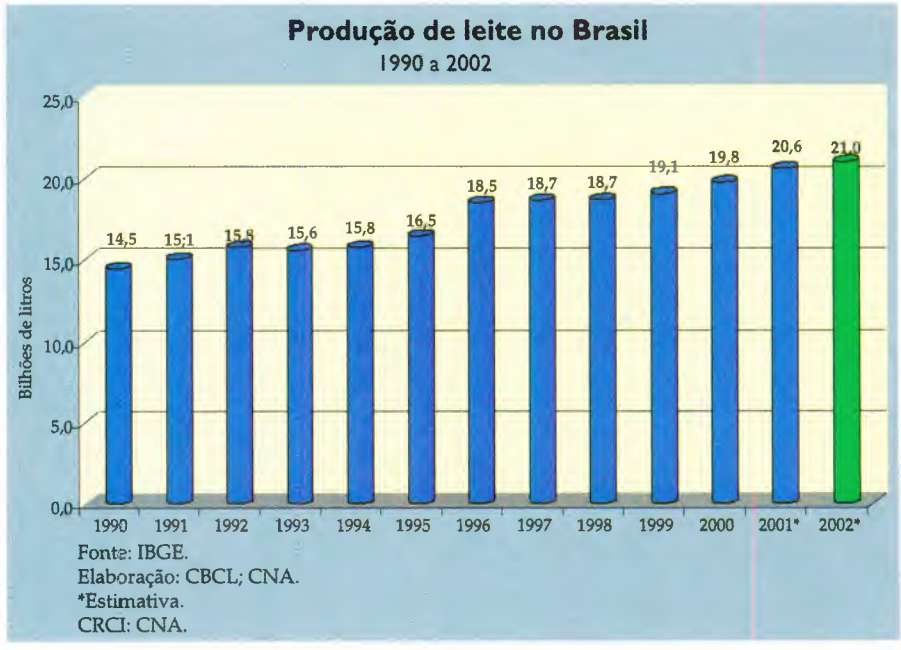
Potencial para crescer e exportar

Em 1994, ano de implantação do Plano Real, a produção nacional de leite era de 15,78 bilhões de litros. A maior parte dessa produção era transportada em latões, sob temperatura ambiente, com grande perda de qualidade até a chegada na indústria. Considerando a produção estimada para 2002 – 21,06 bilhões de litros –, a taxa média de crescimento da produção nesse período foi de 4,1%.

A elevação da produção e da produtividade do rebanho brasileiro está diretamente ligada à especialização do pecuarista. O aumento da escala de produção compensou o declínio no número total de produtores, permitindo o incremento na captação da indústria. Esses avanços, somados à introdução de tecnologias adequadas à realidade nacional, privilegiando a utilização de forrageiras tropicais e o bom gerenciamento da propriedade, modificaram o perfil da atividade leiteira nas diversas regiões do país.

Quanto à qualidade da matéria-prima, verificou-se uma verdadeira revolução.

Apesar de o Brasil possuir um dos mais baixos custos de produção de leite do mundo, essa vantagem comparativa não reverteu em competitividade. O país tem dificuldades para exportar seus derivados lácteos com lucro em função de práticas desleais de comércio.



Fonte: IBGE.
Elaboração: CBCL; CNA.
*Estimativa.
CRCI: CNA.

para o desenvolvimento econômico e social do país, os representantes do setor, reunidos no Segundo Congresso Internacional do Leite, promovido pela Embrapa Gado de Leite, elegeram um conjunto de medidas para serem apresentadas ao novo governo. Três dessas medidas, as primeiras relacionadas a seguir, foram consideradas contribuições prioritárias para a formulação de políticas de segurança alimentar, geração de empregos, renda e tributos.

Principais países produtores de leite no ano de 2002

Bilhões de litros		(%)
União Européia	114,5	23,85
Estados Unidos	77,1	16,06
Rússia + Ucrânia	46,8	9,75
Índia	36,5	7,60
Brasil	21,1	4,39
Nova Zelândia	13,7	2,85
Polônia	12,2	2,54
Autrália	11,4	2,38
Argentina	9,2	1,92
Outros	137,5	28,65
Total	480,0	100,00

Fontes: USDA, CNA.
Elaboração: CBCL.

1. Inclusão do leite e derivados na Política de Segurança Alimentar para o Brasil (Projeto Fome Zero).

O leite e seus derivados constituem importante fonte de calorias, proteína, cálcio, fósforo e vitaminas, podendo assumir papel decisivo na tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade à população de baixa renda. Além do mais, os derivados lácteos são produzidos em todo o território nacional, o que facilita a operacionalização do programa em todos os municípios brasileiros.

Importante é a utilização do leite de origem nacional nos programas sociais e na merenda escolar, que além de contemplar os objetivos do Projeto Fome Zero, estimulará os produtores de leite com o crescimento da demanda. Ao privilegiar a produção leiteira local, a economia regional ganhará com a criação de novos empregos, aumento da renda e crescimento na arrecadação de impostos.

2. Combate às fraudes para garantir a qualidade e a segurança dos alimentos, entendidas como instrumento de proteção ao consumidor de ação mais ampla, englobando não somente os atributos relativos à saúde, mas também os relacionados a outros direitos dos consumidores, como a proteção contra fraudes no peso e na composição dos alimentos e informações enganosas nas embalagens.

A sonegação de tributos e a não observação das exigências sanitárias e de conservação do meio ambiente conferem vantagens comparativas às empresas de laticínios que não cumprem suas obrigações legais. Como resultado, as demais indústrias sofrem perdas de receita ao enfrentar essas práticas desleais. Os prejuízos atingem os consumidores, que compram produtos de má qualidade, e os produtores, que vêem afetada a sua remuneração. Tais fraudes ainda se estendem à falsificação de mercadorias, com danos ainda maiores, pois essa ação criminosa pode causar vultosas perdas de investimentos na consolidação de uma marca.

3. Elevação do imposto de importação do leite em pó, queijos e soro para 35% – produtos que estão na lista de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) com imposto de 27%, tarifa ainda insuficiente para defender o setor leiteiro da prática de subsídios, principalmente por parte da União Européia e dos Estados Unidos, que influem negativamente no mercado internacional.

As importações desleais de produtos lácteos dificultam o crescimento da produção e as iniciativas de exportação. Se o setor produtivo nacional puder explorar sua vantagem comparativa, o desenvolvimento da pecuária de leite no Brasil poderá ser significativamente mais elevado.

4. Redução e harmonização da tributação.

A participação dos gastos com alimentação nas famílias mais pobres é ainda, em média, superior a 50% do rendimento familiar *per capita*, segundo os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). As políticas públicas redutoras dos preços de alimentos apresentam grande potencial de melhoria do bem-estar das populações mais pobres – objetivo perseguido pelo governo eleito. Um dos instrumentos que pode atingir esse fim, com eficácia e rapidez, é a desoneração da carga tributária de bens e serviços de maior peso no orçamento da população mais pobre, particularmente a desoneração dos impostos indiretos – em especial o ICMS, o PIS e a Cofins – dos produtos alimentares, sobretudo os lácteos. Estudo recente da CNA demonstra que o somatório do ICMS, PIS, Cofins e contribuições previdenciárias representa tributação de mais de 20% sobre o leite em pó integral e aproximadamente 40% nos queijos.

Também é preciso harmonizar a legislação do ICMS entre os estados da União, visando eliminar vantagens competitivas artificiais, e observar a simetria das alíquotas dos diversos produtos lácteos, evitando que uma commodity tenha maior tributação que outra.

5. Seguro de renda para a produção de leite, nos moldes da Lei nº 7.214/2002, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e cria o conselho interministerial desse seguro.

6. Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

A inclusão do leite na PGPM para efeito de realização de Empréstimo do Governo Federal (EGF), aprovada na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 28-11-2002, além de representar uma grande conquista para o setor leiteiro, abre a possibilidade de formular políticas que sempre foram privilégio das lavouras. Agora pode se procurar adaptar, entre outras políticas, os contratos de opção e o Programa de Escoamento da Produção (PEP) à realidade do setor leiteiro.

7. Melhoria da qualidade da produção de leite dos pequenos produtores.

Brasil: exportações de lácteos

Período	US$ FOB	Peso líquido (kg)
1990	278.002	93.832
1991	377.920	240.547
1992	31.732	49.776
1993	2 313	1.184
1994	4.674	3.047
1995	23.039	20.968
1996	19.256.881	7.786.083
1997	9.409.578	4.303.508
1998	8.105.089	3.000.017
1999	7.520.039	4.398.335
2000	13.360.878	8.927.628
2001	25.029.993	19.371.274
2002*	38.241.993	37.904.304

Fonte:MDIC/Alice.
Elaboração: CBCL.
*Janeiro a novembro.

Os empresários descobriram que não podem buscar compradores externos somente quando possuem excedente de oferta. Os negócios externos envolvem planejamento, constância e confiança, o que não se constrói de um ano para outro.

Brasil: produção, importação e consumo de leite

Ano	Produção (milhões de l)	Var. (%)	Importação (milhões de l)	Var. (%)	Consumo *per capita* aparente (l/hab.)	Var. (%)
1980	11.162	-	774	-	100,7	-
1981	11.324	1,45	56	-92,75	93,9	-6,74
1982	11.461	1,21	79	41,35	93,2	-0,78
1983	11.463	0,02	193	143,13	92,1	-1,14
1984	11.933	4,10	207	7,31	93,9	1,98
1985	12.078	1,22	331	59,98	94,0	0,12
1986	12.492	3,43	2.319	600,60	110,0	16,99
1987	12.996	4,03	813	-64,94	100,6	-8,54
1988	13.522	4,05	214	-73,68	98,2	-2,34
1989	14.095	4,24	1.357	534,11	108,6	10,53
1990	14.484	2,76	906	-33,24	106,3	-2,06
1991	15.079	4,11	1.313	44,92	111,5	4,87
1992	15.784	4,68	276	-78,98	107,6	-3,52
1993	15.591	-1,22	632	128,99	107,0	-0,50
1994	15.784	1,24	1.250	97,78	110,7	3,44
1995	16.474	4,37	3.200	156,00	126,0	13,81
1996	18.515	12,39	2.450	-23,44	132,4	5,02
1997	18.666	0,82	1.930	-21,22	128,2	-3,17
1998	18.694	0,15	2.270	17,62	128,6	0,34
1999	19.070	2,01	2.410	6,17	129,9	1,01
2000	19.767	3,65	1.808	-24,98	127,1	-2,18
2001*	20.600	4,21	800	-55,75	123,7	-2,66
2002*	21.012	2,00	1.400	75,00	127,1	2,78

Fontes dos dados básicos: IBGE, MAA, MF, Secex/MDIC.
Elaboração: CBCL,CNA e Leite Brasil.
*Estimativa.

Alimentícias S.A. (Embaré). A nova empresa comercializará seus produtos com a marca Brazilian Dairy Board.

Outro indicador da evolução da cultura exportadora da cadeia do leite no Brasil está nas ações das multinacionais do setor instaladas no país. Nos últimos anos, é crescente a venda de produtos lácteos dessas empresas para suas partes em outros países do mundo. O início das atividades da Dairy Partners Américas (DPA), *joint-venture* formada por meio de uma aliança entre a Nestlé e a Fonterra (em janeiro de 2003), pode incrementar esse tipo de exportações. Outras empresas multinacionais que atuam no Brasil, a exemplo da Parmalat e da Mococa, do grupo holandês Royal Numico, têm nas exportações para terceiros mercados mais uma alternativa de negócios, além das vendas para empresas do mesmo grupo em outros países.

Para ratificar o novo ciclo da atividade leiteira no Brasil, em que as exportações aparecem como real alternativa de negócios, mantendo o equilíbrio entre a oferta e a demanda do mercado doméstico, as vendas externas de produtos lácteos alcançarão novo recorde em 2002, ultrapassando a casa dos US$40 milhões.

Políticas para o agronegócio do leite

Em que pese aos avanços recentes, especialmente quanto à defesa comercial e à modernização da atividade, o setor leiteiro deve buscar a qualquer custo a implementação de medidas que proporcionem maior estabilidade e previsibilidade aos preços recebidos pelas indústrias e pelos produtores – condição indispensável à sobrevivência de uma atividade leiteira especializada. A ausência da pressão dos preços internacionais é insuficiente para evitar a queda dos preços aos produtores quando há excedente de oferta, mesmo que seja pequeno, como ocorreu em plena entressafra de 2001. Além disso, mesmo com a redução da sazonalidade da produção, a tendência é de que a produção no período das águas ainda seja ligeiramente maior do que no período de seca.

Nessa direção, e partindo do princípio de que o crescimento da produção e das exportações de lácteos poderá ampliar a contribuição da cadeia produtiva do leite



Grão de ouro

Mesmo em tempos de forte intervenção governamental, o mercado de milho sempre carece de liquidez

LUIZ ANTONIO PINAZZA
REGIS ALIMANDRO

O quadro de oferta e demanda de milho no Brasil apresenta com muita freqüência um desbalanceamento ao longo da história. Temporadas de safras generosas geram excedentes que, mesmo não sendo volumosos, acarretam fortes baixas nos preços e prejuízos para o agricultor. O resultado é uma queda na área e no uso de tecnologia com efeitos negativos sobre o tamanho da colheita e subida nas cotações.

Depois da safra recorde de 2000/01, apareceu um cenário interessante para o cereal, no qual a firmeza dos preços internacionais da soja junto com a desvalorização interna do câmbio tiveram substancial influência.

Em 2001, para enxugar o mercado interno, a saída foi escoar cerca de 5,6 milhões de toneladas da produção para exportação. Os preços deprimidos e a desvalorização do real favoreceram as operações de embarque. Paralelamente, o excelente desempenho das exportações na suinocultura e avicultura aumentava o consumo interno do cereal. Os estoques de passagem de milho ficaram rapidamente muito baixos e no final do ano chegavam ao ponto crítico de não representar a metade de um mês de consumo, de acordo com as estimativas da Conab. O sinal vermelho acendeu para toda a cadeia produtiva.

Somada ao fato a agravante de uma queda de quase 15% na área plantada na safra 2001/02, o mercado dava fortes indícios da possibilidade de uma fraca oferta durante 2002. Para piorar, a safrinha se manteve próxima do seu patamar razoável de 6 milhões, enquanto as estiagens no Rio Grande do Sul e Santa Catarina reduziram o milho da primeira safra para 29 milhões de toneladas. Com déficit no abastecimento e uma exportação próxima de 2 milhões, a crise de abastecimento tornou-se um perigo iminente e os preços dispararam.

Entre dezembro de 2001 e novembro de 2002, o preço da saca de milho saiu do nível de R$11/13 para R$26/28. Governo e agentes das cadeias produtivas nas quais o cereal goza de importância estratégica

Brasil: lavouras de milho e soja

Área (mil ha)	Safra 2001/02 (a)	Safra 2002/03 lim. inferior (b)	Safra 2002/03 lim. superior (c)	Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/a)
Milho total	12.324,7	12.109,7	12.523,2	-1,7	1,6
Milho 1ª safra	9.439,7	9.224,7	9.399,7	-2,3	-0,4
Milho 2ª safra	2.885,0	2.885,0	3.123,5	0,0	8,3
Soja	16.324,4	17.509,4	17.785,0	7,3	8,9

Produção (mil t)	Safra 2001/02 (a)	Safra 2002/03 lim. inferior (b)	Safra 2002/03 lim. superior (c)	Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/a)
Milho total	35.210,90	37.086,90	40.357,30	5,3	14,6
Milho 1ª safra	29.081,10	30.957,10	31.725,60	6,5	9,1
Milho 2ª safra	6.129,80	6.129,80	8.631,70	0,0	40,8
Soja	41.907,10	47.450,60	48.171,90	13,2	14,9

Fonte: Conab, out. 2002.

A nova legislação sanitária sobre a produção, identidade e qualidade do leite, definida na Instrução Normativa Mapa/SDA nº 51/2002, visa melhorar a qualidade do leite e seus derivados. Não obstante as vantagens inquestionáveis da regulamentação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, a grande maioria dos pequenos produtores de leite não produz em escala suficiente para realizar o investimento necessário à aquisição do tanque de resfriamento. Dessa forma, torna-se imprescindível a implementação do Programa de Incentivo à Melhoria da Qualidade da Produção de Leite dos Pequenos Produtores, que possibilitará a qualificação dos pecuaristas e instalação dos tanques de resfriamento na propriedade. Esse programa, elaborado pela CNA e pelo Sistema OCB/CBCL, prevê o treinamento dos beneficiados, encargos financeiros com taxas de juros fixas, 12 anos para pagar (incluídos três anos de carência) e 50% de subvenção nas parcelas pagas com inadimplência.

8. Profissionalização e desenvolvimento de recursos humanos – implementação do Programa Nacional de Profissionalização e Desenvolvimento de Recursos Humanos, conforme proposta do setor privado, elaborada pela Embrapa Gado de Leite e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), como parte do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL).

9. Regulamentação de legislação para a produção de leite modificado.

Os termos leite modificado e bebida láctea têm sido largamente utilizados para comercialização de produtos lácteos que, uma vez na gôndola dos estabelecimentos de varejo, induzem a população a pensar que está comprando produtos que sejam genuinamente leite. Essa prática pode ser caracterizada como fraude econômica, pois o consumidor tem acesso a um produto de valor nutritivo inferior, imaginando que está adquirindo leite. Para preservar o conceito de leite e a qualidade do produto fornecido à população brasileira, é necessário que os ministérios da Agricultura e da Saúde restrinjam e padronizem os produtos que utilizam o termo leite modificado e bebida láctea, contemplando aqueles que agregam valor ao leite, a exemplo da adição de ingredientes funcionais.

10. Fórum permanente de desenvolvimento do agronegócio do leite, a ser criado com o objetivo de discutir e deliberar sobre produção, comercialização, formalização de contratos de compra e venda, promoção de consumo, sanidade, informalidade e rastreabilidade.

11. Promoção das exportações de leite e derivados, com a adoção das seguintes medidas:
- negociação de acordos de equivalência sanitária com países importadores e promoção de vinda de missões de técnicos estrangeiros ao Brasil para inspecionar laticínios;
- agilização do processo de habilitação de indústrias e produtores para exportação;
- aprovação de regulamentos de normatização e tipificação de queijos, com vistas a atender mercados externos;
- identificação de barreiras a produtos lácteos brasileiros nos principais mercados mundiais e negociação de melhor acesso ao mercado (Mercosul, Alca, UE);
- implementação de iniciativas de promoção comercial das exportações, trabalho que poderá ser realizado em parceria com a Agência de Promoção de Exportações (Apex);
- criação de incentivo às exportações de produtos lácteos, à semelhança do regime automobilístico.

12. Mercado futuro para as principais commodities lácteas

A cotação das principais commodities lácteas, especialmente leite em pó, leite longa-vida, queijos e manteiga, na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) consistirá em poderosa medida anticíclica. A existência de mercado futuro também seria ferramenta fundamental para modernizar a comercialização de leite e derivados. No segmento da produção, o mecanismo poderia balizar a comercialização da Cédula do Produto Rural (CPR). O varejo, por sua vez, poderá por meio de compras antecipadas, evitar grandes variações dos preços ao consumidor.

13. Incentivo a pesquisa e desenvolvimento (P&D) e transferência de tecnologia (T&T) para o agronegócio do leite, com ampliação de 50% dos recursos orçamentários destinados a P&D e T&T para as instituições de pesquisa, com o objetivo de solucionar os gargalos tecnológicos que restringem o incremento da competitividade da cadeia produtiva do leite.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, J. G.; BERNARDES, P. R. & NETTO. V. N. Políticas para o agronegócio do leite: conquistas e desafios. *O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2002.

ALVIM, R. S.; MARTINS, M. C. & MUSTEFAGA, P. S. Desempenho da cadeia produtiva do leite no Brasil – visão dos produtores, *O agronegócio do leite*... op. cit.

Informativo técnico revista *Gleba*, vários números.

PETTIT, R. *Pecuária leiteira: oportunidades e desafios para o Brasil depois de Doha*. Brasília: 2002.

SANTO, B. R. & NETTO. V. N. Inserção do Brasil no mercado internacional de lácteos. *O agronegócio do leite*... op. cit.

Vicente Nogueira Netto *é engenheiro agrônomo, MS. em economia rural pela UFV e diretor do Departamento Econômico da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios (CBCL). vicente@cna.org.br*

Marcelo Costa Martins *é engenheiro agrônomo, MS. em economia, assessor da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura de Pecuária do Brasil (CNA). mcosta@cna.org.br*

Carla Bernardes de S. Neri *é economista, assessora econômica da Confederação Brasileira de Cooperativas de laticínios (CBCL). carla@cbcl.org.br*

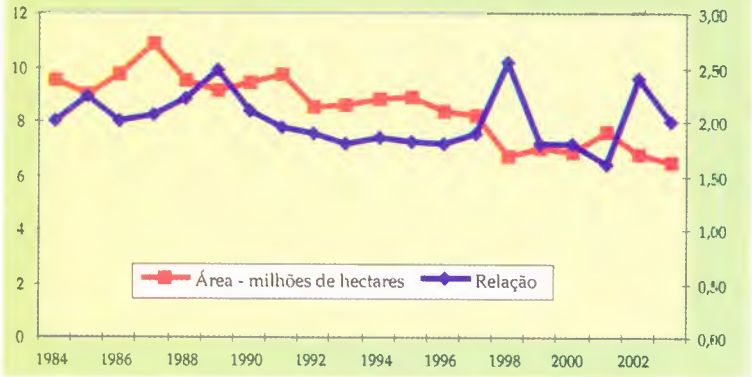
sentiram a fragilidade da situação, mas infelizmente não conseguiram reverter a tempo o quadro para 2004. A lavoura novamente teve queda de área na primeira safra.

A forte arrancada dos preços deu-se na entressafra a partir de agosto. Esse contexto arrefeceu o esforço do governo, que lançou contratos de opção de venda de 5 milhões de toneladas, com exercício para maio de 2003 e possibilidade de antecipação em fevereiro. Os preços foram calculados com base na paridade de exportação e variam de R$13 a R$15, conforme o estado produtor.

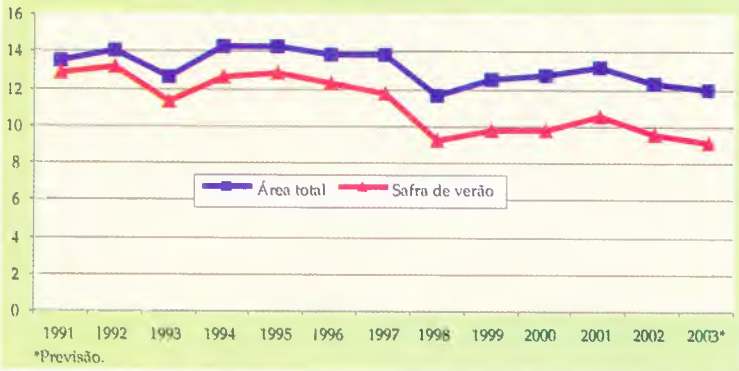
Com a seca avançando até o mês de outubro na região Centro-Sul, houve atraso no programa de plantio e os agricultores se inclinaram mais ainda para a soja. As empresas de sementes estimam um recuo nas vendas de 10 a 15%. Pelos números da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes, na temporada 2000/01 o volume comercializado de milho híbrido beirou 126,1 mil toneladas. As regiões tradicionais de safrinha, como o Sul de Mato Grosso do Sul, Oeste do Paraná, Mato Grosso e Sudoeste goiano, plantam cada vez menos milho na safra de verão.

O primeiro levantamento de safra da Conab mostra números pouco promissores. No Paraná, o mais importante estado produtor do país, com cerca de 20% do total, a área caiu de 8% a 5%. Aliás, a área encolheu na região Sul em geral. O mesmo aconteceu com o Centro-Oeste. Alguma surpresa positiva, mas pouco provável, poderá vir do Sudeste.

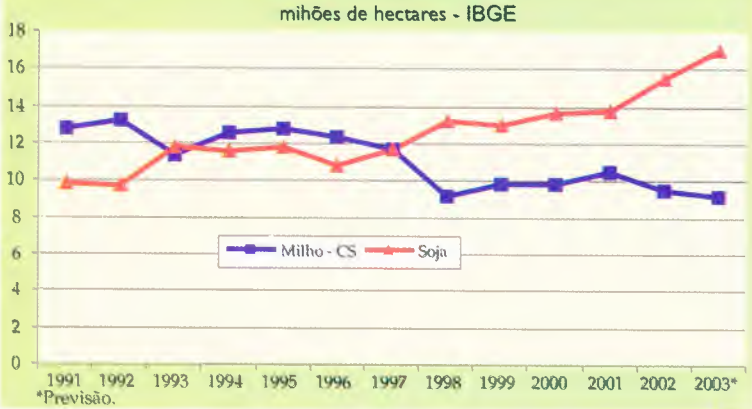
Área de milho no CS e relação de preço com a soja



BR: evolução da área de milho
milhões de hectares - IBGE



BR: evolução da área
milhões de hectares - IBGE



Números pouco promissores

Mais de 60% do milho nacional são colhidos por sojicultores que, diante do *boom* do mercado da oleaginosa, postergam ou reduzem a área rotacionada com o milho, como sucedeu nas duas últimas safras. Ainda que a relação de troca entre as culturas esteja equilibrada, esse comportamento poderá se repetir nos próximos anos agrícolas, para desespero da cadeia produtiva do cereal.

Uma mudança de cunho estrutural como a campanha do governo para aumentar a produtividade de milho é sempre bem-vinda. Mais de 44% do milho colhido no país vêm de propriedades com menos de 100 hectares. Acontece que seu resultado somente aparece a médio e longo prazos.

Na tentativa de amenizar a crítica situação, o Brasil solicitou e teve seu pleito aprovado pelo Grupo de Trabalho Comum do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai) para incluir o produto no grupo de exceção de Tarifa Externa Comum (TEC). As importações até 600 mil toneladas no prazo limite de 28 de fevereiro de 2003 de terceiros países terão alíquota reduzida de 9% para 2%. A intenção era reduzir a TEC para zero. A Argentina pretende atender 65% do volume fixado.

Resta a segunda safra, que começa a ser plantada em fevereiro; mas apostar numa produção acima de 7 milhões de toneladas significa contar muito com a sorte.

A respeito da safrinha, está pendente a questão do seguro. Devido às perdas nos últimos três anos, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) não vai ressegurar o milho segunda safra. O impacto da medida é relativo, pois a área segurada não tem passado de 3%.

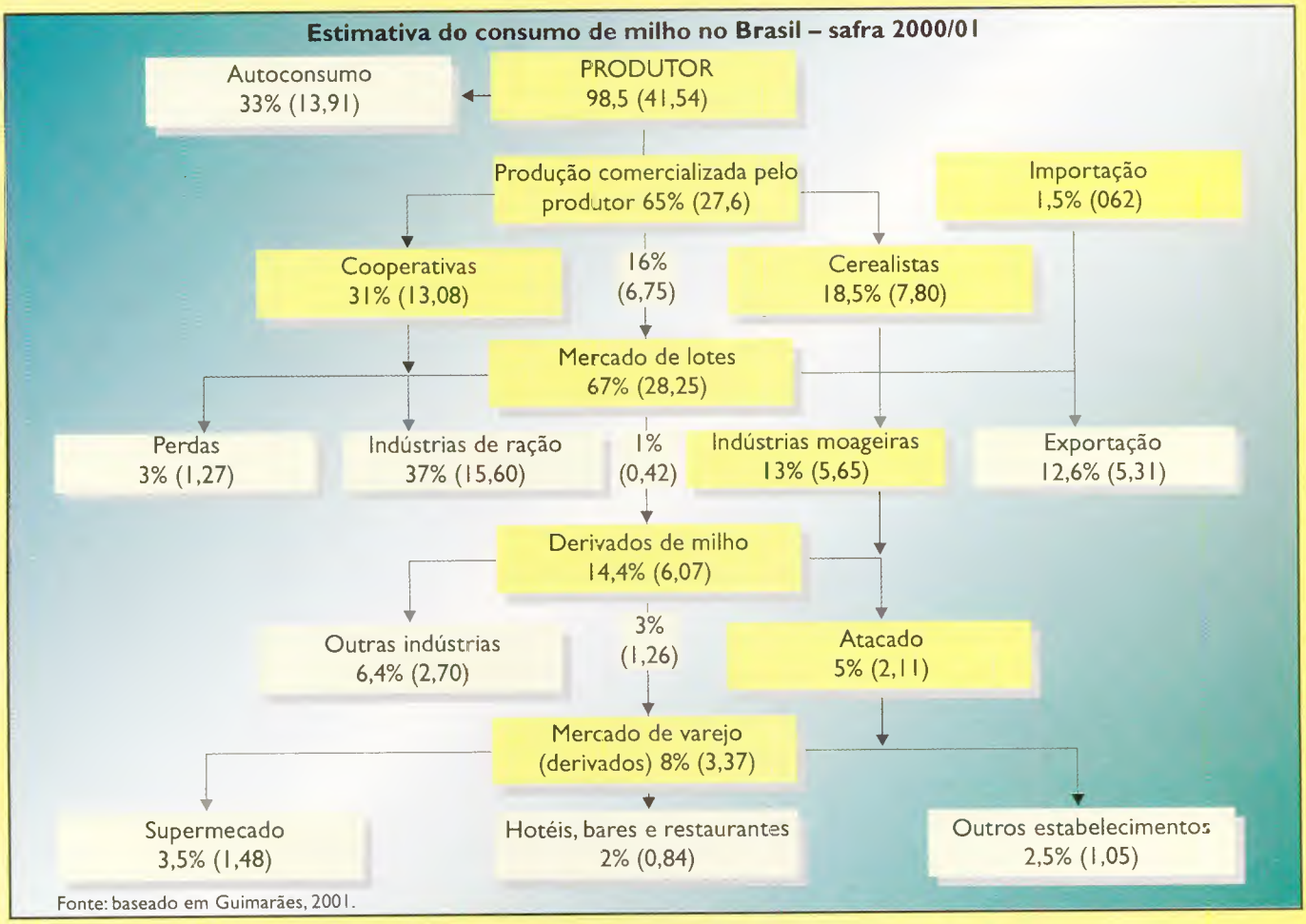
Na hipótese do câmbio em dólares operar no intervalo de R$3,00 a R$3,50, as esperanças de um preço inferior a R$18,00 a saca são de probabilidade remota, mesmo no período de colheita. Na fase de plantio as projeções eram de R$14 a R$15. Sabe-se que houve um grande abate de matrizes de suínos em 2002 e haverá um aumento nos estoques de aves no primeiro trimestre de 2003. Contudo, esses dois fatores não serão suficientes para esfriar os preços. As áreas de suprimento das agroindústrias terão de acompanhar muito atentamente as sutilezas do mercado para aproveitar os raros

2. Brasil: milho primeira safra – comparativo de área, produção e produtividade

Safras 2001/02 e 2002/03

	Área (mil ha)					Produção (mil t)					Produtividade (kg/ha)		
	2001/02	2002/03		Variação (%)		2001/02	2002/03		Variação (%)				Variação
U.F.	(a)	(b)	(c)	(b/a)	(c/a)	(d)	(e)	(f)	(e/d)	(f/d)	2001/02	2002/03	(%)
Norte	500,3	501,6	503,5	0,3	0,6	850,1	861,7	865,6	1,4	1,8	1.699	1.719	1,1
MA	324,5	324,5	324,5	0,0	0,0	292,1	292,1	292,1	0,0	0,0	900	900	0,0
PI	300,2	300,2	300,2	0,0	0,0	110,2	240,2	240,2	118,0	118,0	367	800	118,0
CE	690,6	690,6	690,6	0,0	0,0	621,5	621,5	621,5	0,0	0,0	900	900	0,0
BA	331,5	331,5	331,5	0,0	0,0	139,9	696,2	696,2	397,6	397,6	422	2.100	397,6
Nordeste	2.398,5	2.398,5	2.398,5	0,0	0,0	1.652,1	2.487,6	2.487,6	50,6	50,6	689	1.037	50,6
PR	1.490,9	1.371,6	1.416,4	-8,0	-5,0	7.380,0	6.858,0	7.082,0	-7,1	-4,0	4.950	5.000	1,0
SC	839,4	831,0	839,4	-1,0	0,0	3.156,1	3.789,4	3.827,7	20,1	21,3	3.760	4.560	21,3
RS	1.430,4	1.358,9	1.387,5	-5,0	-3,0	3.976,5	4.756,2	4.856,3	19,6	22,1	2.780	3.500	25,9
Sul	3.760,7	3.561,5	3.643,3	-5,3	-3,1	14.512,6	15.403,5	15.765,9	6,1	8,6	3.859	4.326	12,1
MG	1.156,8	1.156,8	1.203,1	0,0	4,0	4.627,2	4.742,9	4.932,7	2,5	6,6	4.000	4.100	2,5
SP	751,2	766,2	788,8	2,0	5,0	3.350,4	3.417,3	3.518,0	2,0	5,0	4.460	4.460	0,0
Sudeste	1.970,0	1.985,0	2.053,9	0,8	4,3	8.142,5	8.325,1	8.615,7	2,2	5,8	4.133	4.194	1,5
MT	187,0	177,7	183,3	-5,0	-2,0	720,0	799,7	824,9	11,1	14,6	3.850	4.500	16,9
GO	481,3	466,9	481,3	-3,0	0,0	2.435,4	2.381,2	2.454,6	-2,2	0,8	5.060	5.100	0,8
C.-Oeste	810,2	778,1	800,5	-4,0	-1,2	3.923,9	3.879,3	3.990,8	-1,1	1,7	4.843	4.986	2,9
Brasil	9.439,7	9.224,7	9.399,7	-2,3	-0,4	29.081,1	30.957,1	31.725,6	6,5	9,1	3.081	3.366	9,2

Fonte: Conab, out. 2002



Fonte: baseado em Guimarães, 2001.

O Brasil, individualmente, é o segundo maior produtor e exportador de soja, farelo e óleo do mundo. Junto com Argentina, Paraguai e Bolívia, torna a América do Sul o maior fornecedor mundial desses produtos. Isso ocorre justamente no período da entressafra no hemisfério Norte, tornando o cone Sul o principal fornecedor mundial de produtos oleaginosos de março a outubro. Estudos demonstram que o Brasil pode obter uma safra de 56 milhões de toneladas em 2006, conquistando maior espaço no mercado internacional.

O que já é bom, pode melhorar, e muito. O setor tem grandes problemas internamente e outros tantos no mercado internacional, o que não o impede de apresentar resultados excepcionais. Mas o segmento precisa de ações competentes para desobstruir o caminho e obter resultados ainda melhores.

Um dos mais sérios entraves é a estrutura tributária brasileira. O caos reinante impede a agregação de valor à produção agrícola destinada à exportação. A Lei Kandir desonerou acertadamente as exportações de produtos agrícolas, mas esqueceu o processo de produção dos industrializados à base da matéria-prima oriunda do campo. Ao adquirir soja de outros estados, a indústria brasileira arca com o custo do ICMS (12%), que se transforma em créditos sem liquidez.

O que os industriais desejam é o mesmo tratamento tributário concedido à indústria de outros países, isto é, que não se cobre ICMS na compra de matérias-primas destinadas a processamento para exportação. Tal isonomia evitaria a exportação de empregos industriais para outros países.

O estudo *Tributação nos alimentos – por que mudar, como mudar*, patrocinado pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), demonstra que no mercado interno também não basta desonerar o produto final.

Problemas brasileiros

A estrutura tributária brasileira requer uma reforma ampla, não é suficiente tomar medidas pontuais. É urgente promover a reforma tributária radical. O objetivo deve ser eliminar os impostos incidentes sobre os alimentos desde a produção até a venda ao consumidor. No Brasil, ao contrário do que ocorre na maioria dos países, se tributam pesadamente os alimentos. O ideal para que a população pudesse ter acesso mais fácil aos alimentos seria eliminar a tributação exagerada, não apenas na ponta do consumo, mas em toda a cadeia produtiva. Sem isso, há um acúmulo de impostos embutidos no preço final de venda, como ocorre atualmente no processo de produção de alimentos.

Outro problema interno é a questão dos transportes. A logística é fundamental para aumentar a competitividade da produção agrícola brasileira. O custo médio de transporte no país é de US$22 por tonelada. Nos EUA o valor para carregar o mesmo volume é US$15, e na Argentina, US$10. O país precisa de uma estrutura de transporte multimodal, baseada em ferrovias e hidrovias, que contribuiria enormemente para a competitividade da produção agrícola e industrial brasileira. A ampliação da malha da Ferronorte e a operação do transporte hidroviário, que tem possibilitado a expansão da produção agrícola na região do cerrado, reduziriam significativamente os custos de transporte.

Também a pavimentação de rodovias estratégicas contribuirá para criar corredores de exportação e escoamento totalmente novos e promover o desenvolvimento de uma vasta região. Como a BR-163, por exemplo, que liga Cuiabá a Santarém. Ela corta o Norte de Mato Grosso até o Sul do Pará. Pavimentada, vai incorporar essa enorme e produtiva região ao agronegócio brasileiro.

Outra questão crucial para esse setor, que movimenta bilhões de dólares, são as negociações comerciais internacionais. A rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC) será uma oportunidade para o Brasil e os países que compõem o Grupo de Cairns defenderem a redução das barreiras tarifárias, eliminação dos subsídios à exportação e disciplinamento dos mecanismos de apoio interno. Há importantes negociações em curso no âmbito da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) e também dos dirigentes da União Européia com os do Mercosul. É o momento adequado para negociar a redução ou eliminação das dificuldades comerciais, cada dia mais críticas entre os países produtores, como o Brasil, e os grandes consumidores, como a União Européia e os EUA.

Simultaneamente, é necessário desenvolver negociações bilaterais com os grandes consumidores deste novo século, China e Índia, mercados onde o Brasil precisa marcar presença e obter uma fatia considerável com seus competitivos produtos agrícolas, seja soja em grão, farelo, óleo ou carnes, que agregam valor aos produtos do complexo soja.

Merecem muita atenção do novo governo as novas utilizações dos produtos da soja. Um bom exemplo é o biodiesel. Foi criado o Probiodiesel para desenvolver esse combustível renovável, produzido a partir do óleo de soja, que substituirá 5% do óleo diesel com enormes vantagens. O uso dessa nova energia ajudará a desenvolver a produção agrícola no país; gerará empregos no campo e nas cidades; economizará divisas ao substituir o diesel importado e pago em dólares e ajudará a preservar o meio ambiente, pois possui teor menor de enxofre e emite menos gás carbônico, principal responsável pelo efeito estufa, quando utilizado como combustível. O Probiodiesel poderá criar 183 mil novos empregos, fortalecendo as economias regionais, e melhorar a qualidade do ar nas poluídas grandes cidades.

E por último, mas não menos importante, há a questão dos produtos geneticamente modificados ou transgênicos, que está sendo reavaliada na Justiça e, ainda sem definição legal, está impedindo o país de usar todo seu potencial de desenvolvimento e pede uma decisão com urgência.

Carlo Lovatelli *é presidente da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).*
abiove@abiove.com.br

momentos de fechar bons negócios.

O estado de Goiás, até recentemente importante unidade da União na exportação de milho, sente o reflexo dessa mudança. A área ocupada com o cereal se reduz e seu próprio consumo passa o correr risco. Uma das propostas da Secretaria de Agricultura goiana consiste na instituição do Prêmio de Garantia, um mecanismo para remunerar o produtor ou cooperativa pelo qual o governo banca a diferença, caso o preço de mercado fique abaixo do fixado na tabela de liquidação do contrato. Para usufruir do programa o beneficiário teria que pagar uma taxa.

Mesmo em tempos de forte intervenção governamental, com preços mínimos de garantia e operações de AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGFs (empréstimos do governo federal), o mercado de milho sempre carece de liquidez. A boa notícia deste ano vem da Bolsa de Mercadorias & Futuros, onde as dificuldades de abastecimento fizeram com que muitos consumidores procurassem proteção. Até novembro foram negociados 15,3 mil contratos, cerca de 234% acima do volume registrado em 2001.

No *front* externo, cujo acompanhamento é crucial nesse período, diante das necessidades de importações do país, os preços do milho deverão girar entre US$2,20 e US$2,60 o *bushel*. Um valor acima de US$3 o *bushel* poderá ocorrer em casos extremos de adversidades climáticas no Brasil, Argentina e particularmente na China.

pinazza@agroceres.com.br
regis@fgv.br

Em plena expansão

O complexo soja ocupa 13% das exportações brasileiras, apesar dos problemas tributários, logísticos ou comerciais

CARLO LOVATELLI

O agronegócio soja é um dos mais eficientes do Brasil. Aproximadamente 250 mil produtores rurais vivem da renda gerada por esse produto. A competência dos agricultores aliada a uso de tecnologia avançada, sementes melhoradas e plantio direto farão com que a safra passe de 42 milhões de toneladas em 2002 para mais de 48 milhões no próximo ano. O complexo soja (grão, farelo e óleo) será responsável por 13% das exportações brasileiras – entrada de US$7,5 bilhões, com aumento de US$1,6 bilhão em relação à temporada anterior.

Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre a geração de empregos demonstra que para cada R$10 milhões de produção adicional de óleos vegetais são criados 535 novos empregos diretos e indiretos, além de 376 gerados pelo efeito renda.



risco e menor rentabilidade. O primeiro é a alta concentração de exportações para a Rússia, que em 2002 está absorvendo mais de 80% da exportação total brasileira; o segundo é a deterioração de preço da tonelada exportada quando se comparam os valores médios ano a ano.

A alta concentração de exportação para um único cliente configura risco para o setor, pois qualquer problema que acarrete queda nesse volume resultará em aumento de oferta e conseqüente queda de preço no mercado interno. Por sua vez a deterioração do preço de exportação limita a rentabilidade dos exportadores, com reflexo nos demais elos da cadeia.

Desencadeamento da crise

O crescimento do consumo interno e das exportações, notadamente a partir do segundo semestre do ano 2000, estimulou ainda mais a expansão da produção, que já vinha ocorrendo em menor escala nos anos anteriores. Podia se antever um aumento da oferta de carne suína em 2002 e, conseqüentemente, um cenário de margem reduzida para o produtor. Mas a expectativa de margem reduzida acabou se convertendo em forte crise em razão de dois outros fatores: a frustração da safra do milho 2001/02 e a brutal desvalorização cambial no segundo semestre de 2002. A conjugação desses fatores acarretou tremenda elevação dos custos de produção e o resultado tem sido altos prejuízos para o produtor, desde abril de 2002.

Como saída para amenizar as dificuldades financeiras, gerando caixa para saldar seus compromissos, os produtores aumentaram a oferta de suínos para abate, através da venda de animais mais leves. O efeito imediato dessa medida foi a deterioração do preço, decorrente da maior oferta de carne no mercado, o que se fez notar mais acentuadamente até o mês de setembro no mercado não integrado, embora tenha ocorrido em boa parte das integrações. O descarte de matrizes passou também a se intensificar desde o mês de maio e continua se acentuando. A partir de setembro, em algumas regiões, o abate de matrizes já ultrapassa 80% do que seria normal – fato preocupante, porque torna irreversível a desativação da produção no médio prazo. Por outro lado, é o principal fator determinante da queda de oferta futura e conseqüente reversão das perdas atuais do setor.

A expectativa de margem reduzida criada pelo aumento de produção acabou se convertendo em forte crise, por dois outros fatores: a frustração da safra do milho 2001/02 e a brutal desvalorização cambial no segundo semestre de 2002.

Dois outros fatos não menos preocupantes vêm ocorrendo e contribuirão para reduzir a oferta ainda no curto prazo: a redução da tecnologia empregada, como nutrição balanceada, material genético de alta qualidade e insumos veterinários, e a não reposição das matrizes descartadas.

A redução da oferta de suínos para abate, a natural elevação do consumo no final do ano e o excelente desempenho das exportações deram sustentação à consistente elevação dos preços a partir de novembro; tanto no mercado das integrações quanto no mercado livre, os preços do suíno abatido já ultrapassaram seus valores máximos históricos. Infelizmente, a recuperação não é ainda suficiente para recompor as margens dos produtores, pois o custo da ração continuou a subir – decorrência da escassez de milho, que em 2002 subiu mais de 130% nos principais mercados.

O que esperar de 2003 e 2004?

A forte desativação da produção permite projetar, com boa segurança, que a oferta de suínos para abate seguirá em declínio durante o próximo ano. Embora seja difícil uma quantificação segura, há indícios para supor que a queda de produção, em relação a 2002, dificilmente será inferior a 12%, e o mais provável é que ocorra uma redução ainda maior. Com isso continuará forte a pressão para elevar os preços, exceto se algum problema sério acarretar queda substancial das exportações ou fatores conjunturais da economia levarem a uma queda importante do poder aquisitivo, capaz de impactar o consumo interno.

No tocante ao custo da ração, insumo que participa com mais de 75% do custo de um suíno pronto para ser abatido, temos um cenário bastante claro de oferta interna insuficiente de seu principal componente, o milho. Não há como a safrinha recuperar a perda de área ocorrida na primeira safra e a provável perda de produtividade ocasionada por problemas climáticos nas principais regiões produtoras. É certo que o abastecimento interno do milho dependerá de importações e então o preço ao produtor de suínos será muito influenciado pela taxa de câmbio. O farelo de soja, segundo insumo mais usado na composição das rações, deverá ter boa oferta interna, mas seu preço também será balizado pela taxa de câmbio como sempre.

A grande maioria dos estoques de milho nas agroindústrias termina até fevereiro. A reposição desses estoques, durante o primeiro semestre de 2003, será feita a um custo substancialmente mais alto do que no primeiro semestre de 2002, pois não há indicador que aponte possibilidade de queda de preço no período de safra para os mesmos patamares da safra anterior. Do lado do câmbio, praticamente nenhum dos agentes financeiros projeta uma valorização do real que permita à taxa de câmbio retomar os níveis verificados no primeiro semestre de 2002. Diante desse cenário, o custo projetado da ração para o primeiro semestre de 2003 é superior ao do mesmo período de 2002.

O cenário mais provável, de sustentação de bons preços para o suíno, deve possibilitar melhor relação entre o preço do suíno e o da ração do que o ocorrido no segundo semestre de 2002 – embora ainda sem a necessá-

Oportunidades e desafios



Os fatores de crise no setor não se limitam a oferta e demanda, mas permeiam a cadeia produtiva

FERNANDO ANTONIO PEREIRA

O ano de 2002 ficará marcado por uma das crises mais acentuadas já vividas pela suinocultura brasileira. Para entender a origem do problema, seus desdobramentos e identificar os meios de prevenir sua repetição, não é suficiente observar a oferta e demanda de carne suína no mercado interno. Também é necessária uma análise conjuntural dos fatores que permeiam a cadeia da carne suína, principalmente no que se refere ao suprimento de grãos, insumos que mais participam do custo final do suíno pronto para abate.

Após uma estagnação do volume da produção brasileira de carne suína nos anos 80, nos últimos 10 anos ocorreu uma substancial expansão – um salto de 1,20 milhão, em 1992, para 2,23 milhões de toneladas, previstos para 2002. Portanto, 86% de crescimento. Um dos principais responsáveis por esse crescimento foi, sem dúvida, o ganho de produtividade decorrente da tecnificação do setor.

A disponibilização da carne suína de melhor qualidade a preço mais competitivo para o consumidor possibilitou aumento do consumo interno, contribuindo para isso a elevação do consumo *per capita* em cerca de 30% no mesmo período. Paralelamente, a exportação de carne suína brasileira, que era inexpressiva – chegamos a importar o produto em alguns períodos dos anos 80 –, começou a se expandir a partir de 1992 e em 1999 atingiu a marca de 83 mil toneladas. Esse volume, entretanto, representava apenas 4,5% do total produzido no país e sequer fazia o Brasil figurar entre os maiores exportadores mundiais. Os esforços de exportação, por parte de agroindústrias e órgãos governamentais da esfera estadual e federal, continuaram de forma consistente, e no ano 2000 o volume exportado chegou a 126 mil toneladas. Nos dois anos seguintes o crescimento foi ainda mais espetacular, alcançando 263 mil toneladas em 2001 e 480 mil toneladas em 2002 (projeção). Esse desempenho fez com que o Brasil passasse a ocupar a quarta posição no *ranking* dos países exportadores, atrás do Canadá, Estados Unidos e Dinamarca.

O volume exportado, entretanto, tem que ser ponderado quanto a dois aspectos qualitativos que configuram

Competição difícil

O Brasil está na posição de mercado cativo da Argentina, que vende mais de 95% das importações anuais

ROLAND GUTH

O Brasil demanda anualmente cerca de 10 milhões de toneladas de trigo, e mais de 90% desse total destinam-se a consumo humano; o restante se divide na produção de sementes para a safra seguinte e, eventualmente, para ração animal.

Nos últimos quatro anos, as importações de trigo ultrapassaram em média a casa de 7 milhões de toneladas, o que representa um dispêndio anual superior a US$1,5 bilhão. Em certos momentos, o país tem chegado mesmo ao posto de maior importador mundial. Lamentavelmente, não usufrui dessa condição para comprar trigo de melhor qualidade nem para obter menores preços.

O Tratado do Mercosul possibilitou proteção ao trigo argentino, hoje representada por uma TEC (Tarifa Externa Comum) da ordem de 11,5%, que incide sobre os tradicionais fornecedores de trigo para o Brasil, situados fora do Mercosul. Considera-se desnecessária tal proteção porque as vantagens comparativas na produção de trigo argentino e a proximidade geográfica, importando menores despesas com fretes, já seriam suficientes para proporcionar àquele país invejável competitividade.

Do Mercosul, entretanto, ao lado dessa TEC, resultaram barreiras não-alfandegárias de natureza fitossanitária que chegaram a reduzir o leque de concorrentes a um único, o Canadá. Tais barreiras inexistiam antes da assinatura do tratado. Em acréscimo, é cobrado, nas importações fora do Mercosul, o AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante), de 25%.

O Brasil foi colocado na posição de mercado cativo da Argentina, que vendeu 95% das importações de trigo em 1999, 96% em 2000 e 97% em 2001. Ao mesmo tempo, reduziu-se drasticamente a qualidade do trigo importado da Argentina, tanto do ponto de vista físico, da limpeza do cereal, como principalmente da qualidade industrial da farinha resultante, da força de glúten, imprescindível à fabricação de bons pães e outros derivados.

O produtor argentino não se beneficia do sobrepreço resultante da condição de mercado cativo. Da lavoura, o trigo vai a compradores e depois às *tradings*, sem diferenciação de preços. As *tradings*, essas sim, podem usar seu poder de barganha nas vendas para o Brasil, bastando calcular quanto mais caro seria o nosso cereal, se importado de outra fonte.

Em um mercado comum, admite-se uma TEC para os produtos internos que careçam de proteção, não permanente, mas durante um razoável período de adaptação. Pelo exposto, a TEC sobre trigo no Mercosul constitui um estímulo desnecessário, que se reflete no custo de produtos de alto consumo pelas classes menos favorecidas. Conseqüentemente, impõe-se suspender a cobrança da tarifa.

O governo argentino estabeleceu, ao início de 2002, um imposto de exportação de 20% sobre trigo e farinha e 5% sobre farinhas pré-mescladas. Tal imposto onera o preço do trigo e farinhas importadas e, como grande cliente, o Brasil deveria ser liberado de tal encargo. A cobrança a menor do imposto, no caso da farinha pré-mesclada, proporciona fraudes em larga escala e torna urgentemente necessária a harmonização das alíquotas.

Em função de sua localização e da qualidade das terras da *pampa humeda*, a Argentina sempre será o mais importante fornecedor de trigo. Não se pode, entretanto, prescindir da disponibilidade de trigos de outras fontes, porque a presença de concorrentes baixa o preço, melhora a qualidade e elimina a condição de mercado cativo.

Triticultura brasileira

Há quem questione o interesse pela produção brasileira de trigo, se outros países possuem vantagens comparativas. Na verdade, em mercado livre dos fan-

ria recomposição das perdas sofridas durante 2002. Uma recuperação mais acentuada da margem para o suinocultor deve ocorrer a partir do segundo semestre de 2003, período do ano em que normalmente os preços melhoram. Até lá já deve ter ocorrido o grande impacto da desativação da produção atualmente em curso.

O ano de 2004 provavelmente será um período de recomposição da produção, mas é pouco provável que isso ocorra em nível suficiente para superar a produção de 2002. O ciclo da produção de suínos é longo e a recomposição da produção, via substituição dos plantéis desativados, não deverá se iniciar antes do segundo semestre de 2003, tendo em vista o desestímulo prevalecente no setor.

Lições possíveis

Nos últimos anos a suinocultura vem fortalecendo sua posição como uma das principais cadeias do agronegócio brasileiro, em vários aspectos: como produtora de alimento nobre para o consumo interno; forte geradora de empregos nos diversos elos de sua cadeia e, mais recentemente, como forte geradora de divisas com exportação. Entretanto, esse crescimento e os motivos que acarretaram o forte revés do setor produtivo em 2002 mostram a necessidade de uma urgente revisão das limitações existentes na cadeia produtiva. A eficiência de uma cadeia de negócio é determinada pela eficiência de cada um de seus elos. Alguns pontos merecem reflexão:

- na cadeia da carne suína é patente a desarticulação entre seus elos mais próximos: a produção de grãos e os frigoríficos. Historicamente, os anos de baixa remuneração para o produtor de milho são em geral acompanhados por um ano de queda na produção. O produtor de suínos adquire milho mais barato e aumenta suas margens quando o produtor de milho tem margens baixas – não raro negativas. O inverso ocorre quando há escassez de oferta do milho. A busca de alianças entre esses elos da cadeia e a implementação de políticas que possibilitem mais estabilidade da oferta do insumo é de fundamental importância.

O acelerado processo de agregação de tecnologia à produção de suínos e o crescimento do tamanho médio das granjas exige que os produtores busquem proteção adicional contra as oscilações excessivas do preço de venda do produto. O mesmo se aplica aos frigoríficos que não possuem sua própria produção integrada. Como exemplo, em outros países são praticados vários tipos de contratos de fornecimento entre produtores e frigoríficos, com o mesmo objetivo. Infelizmente, no Brasil isso é ainda muito pouco disseminado fora do sistema de integrações.

- Em um regime de câmbio flutuante como o do Brasil e sendo nossa economia muito vulnerável a fatores políticos e econômicos internos e externos, é sensato supor que flutuações importantes no câmbio continuarão a ocorrer. Sempre tivemos os preços da soja, dos minerais e vitaminas fortemente dependentes do mercado externo. A nova situação do milho, que passou também a ser produto de exportação, mesmo em uma conjuntura de escassez interna, faz crer que a atual influência da taxa de câmbio no seu preço é algo que veio para ficar. É preciso repensar as políticas para o setor de produção de carnes, buscando evitar fortes oscilações de preço dos insumos, em decorrência das variações cambiais, ao mesmo tempo em que tem o preço de seu produto balizado, principalmente pelo mercado interno.

O esforço de exportar carne suína, que vem de alguns anos, é digno de reconhecimento. Esse foi um dos principais estímulos ao aumento da produção, que passou a demandar mais insumos. Mas não ocorreu a correspondente e necessária ação de estímulo ao produtor de milho, e o resultado foi esse grave quadro. O principal motivo da escassez do milho decorre da paridade de sua rentabilidade, principalmente com a soja. Isso era relativamente previsível, e foi mesmo antecipado pelos agentes do setor.

- Outro fator de fundamental importância para toda a cadeia produtiva: a informação e seu uso. O acesso a um grande volume de informações, nos dias de hoje, se tornou fácil; mas em todos os setores nos deparamos com uma avalanche de informações de má qualidade, o que torna difícil ao produtor selecionar subsídios para suas tomadas de decisão. Por isso, a organização de informações estruturadas, que possibilitem ir além do simples relato do que se passa no momento para traçar cenários futuros mais prováveis, tornou-se uma necessidade para a cadeia da carne suína.
- O potencial produtor e exportador de carne suína no Brasil e os benefícios que traz ao setor e à economia como um todo são inquestionáveis. Mas não podemos conviver com o risco de uma concentração muito forte de exportação para um único país, como ocorre hoje. O esforço para diversificar o número de clientes deve ser intensificado.
- A carne suína é, naturalmente, concorrente de outras carnes na preferência dos consumidores. Além disso, no Brasil o consumo *per capita* de carne suína está muito aquém do de aves e bovinos, ao contrário do que ocorre em grande parte dos países desenvolvidos. Esforços de promoção têm sido empreendidos nos últimos anos, principalmente pelas associações de produtores – esforços no entanto insuficientes, principalmente porque a fraca adesão dos diversos agentes do setor limita os recursos necessários. É preciso encontrar fórmulas de ampliar essas ações e torná-las consistentes para possibilitar a almejada mudança de hábitos do consumidor.

Fernando Antonio Pereira *é engenheiro agrônomo e diretor superintendente da Agroceres PIC. fernando@agroceres.com.br*

Reflexos da crise

À exceção do trigo, o principal fator de elevação dos preços agrícolas domésticos foi mesmo a desvalorização cambial

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE

O agravamento da crise financeira no Brasil, com seu impacto sobre a taxa de câmbio e a inflação, fez com que os preços agrícolas, cuja alta já tinha sido objeto de análise em artigo publicado anteriormente nesta revista, continuassem em sua escalada e atingissem níveis sem precedentes na atualidade. A desvalorização cambial coincidiu com a alta dos preços internacionais das commodities agrícolas, o que agravou o problema. Essa alta dos preços agrícolas domésticos tem tido conseqüências muito adversas sobre a inflação, e por isso merece ser analisada com mais detalhe, o que será feito aqui. Além disso, é importante compreender melhor as causas dessa alta atual dos preços agrícolas, pois, se ela não se sustentar no próximo ano, poderá dar lugar a uma crise financeira na agricultura, já que o setor agrícola teria plantado com preços inflados de insumos e venderia com preços desinflados seus produtos.

Como se pode ver nas tabelas 1 e 2, a maioria dos produtos agrícolas teve uma elevação de preços sem precedentes nos últimos meses. Como se vê no gráfico 1, isso ocorreu mesmo com produtos como o boi gordo, cujo preço doméstico é pouco influenciado pela taxa de câmbio e pelo preço internacional da carne e já tinha subido de forma expressiva entre julho e setembro, por efeito da entressafra. A subida do preço do boi gordo puxou também



tásticos subsídios concedidos pela União Européia, Estados Unidos e Canadá, o trigo brasileiro seria competitivo, pois compensa seus custos maiores, decorrentes de condições edafoclimáticas menos favoráveis, com a possibilidade de duas safras anuais, dividindo com a soja ou outro produto de verão os custos fixos. A cultura de inverno maximiza o ganho com as técnicas modernas de rotação de cultura e plantio direto.

O Brasil possui, em região temperada ou nos cerrados acima de 800m de altitude, área cultivada com soja bastante para auto-suficiência no trigo. Em outras palavras, existe já o empresário rural, a terra corrigida e adubada, o maquinário, instalações e pessoal capacitado. A partir dos anos 80, passamos a dispor de um pacote tecnológico bastante à triticultura moderna, aperfeiçoado a cada ano, especialmente no que se refere a variedades de melhor desempenho na lavoura e produzindo farinha mais adequada aos diferentes usos.

Lamentavelmente, os subsídios dos países do Primeiro Mundo pressionam os preços, que determinam baixas nas cotações argentinas, resultando em desestímulo à produção nacional. Impõe-se uma posição enérgica do Brasil, no cenário da OMC, a favor de progressiva redução de tais subsídios, que estrangulam os países com menos recursos.

Um estudo do Ipea, de autoria de Régis Bonelli, depois de exaustivo trabalho estatístico, separa a renda agrícola da não-agrícola em nível de município. O estudo demonstra que um aumento de 1% no PIB agrícola do município corresponde a 1,07% a mais no PIB não-agrícola. Em outras palavras, renda agrícola gera renda urbana. A prioridade que os planos do governo concedem à geração de emprego já justificaria a defesa do desenvolvimento de nossa triticultura.

A Abitrigo, ligada diretamente ao setor agrícola, é signatária do Plano Plurianual para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Trigo, através de um protocolo de intenções que congrega cooperativas, secretarias estaduais, Ministério da Agricultura seja diretamente, seja via Conab e Embrapa, e várias outras entidades. Tal plano defende a ampliação da produção nacional, tanto pelos motivos aqui expostos, como pela importância estratégica do cereal, apresentando para tanto um conjunto de soluções para os problemas do setor.

O Tratado do Mercosul possibilitou desnecessária proteção ao trigo argentino, hoje representada por uma TEC (Tarifa Externa Comum) da ordem de 11,5%, que incide sobre os tradicionais fornecedores de trigo para o Brasil situados fora do Mercosul.

O trigo como alimento

A farinha de trigo, matéria-prima básica para a produção de pães, massas, biscoitos e tantos produtos, possui uma notável combinação de proteínas e carboidratos essenciais à alimentação humana, que fizeram dela alimento ímpar desde que os homens deixaram de ser coletores e caçadores para produzir seu alimento. O processo se iniciou no chamado Crescente Fértil e o produto alimentou majoritariamente sucessivas civilizações vencedoras desde os sumérios, passando por assírios, egípcios, gregos, romanos e árabes, até a civilização cristã ocidental. Enquanto isso, povos alimentados durante séculos com grãos pobres em proteína – arroz na Ásia e milho nas Américas – não tiveram o mesmo desenvolvimento.

O caráter emblemático do trigo está expresso na cultura popular e até nos textos e práticas religiosos. A conotação política da imagem dos derivados de trigo tem implicado a atenção especial de sucessivos governos do mundo quanto ao suprimento do cereal. O Brasil tem enfrentado várias crises econômicas sem solução de continuidade desse suprimento. A par da garantia da oferta, a indústria do trigo proporciona produtos de baixo preço, graças à escala de produção e ao nível da tecnologia aplicada, tornando-os importantes no que diz respeito a políticas de cesta básica, erradicação da fome e criação de programas de fortificação de alimentos usando farinha de trigo ou seus derivados como veículos de vitaminas e sais minerais essenciais ao pleno desenvolvimento das futuras gerações. Os preços, a qualidade alimentar e a preferência popular dos derivados de trigo praticamente não encontram concorrentes.

Carga tributária

Desde tempos imemoriais discute-se a propriedade e adequação da incidência de impostos diretos e indiretos. Todos os segmentos ambicionam reduzir o ônus da arrecadação. Nos impostos que incidem sobre comercialização e consumo, em países pobres, impõe-se estabelecer um critério que combine o interesse social com a essencialidade do produto – em particular uma carga tributária modesta sobre alimentos em geral, reduzindo-a a zero nos casos de gêneros de primeira necessidade, como farinha de trigo e derivados.

Além de submetido a injusta tributação, o segmento industrial do trigo enfrenta mudanças de tratamento de estado para estado, variando o ICMS, por exemplo, de 7% no Sul e Sudeste para 33% no Nordeste, antecipado na descarga da matéria-prima no porto. A volúpia fiscal, no estabelecimento da alíquota, não corresponde a uma arrecadação efetiva, porque surgem distorções de toda natureza.

Combinados, os impostos brasileiros com a TEC e o imposto de exportação da Argentina resultam na majoração indevida e socialmente injusta dos preços dos produtos derivados do trigo, necessários à mesa das famílias mais pobres. Por outro lado, a caracterização, em nível estadual, da composição da cesta básica, sofre todos os tipos de pressões de *lobbies* que excluíram os derivados do trigo. Tais pressões impedem ainda o acesso desses derivados a outros programas governamentais sem qualquer justificativa ética.

Roland Guth *é presidente da Abitrigo.*
roland@guth.com.br

1. Preços agrícolas em nível de produtor ou atacado

2000-2002 – em R$/unidade

	Arroz agulhinha[P] (saca de 50kg)		Arroz de sequeiro[P] (saca de 60kg)		Feijão-preto[P] (saca de 60kg)		Feijão cores[A] (saca de 60kg)	
	Dez. 2000 a	Dez. 2001 a	Dez. 2000 a	Dez. 2001 a	Dez. 2000 a	Dez. 2001 a	Dez. 2000 a	Dez. 2001 a
Período	nov. 2001	nov. 2002	nov. 2001	nov. 2002	nov. 2001	nov. 2002	nov. 2001	nov. 2002
Dezembro	13,3	18,5	15,1	18,0	24,1	70,4	46,8	53,5
Janeiro	14,2	17,8	15,6	17,1	31,2	58,7	50,4	70,2
Fevereiro	14,1	15,8	13,4	15,6	35,5	54,5	59,5	66,7
Março	12,5	14,8	12,8	14,8	37,5	57,4	74,8	65,5
Abril	12,3	15,2	12,0	16,3	40,6	55,3	69,6	68,2
Maio	14,1	16,5	13,1	16,4	46,6	52,7	62,9	66,7
Junho	15,4	17,4	16,3	16,8	59,0	55,9	61,4	79,5
Julho	15,1	18,0	16,4	18,6	62,1	64,1	62,1	89,8
Agosto	15,7	20,7	16,9	19,8	74,9	62,7	65,5	75,8
Setembro	18,7	21,4	17,5	23,2	84,1	61,8	62,2	77,6
Outubro	19,0	25,0	18,0	25,0	88,5	68,6	65,2	76,6
Novembro*	18,8	29,5	18,0	28,0	80,1	65,0	54,0	75,4

Fontes: Conab: arroz agulhinha, café arábica, arroz de sequeiro, feijão cores e milho, Seab/Deral: feijão-preto e trigo. Elaboração: Ipea/Dimac. [P]Produtor (principal estado produtor): agulhinha = RS; sequeiro = MT; feijão cores, trigo = PR; milho = PR; feijão-preto = PR. [A]Atacado: feijão cores: cidade de São Paulo; trigo: preço médio do estado do Paraná. *A informação de novembro de 2002 é referente à primeira semana do mês.

2. Preços agrícolas em nível de produtor ou atacado

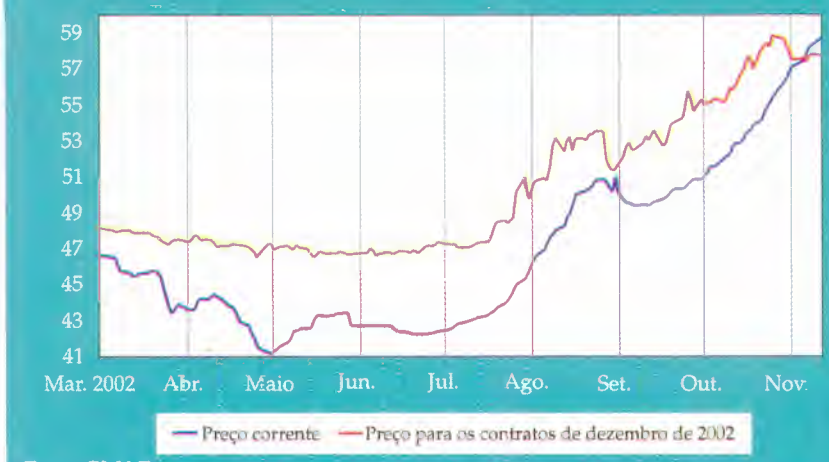
2000-2002 – em R$/unidade

	Algodão[A] (15kg)		Soja[P] (saca de 60kg)		Bovinos[P] (15kg)	
	Dez. 2000 a	Dez. 2001 a	Dez. 2000 a	Dez. 2001 a	Dez. 2000 a	Dez. 2001 a
Período	nov. 2001	nov. 2002	nov. 2001	nov. 2002	nov. 2001	nov. 2002
Dezembro	32,6	28,4	21,0	26,6	40,6	46,8
Janeiro	33,1	30,4	20,4	24,1	39,8	46,5
Fevereiro	31,3	33,0	17,9	21,2	40,0	46,0
Março	30,3	32,6	17,1	20,3	40,1	45,4
Abril	30,3	32,2	17,2	21,4	42,0	43,1
Maio	29,0	32,2	18,7	24,0	41,4	42,3
Junho	28,5	32,3	21,2	27,9	41,4	43,0
Julho	28,5	35,0	25,0	31,6	41,7	44,3
Agosto	28,6	40,6	26,5	35,1	42,8	49,8
Setembro	28,6	47,1	27,6	39,7	43,6	50,3
Outubro	28,2	48,9	28,6	44,7	47,2	54,1
Novembro*	27,0	50,0	29,8	43,8	46,4	58,4

Fonte: Conab. Elaboração: Ipea/Dimac.
[P]Produtor: soja = PR; bovinos, frango e suínos = SP. [A]Atacado: cidade de São Paulo. Leite tipo cota: Seab . Açúcar: Cepea. *A informação de novembro de 2002 é referente à primeira semana do mês.

1. Evolução do preço do boi gordo

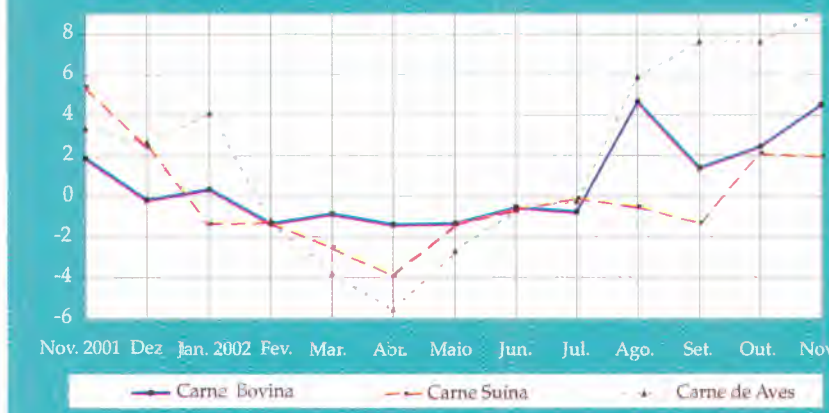
Mar. 2002 – Nov. 2002



Fonte: BM&F.

2. Taxas de variação mensal dos preços da carne bovina, suína e de aves no varejo

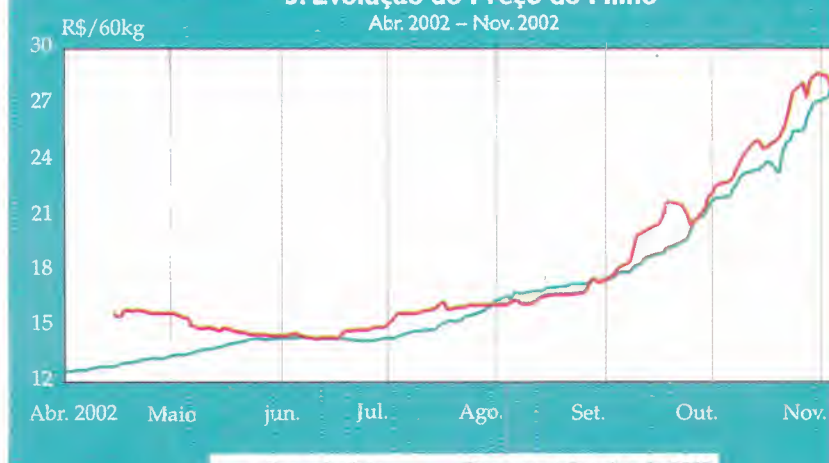
Nov. 2001 – Nov. 2002



Fonte: Fipe. Elaboração: IPEA/DIMAC.

3. Evolução do Preço do Milho

Abr. 2002 – Nov. 2002



Fonte: BM&F. Elaboração: IPEA/DIMAC.

o preço do frango; essa alta dos preços dos produtos animais já se manifesta nos índices de preços das carnes no varejo, como mostra o gráfico 2. (A menor capacidade de reação do preço dos suínos é um fenômeno conhecido, dando lugar a longas crises no setor.)

O caso do milho é particularmente grave. Mesmo já tendo atingido, no primeiro semestre deste ano, preços muito acima dos níveis alcançados no mesmo período de 2001 (fruto da redução da colheita este ano), o preço do milho, como aparece no gráfico 3, praticamente dobrou desde julho deste ano. A escassez atual de oferta doméstica – fruto da imprevidência do governo em 2001, quando a colheita de milho foi recorde e o governo não só deixou o preço desabar como permitiu uma exportação recorde, comprometendo o novo plantio e gerando a escassez doméstica que se verifica hoje – já em si mesma levaria a uma alta muito forte dos preços do milho, já que esse preço teria de atingir o nível do preço de paridade de importação. Devido à coincidência com a crise financeira nacional e com a alta dos preços internacionais do milho, esse preço de paridade assumiu níveis absurdos. Conforme informações obtidas na Conab, essa paridade está, atualmente, no nível de R$30, para o produto transgênico (supondo uma taxa de câmbio de R$3,60), e de R$32, para o produto não-transgênico, o único que pode ser importado pelo Brasil, devido a uma decisão da Justiça. Como se pode ver no gráfico 3, esse é, exatamente, o nível atual do preço doméstico, revelando que a paridade foi atingida e o mercado está sendo abastecido inteiramente pelo produto importado.

Há casos especiais, contudo, como o do café. No caso do café, o Brasil está colhendo uma supersafra, o que levou o governo a estimular, através da colocação de contratos de opção vendidos na época da safra, com preços de exercício bem atraentes (da ordem de R$130), a retenção da oferta ao mercado externo, sob o pretexto de transferir essa oferta para o ano que vem, quando se pode esperar que a safra seja menor. É possível que seja essa retenção do produto brasileiro que está

3. Preços agrícolas internacionais

2000-2002

Período	Soja em grão (US$/t) Nov. 2000 a out. 2001	Soja em grão (US$/t) Nov. 2001 a out. 2002	Milho (US$/t) Nov. 2000 a out. 2001	Milho (US$/t) Nov. 2001 a out. 2002	Trigo (US$/t) Nov. 2000 a out. 2001	Trigo (US$/t) Nov. 2001 a out. 2002	Algodão (US$cents/lp) Nov. 2000 a out. 2001	Algodão (US$cents/lp) Nov. 2001 a out. 2002
Novembro	178	162	82	81	93	104	65	33
Dezembro	186	160	84	81	97	104	65	36
Janeiro	175	160	85	81	104	109	61	37
Fevereiro	168	160	83	81	97	103	58	36
Março	164	169	83	80	99	102	50	38
Abril	159	171	81	78	97	99	43	36
Maio	164	177	77	81	97	100	44	35
Junho	170	185	76	83	94	106	41	41
Julho	187	209	84	91	101	120	41	46
Agosto	182	208	85	102	99	128	39	45
Setembro	172	208	85	106	100	147	36	42
Outubro	161	200	82	99	103	144	31	44

Fonte: Conab. Elaboração: Ipea/Dimac.

4. Principais produtos agrícolas: taxas de variação de preços

Mar.-out. 2002 – em %

Produtos agrícolas	Taxas de variação dos preços domésticos	Taxas de variação dos preços internacionais convertidos em reais	Taxa de variação dos preços internacionais
Trigo	116,6	130,2	44,0
Soja em grão	101,6	85,9	16,3
Açúcar	66,2	100,0	25,1
Milho	80,5	99,2	24,6
Arroz	70,1	55,0	-3,1
Algodão	51,3	93,1	20,7
Café arábica	58,7	91,3	19,6

Fonte: Conab. Elaboração: Ipea/Dimac.
As taxas de variação dos preços dómesticos, dos preços internacionais e da variação cambial foram calculadas com base na comparação das médias do mês de out. 2002 e do período mar.-maio. 2002.

5. Mundo: estoques de grãos em relação ao consumo anual

Em %

	Arroz	Milho	Soja	Trigo	Algodão
1997/98	33,5	25,3	16,8	29,4	50,5
1998/99	34,5	29,0	16,4	30,1	50,0
1999/00	36,5	28,3	17,4	30,0	45,5
2000/01	36,7	25,4	18,0	34,8	46,4
2001/02*	32,2	20,8	17,7	33,9	50,5
2002/03**	26,0	15,9	15,5	29,0	41,6

Fontes: Usda e Conab. Elaboração: Ipea/Dimac.

*Estimativa
**Projeção

porque, em boa parte, ela foi resultado de uma coincidência entre um período de instabilidade financeira que envolveu o Brasil e causou a desvalorização cambial, com uma elevação expressiva dos preços agrícolas internacionais. É interessante, agora, mostrar qual foi a importância relativa desses dois fatores na determinação da alta dos preços agrícolas internos. A tabela 4 faz uma comparação entre as taxas de variação dos preços domésticos e dos preços internacionais convertidos em reais. Essas taxas foram calculadas comparando-se os preços médios vigentes em outubro com os vigentes na média do período março/maio. Para se poder aquilatar o papel relativo da variação cambial e da variação dos preços internacionais, esta última é também apresentada na última coluna da tabela. A taxa de variação cambial calculada para o período escolhido foi de 60%.

Colocados os produtos em ordem decrescente de elevação dos preços domésticos, pode-se ver que, somente no caso do trigo, a alta dos preços internacionais, de cerca de 44%, chegou perto da taxa de desvalorização cambial no período. No caso da soja em grão, na verdade, o preço doméstico subiu mais do que o preço internacional convertido em reais. Isso acontece todo ano, entre as nossas safra e entressafra, quando o Brasil não é exportador, mas importador de soja em

Milho[P] (saca de 60kg)		Trigo[P] (saca de 60kg)		Café arábica[P] (saca de 60kg)	
Dez. 2000 a nov. 2001	Dez. 2001 a nov. 2002	Dez. 2000 a nov. 2001	Dez. 2001 a nov. 2002	Dez. 2000 a nov. 2001	Dez.2001 a nov. 2002
9,2	10,4	13,2	16,2	128,2	105,0
9,0	10,5	13,4	16,7	127,5	110,0
7,5	11,4	13,7	17,1	127,0	110,8
7,1	11,1	14,1	17,2	125,2	116,4
7,2	11,5	14,5	17,2	117,0	117,8
7,3	12,5	15,0	18,1	130,2	107,5
7,9	12,8	16,0	19,7	125,2	106,4
8,7	13,2	16,5	21,4	117,0	104,7
9,5	14,1	16,3	24,6	113,9	109,2
9,9	15,4	16,0	28,6	112,0	136,0
10,2	19,0	15,6	36,9	104,4	167,7
10,4	22,0	16,2	35,5	111,1	178,7

Frango[P] (kg)		Suínos[P] (kg)		Leite Cota (litro)		Açúcar[A] (R$/saca)	
Dez. 2000 a nov. 2001	Dez. 2001 a nov. 2002	Dez. 2000 a nov. 2001	Dez. 2001 a nov. 2002	Dez. 2000 a nov. 2001	Dez. 2001 a nov. 2002	Dez. 2000 a nov. 2001	Dez. 2001 a nov. 2002
1,26	1,32	2,07	2,13	0,31	0,25	23,8	24,4
1,02	1,31	1,96	2,05	0,28	0,23	25,0	25,6
0,99	1,26	1,55	1,78	0,26	0,23	23,3	22,9
1,10	1,07	1,60	1,61	0,25	0,25	23,4	21,3
1,29	0,98	1,87	1,44	0,26	0,28	24,8	20,8
1,07	0,99	1,81	1,39	0,29	0,30	24,1	20,7
1,29	1,02	1,81	1,57	0,31	0,32	23,4	18,8
1,18	1,05	1,87	1,67	0,33	0,33	23,7	19,2
1,06	1,18	1,86	1,51	0,34	0,33	22,8	23,0
1,05	1,22	1,73	1,59	0,32	0,33	23,6	24,5
0,93	1,25	1,85	1,80	0,27	0,32	23,9	34,5
1,15	1,45	2,17	1,71	0,25	0,32	23,8	40,4

Ao estimular a alta dos preços do café no mercado internacional, o governo está novamente formando o velho guarda-chuva que só serve para abrigar os demais países produtores e estimulá-los a aumentar a oferta no ano que vem.

causando a alta dos preços internacionais do café, mostrada na tabela 3; na realidade, a supersafra no Brasil e a própria desvalorização cambial deveriam ter levado a uma queda importante do preço do café no mercado internacional. Ao estimular a alta dos preços do café no mercado internacional, o governo brasileiro está novamente formando o velho guarda-chuva que só serve para abrigar os demais países produtores e estimulá-los a aumentar a oferta no ano que vem, que vai encontrar o Brasil abarrotado de estoques. Na atual conjuntura, essa política ainda está servindo para colocar mais lenha na fogueira da alta dos preços agrícolas.

No caso do açúcar, a importância do Brasil no mercado internacional faz com que não se possa considerar o preço internacional do açúcar como um dado. Em particular, a desvalorização cambial deveria ter levado a um aumento da oferta externa brasileira, com conseqüente queda no preço internacional do açúcar. Por isso, é necessário examinar melhor em que medida a alta do preço do álcool no mercado doméstico – fruto, por sua vez, da alta do preço da gasolina, puxado pela própria desvalorização cambial – é que está causando uma redução da produção de açúcar e, portanto, da oferta brasileira de açúcar no mercado internacional, com conseqüente elevação dos seus preços internacionais.

A alta dos preços aqui e no exterior

Como já se apontou, a alta dos preços agrícolas domésticos no Brasil foi dramática

A formação da taxa de CPR

A liquidação financeira de CPR liga o mercado agropecuário e outros tipicamente financeiros

GERALDO S. DE CAMARGO BARROS
HUMBERTO F. S. SPOLADOR
LEANDRO A. PONCHIO

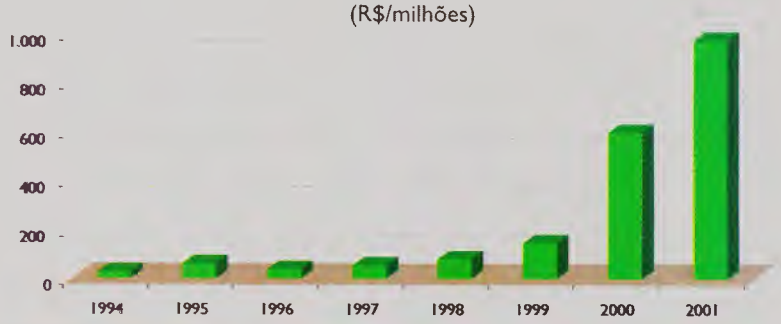
AO LONGO dos últimos meses, além de acompanharem a taxa de depósitos interfinanceiros (DI), as taxas de retorno da Cédula de Produto Rural (CPR) de café arábica passaram a ser influenciadas pelo Forward Rate Agreement (FRA) de cupom cambial, que está atrelado ao dólar. Essa mudança trouxe ao mercado de café discussões a respeito de aspectos macroeconômicos complexos, como o risco Brasil e a maior volatilidade da taxa de câmbio.

Em 19 de janeiro de 2000, por meio da Medida Provisória nº 2.017, foi permitida a liquidação financeira da CPR – em que o resgate do título ocorre por operação de recompra da cédula pelo produtor (emissor) com base em preços ou indicadores previamente definidos. A grande vantagem é que esse tipo de liquidação abre o mercado para qualquer financiador, uma vez que não ocorre a entrega física, mas sim o valor em dinheiro equivalente à quantidade do produto.

Além de aumentar a liquidez e contribuir para que o aplicador aceite taxas de retorno menores, beneficiando o produtor rural, o fato de haver liquidação financeira de CPR estabelece ligação entre o mercado agropecuário e outros tipicamente financeiros, permitindo ao aplicador confrontar a taxa de CPR com a de outros ativos nacionais e estrangeiros para compor sua carteira de investimentos.

Destaca-se que, como os custos de aval[1] da CPR têm sido elevados, há muitas cédulas de gaveta – isto é, não registradas na Central de Liquidação e Custódia Financeira de Títulos (Cetip) – em poder de empresas sem estrutura capaz de fiscalizar a liquidação dos compromissos de entrega. Embora não exista estudo formalizado nesse sentido, estima-se que haja

1. Negócios com CPR
(R$/milhões)



Fonte: Banco do Brasil.

Café em grão (US$cents/lp)		Arroz (US$/t)		Açúcar (US$ cents/lp)	
Nov. 2000 a out. 2001	Nov. 2001 a out. 2002	Nov. 2000 a out. 2001	Nov. 2001 a out. 2002	Nov. 2000 a out. 2001	Nov. 2001 a out. 2002
71	45	205	178	9,5	7,3
65	45	205	184	9,7	7,4
66	48	190	198	10,1	7,4
63	45	190	201	9,7	6,3
62	52	182	194	8,8	6,1
59	54	171	196	8,6	5,8
63	49	171	205	9,0	5,6
57	48	173	208	8,9	5,4
53	49	178	204	8,6	5,8
50	48	173	195	8,0	5,9
49	57	176	191	7,4	6,7
45	62	173	192	6,6	7,3

É possível, mas pouco provável, que os preços agrícolas no Brasil, na esteira da normalização dos fluxos externos de capital, sofram uma redução substancial até a entrada da safra. Isso seria muito bom para a política de metas de inflação, mas deverá ser ruim para o setor agrícola.

grão. No caso do arroz, o preço internacional, na verdade, ficou praticamente estável; toda a alta de preço no Brasil foi devida ao problema cambial.

Pode-se concluir, assim, que, à exceção do trigo, os demais produtos agrícolas tiveram sua elevação de preços domésticos causada, principalmente, pela desvalorização cambial. Essa conclusão é importante, pois significa que, na hipótese de que haja uma valorização muito forte da taxa de câmbio, pode-se esperar também uma forte queda de preços agrícolas no Brasil. Na hipótese mais provável de uma relativa estabilidade da taxa de câmbio aos níveis atuais, então podemos prever que o setor agrícola seria pouco afetado na hipótese de uma queda dos preços agrícolas internacionais.

É provável que essa elevação dos preços agrícolas internacionais seja efêmera. Embora seja verdade, como mostra a tabela 5, que houve uma redução dos estoques mundiais de grãos medidos em percentagens dos respectivos consumos mundiais, o efeito dessa redução de estoques pode estar sendo exagerado pela atuação, nos mercados de commodities agrícolas, dos fundos financeiros saídos dos mercados de ações, devido às perdas verificadas nesses mercados, e dos próprios mercados de títulos públicos, devido às baixas taxas de juros internacionais vigentes. Ora, como a reação da oferta agrícola deverá ser rápida, tanto nos Estados Unidos como nos demais países produtores, não é improvável que os mercados, antecipando essas reações de oferta, desfaça ao menos em parte essa "bolha" atual dos preços agrícolas internacionais, podendo até mesmo fazer desabar esses preços. Aliás, a tabela 3 já mostra uma queda expressiva nos preços da soja e do milho em outubro.

Pode-se, assim, concluir que é possível, mas pouco provável, que os preços agrícolas no Brasil, na esteira da normalização dos fluxos externos de capital, sofram uma redução substancial até a entrada da safra. Isso seria muito bom para a política de metas de inflação, mas deverá ser ruim para o setor agrícola.

Sumário e conclusões

Este artigo apresentou uma análise da evolução recente dos preços dos principais produtos agrícolas e animais, procurando-se separar a parcela dessa alta que se deveu à desvalorização cambial e a parcela que se deveu à alta dos preços internacionais. A conclusão a que se chegou é que, à exceção do trigo, o principal fator de elevação dos preços agrícolas domésticos foi mesmo a desvalorização cambial. Mesmo no caso dos produtos, como a soja, que tiveram altas relativamente importantes em seus preços internacionais, foi também a desvalorização cambial que transformou essa alta externa em forte pressão de alta interna.

Essa conclusão é muito importante, pois, na medida em que a taxa de câmbio se apreciar, como resultado de uma normalização dos fluxos externos de capitais, haverá, na mesma proporção, uma queda dos preços agrícolas domésticos. A alta dos preços internacionais, por sua vez, até mesmo pela dimensão exagerada que assumiu em alguns casos, como o do trigo, poderá não se sustentar e dar lugar a um processo de queda já no início do próximo ano. Somando as duas coisas, é possível, mas pouco provável, que o setor agrícola defronte-se com uma crise financeira na próxima safra, iniciando sua convivência com o novo governo de forma semelhante com o que aconteceu com o atual governo, em 1995. Essa eventual crise seria mais uma prova de que instabilidade macroeconômica é algo que o setor agrícola deve sempre votar contra, mostrando como o setor, afinal de contas, beneficiou-se da estabilização promovida pelo Plano Real.

Nota

Este artigo contou com a assistência de pesquisa de Mariana de Carvalho e de André Kano.

Gervásio Castro de Resende *é professor da Universidade Federal Fluminense.*
grezende@ipea.gov.br

1. Regressão para a taxa de CPR

Variáveis	Coeficientes	Erro padrão	Teste t	Prob.
DI	0,195816	0,037299	5,249875	0,0000
FRA	1,593424	0,127815	12,46668	0,0000
Quant	6,37E-07	1,21E-06	0,526470	0,5996
Resqua(-1)	0,332063	0,089751	3,699813	0,0003
R^2	0,593514	Teste F		54,51065
R^2 ajustado	0,582626	Prob (F)		0,000000
Durbin-Watson	2,170129			

2. Regressão para a taxa FRA-cupom.

Variáveis	Coeficientes	Erro-padrão	Teste t	Prob.
C	-0,164033	0,006417	-2,556359	0,0000
Câmbio	0,084622	0,002539	3,332319	0,0000
Resfra	0,927486	0,028972	3,201364	0,0000
R^2	0,950014	Teste F		1,073808
R^2 ajustado	0,949129	Prob (F)		0,000000
Durbin-Watson	2,021057			

principal vantagem desse sistema é o cupom cambial limpo (sem o efeito da defasagem de um dia da PTAX 800, usada na liquidação dos contratos).

No contrato futuro de cupom cambial, o objeto de negociação é a taxa de juro efetiva de DI, calculada a partir da acumulação das taxas médias diárias apuradas pela Cetip entre a data da operação no mercado futuro, inclusive, e o último dia do mês anterior ao mês de vencimento do contrato inclusive. Contudo, o DDI baseia-se em taxa de juro anual (360 dias corridos) – representativa da diferença entre as taxas de câmbio de reais por dólar dos Estados Unidos, para entrega pronta – e taxa efetiva de DI. Ou seja, a diferença entre o valor presente e o valor futuro é exatamente a taxa de juro esperada para o período entre a data de negociação e a data de vencimento do contrato – formada pelo acumulado das taxas médias CDI/Cetip *over* e descontada pela taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX 800).

É inegável o potencial do mercado de CPR. De 1994 a 2001, o crescimento dos negócios foi de 35,19%, sendo a maior parte com CPR de liquidação financeira. Café e boi gordo, em conjunto, representaram 56% das operações.

As evidências disponíveis

Inicialmente, fez-se o cálculo da taxa de juro embutida na CPR de café arábica com liquidação financeira na BM&F, convertendo-a em taxa anual (em dias úteis). Para obter o preço futuro, admitiu-se *hedge* de venda de café arábica no mesmo dia da emissão da CPR, cujo vencimento é o subseqüente à data de liquidação da cédula.

Para o cálculo do valor do leilão, utilizou-se o preço de fechamento da CPR (preço pelo qual determinado lote foi arrematado), que é cotado em moeda nacional, dividido pela taxa média de câmbio. Esta, que corresponde ao dólar comercial, consiste na média da taxa de compra e venda apurada e divulgada pelo Bacen (PTAX 800, opção 5-L) na mesma data do leilão da CPR. Assim:

$$VR = VL \times (1 + ja)^{n/252}$$

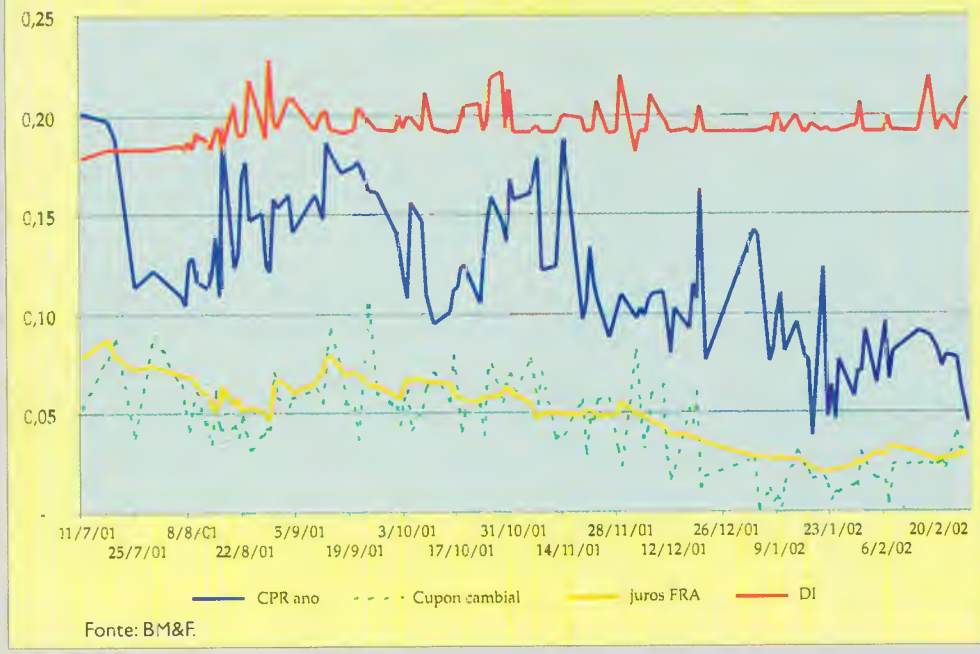
onde:

- VR = valor de resgate, preço de ajuste do dia da emissão da CPR, com vencimento subseqüente à data de liquidação da CPR (dólar/saca de 60kg);
- VL = valor de leilão da CPR em dólar/saca;
- n = período em dias úteis entre a data de emissão e data de liquidação da CPR;
- ja = juros anuais embutidos na CPR.

Uma vez calculada a taxa embutida da CPR, procurou-se associá-la às taxas dos contratos futuros de DI, cupom cambial e FRA de cupom, cujos vencimentos são os mais próximos à data de liquidação da CPR. Tais variáveis permitem captar o mecanismo de decisão dos fundos quando da alocação da CPR em suas carteiras.

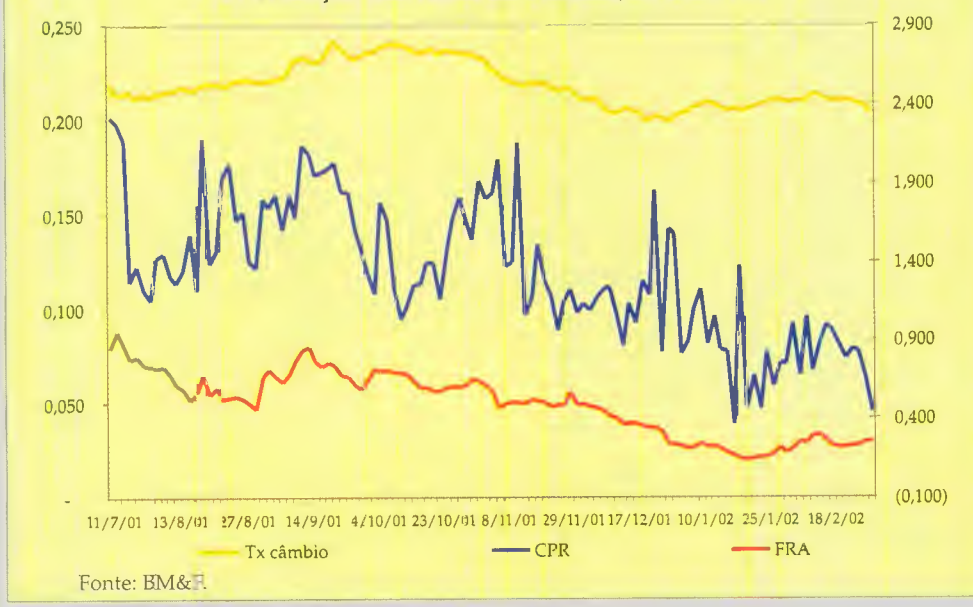
Para verificar possíveis efeitos específicos ligados ao setor de café, incluiu-se, entre as variáveis, a quantidade de CPR negociada diariamente. Supôs-se que a taxa de

2. Comportamento das taxas de FRA, cupom cambial, CPR e juros de DI



Fonte: BM&F

3. Evolução das taxas de câmbio, CPR e FRA



Fonte: BM&F

no mercado cerca de R$4 bilhões desse tipo de CPR.

É inegável o potencial do mercado de CPR. De 1994 a 2001, o crescimento dos negócios foi de 35,19%, sendo a maior parte com CPR de liquidação financeira. Café e boi gordo, em conjunto, representaram 56% das operações, como se pode observar no gráfico 1.

Influências macroeconômicas

Desde que foi instituída a CPR de liquidação financeira, observou-se a aproximação entre as taxas de retorno desse título e as corrigidas pelo dólar como, por exemplo, FRA de cupom (FRC) e cupom cambial. O gráfico 2 ilustra a evolução da CPR e outros ativos concorrentes, como os chamados fundos de investimentos, entre 11 de julho de 2001 a 20 de fevereiro de 2002.

Boa parte do movimento da taxa de CPR de café, calculada em dólar, pode ser explicada pela conjuntura macroeconômica nacional e internacional, posto que os aplicadores mantêm essa cédula em suas carteiras ao lado de ativos brasileiros e estrangeiros. Outra parte deve-se ao comportamento específico do setor, que pode aumentar ou diminuir a necessidade de recursos passíveis de serem obtidos por meio da emissão de CPR.

O cenário interno reflete o desempenho das taxas de DI, que repercutem as estratégias das autoridades monetárias. O cupom cambial ou o FRA de cupom incorporam, além da taxa de juro prevalecente nos Estados Unidos, as expectativas de desvalorização do real e as incertezas que cercam essa moeda. As mudanças acentuadas na taxa de câmbio brasileira foram acompanhadas por clara tendência de queda do FRA de cupom, o que sugere que tais oscilações não provocaram percepções importantes de incremento do risco Brasil. O gráfico 3 traz a atuação dessas taxas no período de 11 de julho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

Em fevereiro de 2001, a BM&F introduziu o FRA de cupom cambial, que permite negociações desse ativo sem as distorções causadas pela variação da taxa de câmbio do dia anterior. As partes assumem posição comprada ou vendida no contrato de FRA – que corresponde ao vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) – e, automaticamente, a bolsa abre posição inversa (comprada ou vendida) no primeiro vencimento em aberto no DDI.

Desse modo, as partes negociam a taxa de juro linear para o período – que começa em data futura, no dia de liquidação do primeiro vencimento do DDI, e acaba no dia de liquidação do vencimento negociado mais distante. A

Escola de *competitividade*

O fortalecimento de clusters *no agronegócio favorece o aumento sustentável das exportações*

ELISIO CONTINI
RUY DE ARAÚJO CALDAS

A criação de *clusters* do agronegócio estimula a cooperação e competição entre empresas e produtores, amplia a participação no mercado interno e ajuda a aumentar as exportações brasileiras de forma sustentável.

O Brasil tem sido um país pouco integrado ao mercado internacional. Com uma economia forte, só recentemente atingiu a parcela de 1% do comércio internacional. De dimensões continentais, com sua parte mais desenvolvida ladeada pelo oceano e o interior por extensas áreas com barreiras naturais e fronteiras com países pouco desenvolvidos, criou uma cultura contrária às exportações. Além disso, políticas macroeconômicas pouco saudáveis – sobrevalorização cambial, processos inflacionários persistentes e protecionismos – inibiram uma abertura maior aos mercados externos e ideologias perversas contrapuseram o comércio externo ao mercado interno.

Está encerrada a bizarra discussão entre produzir para o mercado interno ou para exportação. Com a abertura comercial e a globalização das economias, a competitividade tanto vale para o mercado interno como para o externo. É preciso produzir com eficiência e qualidade para ambos. Começamos a entender que os objetivos de segurança alimentar e abastecimento de outros insumos de origem agrícola são mais fáceis de obter quando o produto está integrado ao mercado externo. Isso implica possibilidade de exportar e importar o mesmo produto, dependendo das circunstâncias.

Exportar gera renda e emprego, portanto riqueza nacional, ao criar demanda para nossa produção. Expõe nossos produtos a consumidores exigentes de países desenvolvidos, melhorando a qualidade, produtividade e organização dos mercados. Com as divisas obtidas permite importar insumos essenciais para o desen-

retorno da CPR variasse diretamente com a quantidade negociada. Ou seja, para aceitar maior volume desse ativo em seus portfólios, os aplicadores demandariam maiores taxas de retorno.

Na determinação da taxa de retorno, adotou-se o seguinte modelo:

$$CPR_i = \beta 1 DI_i + \beta_2 FRA_i + \beta_3 Quant_i + \beta_4 Rescpr_i + u_i$$

onde:

CPR_i = taxa de retorno da CPR;
DI_i = taxa de juro de DI;
FRA_i = taxa de juro do contrato futuro de FRA de cupom;
$Quant_i$ = quantidade de sacas de café correspondente ao volume negociado de CPR;
$Rescpr_i$ = resíduo defasado de um período da taxa de CPR;
u_i = termo de erro, assumindo que u_i tem média zero e variância constante.

A inclusão do resíduo defasado visou eliminar a autocorrelação entre os resíduos do modelo. Estes são conhecidos por agentes de mercado e ajudam a explicar a formação da taxa da CPR por meio de correção de expectativas baseada no erro de previsão.

O modelo proposto é compatível com as hipóteses levantadas sobre a interação entre as taxas da CPR e as de DI e de FRA de cupom (tabela 1). Diante da elevação de 1% na taxa de FRA, ocorrerá variação de 1,58% na de CPR. Para o mesmo aumento da taxa de DI, haverá expansão de 0,19% na de CPR. Os dois efeitos são estatisticamente significativos.

Quanto ao efeito do volume de CPR sobre sua taxa de retorno, os resultados não permitiram detectar nada relevante. Possivelmente, isso ocorreu em função de dois fatos. Primeiro, o volume negociado não pôde refletir a oferta de títulos; porém, não se dispõe dessa variável ou do volume não negociado (excesso de oferta). Segundo, é possível que, em face da existência de preço mínimo nos leilões de CPR, essas taxas não puderam subir o suficiente para que o total ofertado fosse absorvido no mercado. Nesse caso, haveria certa rigidez para cima quanto à variabilidade das taxas da CPR, o que impediria que se captasse mais claramente o efeito do volume sobre seus valores.

A forte relação entre as taxas de FRA de cupom demonstra que seu comportamento descendente foi determinante no desempenho das taxas da CPR. Por esse motivo, procurou-se associá-lo à conduta da taxa de câmbio brasileira. A hipótese é que, se o câmbio se desvalorizasse, o mercado poderia reduzir as expectativas de novas depreciações, o que faria cair o valor do cupom cambial. É claro que esses ajustes ocorreriam se a perda de valor fosse conseqüência de expansões monetárias promovidas pelo país. Nota-se que alterações no preço do cupom podem provir de outras fontes, como a redução na percepção de riscos típicos do Brasil. Nesse último caso, as elevações podem acontecer simultaneamente às valorizações cambiais. Com esse fim, utilizou-se o seguinte modelo:

$$FRA_i = \alpha_1 + \alpha_2 Câmbio + \alpha_3 Resfra + e_i$$

onde:

FRA = taxa de juro do contrato futuro de FRA de cupom;
$Câmbio$ = taxa de câmbio em reais/dólar;
$Resfra$ = resíduo calculado da taxa de FRA;
e_i = termo de erro, assumindo que e_i tem média zero e variância constante.

A elevação de 1% na taxa de câmbio resulta em crescimento de 0,08% na taxa de FRA (tabela 2). As duas movimentam-se na mesma direção, mas o efeito é bastante pequeno, significando que as mudanças na taxa de FRA – ou mais especificamente no cupom cambial – não refletem o efeito monetário mencionado: desvalorização e conseqüente redução da expectativa de futuras desvalorizações. Assim, embora a taxa de câmbio tenha oscilado bastante, não chegou a influenciar negativamente a percepção de risco do país.

Mesmo com os custos vigentes de aval e com a tendência de queda nas taxas a partir de 2001, é incontestável o potencial apresentado pelo mercado de CPR. Para elucidar essa proposição, procurou-se trazer evidências sobre os efeitos de alguns fatores macroeconômicos e setoriais sobre a taxa de retorno da CPR de café arábica.

A taxa de FRA de cupom, que permite ao investidor obter seu rendimento em dólar, exerceu papel relevante na determinação da taxa de rendimento da Cédula de Produto Rural. Em que pese à conjuntura turbulenta, houve declínio das taxas de ativos relacionados ao cupom cambial, o que repercutiu favoravelmente – ao tomador de recursos – na formação da taxa da CPR. O volume de cédulas negociadas, por outro lado, não parece influenciar significativamente sua taxa, provavelmente pela rigidez imposta pelos preços mínimos de negociação.

Nota

[1] O emitente de CPR arca com a taxa de aval (que varia de 0,45% e 0,65% ao mês, sobre o valor do negócio) e com os custos de registro do título em cartório.

Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros *é professor titular e chefe do Departamento de Economia, Sociologia e Administração da Esalq/USP e coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). gscbarro@esalq.usp.br*

Humberto F. S. Spolador *é economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP) e doutorando em economia aplicada pela Esalq/USP. hspolador@yahoo.com.br*

Leandro A. Ponchio *é engenheiro agrônomo pela Esalq/USP e aluno do MBA em agribusiness FGV/Ohio. laponchi@esalq.usp.br*

Mercado internacional de carnes
1998 a 2003

LUIZ ANTONIO PINAZZA

- A produção cresce próximo a 10%;
- em termos de participação, as carnes de aves sobem em torno de 3%, enquanto as de bovinos recuam 3% e a de suínos fica estável;
- o quadro mais ajustado entre produção e consumo das carnes bovinas propicia incremento nos preços;
- a produção e o consumo das carnes de aves e bovinos crescem bastante no Brasil e China, mas os preços caem por pressão de oferta e reduzido número de países compradores;
- Brasil consolida sua posição, com aumento substancial da produção e exportação de carnes de aves, bovina e suinícola.

Preços médios internacionais de carnes
Índice FAO de preços internacionais de carnes – US$ por tonelada

Ano	(1990-92=100)	Frango[1]	Suíno[2]	Boi[3]
1996	96	978	2.733	1.741
1997	96	843	2.724	1.880
1998	83	760	2.121	1.754
1999	84	602	2.073	1.894
2000	85	592	2.083	1.957
2001	84	645	2.077	2.138
2002	83	602[4]	1.883[4]	2.257[5]

Fonte: FAO/Giews. *Food Outlook*. Oct. 2002.
[1]Partes de frangos, valor unitário de exportação dos EUA.
[2]Carne congelada, valor unitário de exportação dos EUA.
[3]Carne de vaca industrializada da Austrália – preço CIF EUA.
[4]Período de janeiro a agosto 2002.
[5]Período de janeiro a julho 2002.

Mercado internacional de carne bovina, 1998 a 2003

- Produção em relativa estabilidade: crescimento no Brasil e China, mas queda na União Européia e Rússia;
- competição acirrada entre os países exportadores;
- importações crescem na União Européia, México e Coréia;
- exportações sobem no Brasil e Austrália;
- Brasil, Argentina e Uruguai aumentam os embarques de carne fresca enlatada;
- Japão representa a metade das importações e a Coréia terá volume recorde de compra;
- México aumenta suas compras pelo sétimo ano consecutivo, enquanto seu rebanho encolheu em mais de um terço na última década.

Estados Unidos

- Rebanho recua para 95,6 milhões de cabeças, o menor nível desde 1959.
- retenção de animais para recomposição dos plantéis reduz oferta e o consumo cai;
- cerca de 60% das importações vêm da Austrália;
- as carnes de maior valor agregado e as peças em cortes são adquiridas do Canadá;
- cancelamento das compras do Uruguai e Argentina devido a focos de febre aftosa.

União Européia

- Concentra as exportações para a Rússia e países no Centro-Leste europeu;
- embarques para os EUA continuam proibidos, pelo uso de hormônios;
- as vendas externas caíram em quase 30% no período pós-1999;
- redução na oferta devido à queda dos apoios financeiros governamentais;
- tendência de tornar-se importador líquido e retração do rebanho.

Austrália

- Exportação atinge nível recorde em quantidade e chega aos patamares dos anos 70;
- os embarques para os Estados Unidos estão limitados por cota (378 mil toneladas), todas devidamente preenchidas nos últimos dois anos.

Brasil

- Persiste na trajetória ascendente de produção com exportação recorde;
- consolida presença em novos mercados (Egito, Rússia, China);
- mudança no mix dos produtos exportados (75% na forma de carne fresca enlatada);
- sustenta posição de terceiro maior exportador mundial;
- forte capacidade competitiva diante da desvalorização do real, do baixo custo da criação e dos investimentos para aumento da produção;

Mercado internacional de carne suína, 1998 a 2003

- Produção em crescimento moderado: maiores expansões na China, Brasil e Canadá;
- Japão e México representam mais de 50% do aumento das importações;
- exportações sobem no Brasil, Estados Unidos e Canadá;
- maiores compras da União Européia em razão da doença da vaca louca;
- Japão reduz um terço do seu rebanho.

Estados Unidos

- Queda na produção devido ao aumento dos custos de produção e iminência de superoferta;
- exportações concentradas no Japão e México, respectivamente, em 50% e 22% do total;
- importações do Canadá crescem nas

volvimento do país, como o petróleo, tecnologias na forma de equipamentos e máquinas mais eficientes na produção. Adicionalmente, divisas são uma garantia de honrar compromissos como dívidas contraídas em empréstimos externos, tomados para apressar o processo de desenvolvimento.

Como aumentar as exportações brasileiras?

Uma condição necessária refere-se a uma política macroeconômica saudável. Estabilidade econômica, câmbio equilibrado, taxa de juros ajustada ao mercado internacional, impostos compatíveis com nossos competidores são garantias de investimentos e produção futuros e favorecem o relacionamento duradouro e sustentável com os mercados externos.

Outra condição é a forma de organização da produção agrícola, incluindo os setores a montante, como fertilizantes, máquinas e equipamentos e defensivos, e a jusante, incluindo a agroindústria, transporte e comercialização. A visão das cadeias, de seus elos e respectivos problemas ajuda a definir os problemas e solucioná-los, a manter a competitividade no mercado interno e externo para produtos do agronegócio brasileiro.

M. Porter tem uma tese básica para o agronegócio: a criação de *clusters* favorece a cooperação, maximiza externalidades, acirra a concorrência entre empresas (e produtores) e facilita, em futuro próximo, o surgimento de setores de competitividade, com capacidade para conquistar mercados internacionais. *Clusters* são grupos, agrupamentos ou aglomerados de empresas ou produtores de um determinado setor de atividade e organizações correlatas, concentrados geograficamente.

Como se aplica o conceito de *clusters* ao agronegócio? Trata-se de um conglomerado de produtores e empresas de uma cadeia produtiva, numa área geográfica contígua, aproveitando externalidades, comprando e competindo entre si, levando a uma melhoria da eficiência produtiva. Em geral, antes de conquistar o mercado externo, esse segmento concorre para colocar seus produtos no mercado interno. A concentração da produção e sua especialização num determinado espaço geográfico, menor ou maior de acordo com o tipo de atividade, criam condições de competir de forma sustentável no mercado internacional, porque estabelecem um sistema que fornece produtos de qualidade com regularidade, a baixos custos (eficiência) e com escala.

Nos últimos anos, o agronegócio brasileiro tem desenvolvido experiências com *clusters*: os agropólos, definidos como *clusters* de empresas e instituições interconectadas, relacionadas a uma cadeia do agronegócio, concentradas em uma região geográfica. São vistos como alternativa para organizar um complexo ou cadeia agroindustrial.

O Banco do Nordeste do Brasil, em parceria com o governo federal, estabeleceu nove agropólos. Três estão em fase avançada de organização, tendo a fruticultura como base: Assu-Mossoró, Norte de Minas e Petrolina/Juazeiro. Os outros seis pólos estão em processo inicial de organização; centrados na fruticultura: Baixo Jaguaribe, Alto Piranhas e Sul de Sergipe; em grãos: Sul do Maranhão/Sudoeste do Piauí e Oeste Baiano; e em pecuária: Bacia Leiteira de Alagoas.

O sucesso dos pólos de Assu-Mossoró, Norte de Minas e Petrolina/Juazeiro pode ser atribuído a alguns fatores: liderança política e empresarial nas regiões; bom nível de organização dos setores público e privado; entendimento dos elos e funções das cadeias produtivas; aporte de tecnologia e possibilidade de troca de experiências entre as empresas e produtores, por meio de suas organizações (Valexport, Abanorte e Valefrutas).

Começamos a entender que os objetivos de segurança alimentar e abastecimento de outros insumos de origem agrícola são mais fáceis de obter quando o produto está integrado ao mercado externo.

Há várias experiências bem-sucedidas também no Centro-Sul do país. Destaca-se a experiência recente do *cluster* da produção de maçã na serra catarinense e gaúcha. Grande mérito deve-se à Associação Brasileira de Produtores de Maçã, que soube aglutinar esforços públicos e privados, nacionais e internacionais para o desenvolvimento do setor.

Essa forma de trabalho objetiva direcionar e priorizar ações dos diferentes agentes de desenvolvimento, da iniciativa privada e das comunidades, para áreas de grande potencial no agronegócio. Cadeias ou setores localizados numa mesma área geográfica podem cooperar e aproveitar melhor as externalidades que se criam a seu redor. Competindo entre si, aumentam sua eficiência, qualidade e criam condições para competir de forma sustentável no mercado internacional.

Elisio Contini *(elisio.contini@embrapa.br)* e **Ruy de Araújo Caldas** *(ruy.caldas@embrapa.br)* são pesquisadores da Embrapa.

Mundo: carne suína

Mil toneladas

Produção	1998	1999	2000	2001	2002	2003
China	38.837	40.056	40.314	41.845	43.000	44.100
UE	17.392	18.059	17.585	17.419	17.800	17.820
Brasil	1.690	1.835	2.010	2.230	2.356	2.430
Canadá	1.337	1.550	1.638	1.729	1.830	1.865
Rússia	1.510	1.490	1.500	1.560	1.600	1.700
Polônia	1.650	1.675	1.620	1.547	1.585	1.640
Coréia	992	950	1.004	1.077	1.161	1.200
Japão	1.285	1.277	1.269	1.245	1.200	1.190
Filipinas	933	973	1.008	1.064	1.095	1.120
México	950	994	1.035	1.065	1.085	1.100
Outros	4.129	4.128	3.806	3.683	3.780	3.790
Subtotal	70.705	72.987	72.789	74.464	76.492	77.955
EUA	8.623	8.758	8.597	8.691	8.973	8.819
Total	79.328	81.745	81.386	83.155	85.465	86.774
Consumo						
China	38.740	40.024	40.291	41.764	42.835	43.970
UE	15.843	16.301	16.169	16.239	16.560	16.555
Rússia	2.219	2.321	2.019	2.119	2.299	2.409
Japão	2.146	2.212	2.228	2.269	2.335	2.368
Brasil	1.581	1.727	1.826	1.919	1.956	2.000
Polônia	1.462	1.484	1.544	1.476	1.550	1.607
México	1.045	1.131	1.252	1.298	1.325	1.350
Coréia	940	984	1.059	1.158	1.286	1.325
Canadá	955	1.063	1.047	1.087	1.129	1.155
Filipinas	942	997	1.032	1.073	1.105	1.130
Outros	4.438	4.456	4.093	3.988	4.077	4.129
Subtotal	70.311	72.700	72.560	74.390	76.457	77.998
EUA	8.305	8.596	8.457	8.388	8.725	8.572
Total	78.616	81.296	81.017	82.778	85.182	86.570
Importação						
Japão	777	919	995	1.068	1.125	1.150
Rússia	710	832	520	560	700	710
México	144	190	276	294	300	310
Hong Kong	207	217	247	260	285	300
Coréia	66	156	174	123	145	150
Canadá	64	65	68	91	100	105
China	46	43	50	58	60	70
UE	40	54	54	55	60	60
Romênia	53	27	29	46	55	55
Polônia	74	55	47	23	50	50
Outros	160	227	223	188	194	202
Subtotal	2.341	2.785	2.683	2.766	3.074	3.162
EUA	320	375	439	431	479	490
Total	2.661	3.160	3.122	3.197	3.553	3.652
Exportação						
UE	1.004	1.390	1.470	1.235	1.300	1.325
Canadá	432	554	658	727	800	815
Brasil	105	109	163	337	400	430
China	143	75	73	139	225	200
Hungria	109	131	143	118	120	110
Polônia	220	235	160	100	80	85
Austrália	17	37	49	66	79	83
México	49	53	59	61	60	60
Coréia	116	113	30	42	20	55
Thecoslováquia	27	10	8	14	27	25
Outros	20	23	14	5	5	7
Subtotal	2.242	2.730	2.827	2.844	3.116	3.195
EUA	558	580	584	708	709	726
Total	2.800	3.310	3.411	3.552	3.825	3.921

Fonte: Usda, out. 2002.

Mundo: carne bovina

Mil toneladas

Produção	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	6.140	6.270	6.520	6.895	7.136	7.385
UE	7.512	7.569	7.462	6.896	7.250	7.150
China	4.799	5.054	5.328	5.488	5.600	5.700
Argentina	2.600	2.840	2.880	2.680	2.640	2.730
Austrália	1.989	1.956	1.988	2.052	2.100	2.250
México	1.800	1.900	1.900	1.925	1.930	1.935
Índia	1.593	1.660	1.700	1.770	1.810	1.920
Rússia	2.090	1.900	1.840	1.760	1.730	1.670
Canadá	1.150	1.238	1.246	1.250	1.260	1.215
África do Sul	539	584	630	665	660	670
Outros	6.830	6.517	6.293	5.618	5.771	4.494
Subtotal	37.042	37.488	37.787	36.999	37.887	37.119
EUA	11.804	12.124	12.196	11.890	12.333	11.682
Total	48.846	49.612	49.983	48.889	50.220	48.801
Consumo						
UE	7.238	7.485	7.645	6.455	7.272	7.260
Brasil	5.941	5.863	6.102	6.191	6.378	6.540
China	4.722	5.010	5.290	5.448	5.581	5.690
Rússia	2.845	2.734	2.309	2.405	2.425	2.405
Argentina	2.330	2.498	2.541	2.551	2.368	2.395
México	2.101	2.250	2.309	2.341	2.362	2.372
Índia	1.348	1.438	1.335	1.400	1.410	1.500
Japão	1.479	1.475	1.534	1.371	1.300	1.394
Canadá	951	994	992	969	969	943
Austrália	712	722	660	662	690	740
Outros	6.501	6.592	6.371	5.718	5.867	4.708
Subtotal	36.168	37.061	37.088	35.511	36.622	35.947
EUA	12.055	12.327	12.400	12.259	12.705	12.159
Total	48.223	49.388	49.488	47.770	49.327	48.106
Importação						
Japão	943	959	1.016	955	700	860
Rússia	684	838	478	653	700	740
UE	326	351	448	413	500	530
México	307	358	420	426	440	445
Coréia	125	242	324	246	390	420
Canadá	232	254	263	299	330	325
Egito	159	218	236	105	150	200
Filipinas	81	99	118	104	115	130
Taiwan	82	94	83	78	95	100
Brasil	102	54	72	44	80	80
Outros	333	313	241	205	190	192
Subtotal	3.374	3.780	3.699	3.528	3.690	4.022
EUA	1.199	1.304	1.375	1.435	1.500	1.500
Total	4.573	5.084	5.074	4.963	5.190	5.522
Exportação						
Austrália	1.268	1.270	1.338	1.395	1.420	1.500
Brasil	306	464	492	748	838	925
Canadá	428	492	523	574	625	600
UE	678	854	645	572	530	570
Nova Zelândia	488	442	485	500	510	530
Índia	245	222	365	370	400	420
Argentina	303	359	357	168	280	340
Uruguai	218	189	236	145	220	250
Ucrânia	162	211	196	124	120	110
China	88	57	54	60	45	40
Outros	201	126	128	133	120	85
Subtotal	4.385	4.686	4.819	4.789	5.108	5.370
EUA	985	1.093	1.119	1.029	1.119	1.148
Total	5.370	5.779	5.938	5.818	6.227	6.518

Fonte: Usda, out. 2002.

Mundo: aves
Mil toneladas

Produção	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	4.498	5.526	5.980	6.567	7.040	7.180
UE	6.789	6.614	6.654	6.822	6.750	6.760
China	3.450	4.400	5.050	5.200	5.400	5.450
México	1.587	1.784	1.936	2.067	2.188	2.297
Índia	710	820	1.080	1.250	1.400	1.500
Tailândia	930	980	1.070	1.230	1.320	1.380
Japão	1.097	1.078	1.091	1.074	1.090	1.080
Canadá	798	847	877	927	945	975
Malásia	660	684	786	813	832	846
África do Sul	667	681	707	730	745	760
Outros	6.523	6.631	6.866	6.905	6.940	6.059
Subtotal	27.709	30.045	32.097	33.585	34.650	34.287
EUA	12.525	13.367	13.703	14.033	14.519	14.808
Total	40.234	43.412	45.800	47.618	49.169	49.095
Consumo						
UE	6.168	6.048	6.191	6.522	6.630	6.665
Brasil	3.904	4.776	5.087	5.326	5.615	5.855
China	3.554	4.616	5.194	5.184	5.380	5.400
México	1.766	1.970	2.154	2.301	2.443	2.587
Rússia	1.297	1.279	1.320	1.588	1.838	1.848
Japão	1.697	1.742	1.772	1.797	1.815	1.790
Índia	710	820	1.080	1.249	1.398	1.495
Canadá	794	866	891	927	944	974
Tailândia	658	683	735	823	855	915
Malásia	668	705	812	846	866	881
Outros	7.850	8.144	8.209	8.232	8.175	7.256
Subtotal	29.066	31.649	33.445	34.795	35.959	35.666
EUA	10.502	11.251	11.474	11.557	12.265	12.364
Total	39.568	42.900	44.919	46.352	48.224	48.030
Importação						
Rússia	1.020	930	943	1.281	1.220	1.300
Japão	590	667	721	710	750	700
UE	167	198	299	418	550	600
Arábia Saudita	287	364	348	399	390	385
China	427	591	608	473	380	350
México	181	188	219	235	255	290
Hong Kong	269	391	239	234	238	243
Emirados Árabes	122	117	111	123	135	140
Coréia	13	47	67	83	95	98
Canadá	55	62	69	73	72	80
Kwait	45	54	53	62	60	61
Outros	379	377	352	300	244	239
Total	3.555	3.986	4.029	4.391	4.389	4.486
Exportação						
Brasil	594	750	893	1.241	1.425	1.325
UE	788	764	762	718	670	695
Tailândia	274	288	328	425	415	435
China	323	375	464	489	400	400
Canadá	53	47	55	69	75	80
Hungria	52	45	35	35	32	32
Arábia Saudita	21	16	16	20	20	20
Emirados Árabes	23	19	20	20	20	20
Austrália	13	12	14	19	15	15
Argentina	6	3	5	6	10	14
Outros	71	63	45	44	44	48
Subtotal	2.218	2.382	2.637	3.086	3.126	3.084
EUA	1.978	2.080	2.231	2.521	2.208	2.472
Total	4.196	4.462	4.868	5.607	5.334	5.556

Fonte: Usda, out. 2002.

carnes e estabilizam em animais vivos;
- participa com 85% das importações do México, e o restante é suprido pelo Canadá;
- com o fim das tarifas previstas pelo Nafta, a competitividade do Canadá crescerá e poderá ganhar espaço no mercado mexicano.

Brasil
- Crescimento mais moderado na produção, pelo aumento dos custos de produção;
- orçamento de US$3 milhões para promover as exportações;
- conquista do mercado da Rússia, ocupando espaço dos Estados Unidos.

União Européia
- Redução do rebanho na Inglaterra por peste suína e na Noruega e Bélgica devido a restrição ambiental;
- acordos – *double zero* que elimina tarifas e uso de fundos para exportação – sustentam a competitividade das exportações para Centro e Leste europeus.

Mercado internacional de aves, 1998 a 2003
- Produção em crescimento forte, principalmente na China, Brasil, Canadá e Rússia;
- Estados Unidos, Brasil, União Européia e Tailândia dominam as exportações;
- forte agressividade dos Estados Unidos expressa no programa de subsídio à exportação: é o país que mais aumentou suas exportações nos últimos anos;
- China, Estados Unidos, Japão, México, Rússia e Arábia Saudita, no conjunto, somam mais de 80% das importações;
- Rússia e União Européia respondem por mais de 80% do crescimento das importações

União Européia
- Acordos – *double zero*, que elimina tarifas, e uso de fundos para exportação – sustentam a competitividade das exportações para Centro e Leste europeu;
- aumento de 45% no fundo de restituição de importação, estimado em US$79 milhões;
- maior controle na oferta de carne do Brasil e Tailândia, com imposição de taxa após reclassificação dos produtos salgados como congelados.

Cotações de café devem subir

Continua muito forte a demanda dos exportadores brasileiros por cafés de melhor qualidade

POR CARLOS COGO*, LUIZ ANTONIO PINAZZA, REGIS ALIMANDRO E GREGORY HONCZAR

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de novembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de dezembro de 2002. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2002. Os preços de dezembro de 2002 são nominais.

MERCADO INTERNO

ALGODÃO (6) SUL DO BRASIL – R$15KG DISPONÍVEL

O mercado interno da pluma segue com preços firmes e tendência de alta. Ainda há pela frente pelo menos três a quatro meses de entressafra. Os leilões dos estoques oficiais não acalmaram o mercado e a necessidade de importações para complementar o abastecimento interno dá força a novas altas no mercado doméstico. A oferta interna escassa continua dificultando o fechamento de contratos para algumas indústrias. Os produtores, capitalizados, continuam segurando as vendas, apostando em que os preços seguirão sustentados até a entrada da próxima safra.

ARROZ AGULHINHA R$/SC. 60KG

O volume por comercializar manterá o mercado abastecido até a entrada da próxim safra, em março de 2003. Os estoques em poder do setor privado e do governo indicam que o suprimento está ajustado, mas sem riscos de desabastecimento. Há estoques em poder dos produtores do Rio Grande do Sul, excedentes da Argentina e Uruguai, estoques estratégicos em poder do segmento industrial e varejista, importações de arroz em casca dos EUA chegando ao país e algum volume a ser colhido em Santa Catarina e no Mato Grosso antes do ingresso da safra gaúcha.

BOI GORDO R$/ARROBA

A oferta de animais voltou a crescer neste mês de dezembro, quando os animais de pa :o começam a ficar prontos e a of· ·ta de animais semiconfinados também deverá ser maior. Neste ano o semiconfinamento somou 2,35 milhões de animais, uma queda de 8,5% sobre o volume do ano passado. Os preços do mercado atacadista ainda estão pressionados pelo bom desempenho das exportações brasileiras. Isso porque os grandes frigoríficos exportadores estão vendendo sua produção no mercado externo e recomprando no mercado interno para a revenda.

CAFÉ TIPO 6/SC. 60KG

Continua muito forte a demanda dos exportadores brasileiros, principalmente pc cafés de melhor qualidade. Os

*Ca ·s Cogo é consultor da Carlos Cogo Consultoria Agr ·conômica: www.carloscogo.com.br

Mercado interno

	Novembro, 2001	Outubro, 2002	1 a 29 de novembro	13 a 20 de novembro	Tendência
Algodão (6) Sul do Brasil[1] – R$/15kg disp.	31,76	48,91	51,85	54,32	Alta
Arroz agulhinha[2] – R$/sc. 60kg	55,18	54,22	60,50	60,50	Estável
Boi gordo[3] – R$/arroba	54,85	54,18	59,04	59,60	Estável
Café tipo 6[4] – R$/sc. 60kg	152,34	222,56	227,46	229,87	Estável
Feijão carioquinha especial[5] – R$/sc. 60kg	61,22	75,83	81,83	88,60	Alta
Feijão-preto[6]	113,99	89,00	81,25	82,00	Alta
Frango vivo[7] – R$/kg	1,15	1,25	1,46	1,48	Estável
Milho amarelo semiduro[8] – R$/60kg	15,53	24,63	29,35	30,10	Alta
Soja-grão industrial[9] – R$/60kg	35,56	45,72	47,50	47,50	Estável

Fontes: [1]Esalq/BM&F; [2]Bolsa de Cereais de São Paulo; [3]Esalq/USP; [4]BM&F; [5,6]Instituto de Economia Agrícola (IEA); [7]Associação Paulista de Avicultura (APA); [8,9]Bolsa de Cereais de São Paulo.

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Out. 01	Nov.	Dez.	Jan. 02	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.
Algodão em caroço (kg)	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,61	0,63	0,62	0,65	0,66	0,70	0,75
Amendoim em casca (kg)	0,62	0,65	0,64	0,62	0,62	0,63	0,63	0,66	0,68	0,74	0,77	0,90
Arroz em casca (kg)	0,35	0,36	0,36	0,37	0,37	0,34	0,32	0,33	0,33	0,35	0,37	0,40
Banana (dúzia)	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,39	0,39	0,39	0,42	0,42	0,43	0,44
Batata-inglesa (kg)	0,51	0,43	0,44	0,42	0,42	0,44	0,48	0,56	0,48	0,59	0,55	0,55
Cacau (15kg)	39,02	42,53	45,41	45,74	49,55	52,50	52,43	57,70	69,24	81,61	90,03	103,32
Café em coco (kg)	0,78	0,78	0,79	0,78	0,78	0,80	0,81	0,77	0,76	0,76	0,78	0,94
Cana-de-açúcar (t)	25,60	27,10	26,53	26,35	27,37	27 59	26,55	26,12	25,06	24,95	24,80	24,86
Feijão (kg)	1,13	1,07	1,08	1,09	1,02	0,97	0,99	0,97	1,03	1,20	1,23	1,24
Fumo em folha (kg)	2,45	2,49	2,47	2,54	2,64	2,63	2,63	2,57	2,68	2,63	2,51	2,54
Laranja (cento)	5,13	5,38	5,34	5,32	5,52	5,48	5,29	5,09	4,85	4,76	4 79	5,05
Milho (kg)	0,18	0,19	0,19	0,20	0,20	0,20	0,21	0,22	0,22	0,23	0 25	0,27
Mandioca (t)	70,39	71,42	70,16	70,82	72,40	73,98	74,33	74,80	78,75	79,91	76,11	76,60
Soja (kg)	0,43	0,44	0,43	0,40	0,38	0,35	0,34	0,37	0,43	0,48	0 55	0,60
Tomate (kg)	0,34	0,35	0,39	0,43	0,46	0,50	0,53	0,45	0,51	0,52	0 50	0,54
Trigo em grão (kg)	0,26	0,26	0,26	0,26	0,27	0,27	0,29	0,30	0,32	0,34	0 38	0,43
Cebola (kg)	0,59	0,52	0,51	0,44	0,52	0,51	0,53	0,54	0,56	0,57	0 52	0,48
Mamona (kg)	0,38	0,39	0,38	0,40	0,37	0,36	0,36	0,38	0,35	0,45	0 45	0,44
Pimenta-do-reino (kg)	2,35	2,52	2,39	2,38	2,24	2,30	2,61	3,09	3,09	3,10	2 83	3,37
Sisal (kg)	0,36	0,36	0,36	0,36	0,36	0,36	0,36	0,37	0,38	0,37	0 41	0,42
Uva (kg)	-	-	0,69	0,56	0,56	0,58	0,57	0,56	0,58	0,57	0,58	0,58
Bezerro até um ano (cabeça)	244,06	235,88	246,35	239,91	240,85	245,23	254,52	247,05	248,90	249,74	258,99	255,89
Boi gordo p/ corte (15kg)	42,55	43,16	43,04	43,16	43,03	42,57	41,32	40,79	40,90	41,63	44,27	45,86
Vaca leit. de raça (cabeça)	919,32	928,89	941 82	908,61	922,38	929,43	943,86	948,27	963,83	977,34	1.003,91	990,60
Vaca leit. comum (cabeça)	542,38	542,87	552,17	541,27	549,17	561,88	572,95	573,91	575,42	578,44	591 81	593,62
Suíno para corte (15kg)	21,78	23,49	23,29	23,28	22,37	21,25	20,35	19,68	19,92	19,95	19,66	20,04
Frango/galinha para corte (kg)	1,06	1,14	1,20	1,20	1,23	1,19	1,15	1,14	1,18	1 24	1,29	1,31
Leite (litro)	0,29	0,29	0 29	0,29	0,29	0,29	0,31	0,33	0,33	0,35	0,37	0,38
Lã (15kg)	43,10	47,86	37 05	38,04	38,66	39,32	40,37	44,81	45,52	45 42	53,13	60,03
Ovos (dúzia)	0,89	0,91	0,95	0,94	0,98	1,01	0,96	0,98	1,02	1,04	1,03	1,02
Mel de abelha (litro)	5,93	5,77	5,78	5,65	5,89	5,92	5,93	5,86	6,03	6,07	6,03	6,15
Boi magro (cabeça)	405,00	402,32	396,10	403,00	400,30	405,82	412,43	401,07	407,30	414,83	418,58	423,91

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos Média	Lavouras[1]	Lavouras - produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária - IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Jun. 2002	216,933	235,544	181,149	156 905	195,194	206,104	216,352	223,806	193,188	278,384	345,814	246,875
Julho	229.471	254,189	185,517	162,190	204,845	212,923	226,762	232,919	197,744	300,272	350,765	256,600
Agosto	241,330	272,854	186,930	168,718	214,684	228,183	239,229	238,625	201,640	303,124	353,169	264,303
Setembro	259,838	290,967	202,363	172,979	227,262	242,818	245,107	246,886	207,380	305,852	355,554	270,682

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Divisão de Gestão de Dados/IBRE/FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Os estoques acumulados no primeiro semestre foram escoados pela forte expansão das exportações e pela melhor mobilidade das vendas internas no segundo semestre. As exportações para este ano estão avaliadas em um volume superior a 1,5 milhão de toneladas. Apesar da forte pressão sobre os custos, decorrente do encarecimento dos principais insumos, a produção continua demonstrando potencial de expansão. O alojamento de matrizes, avaliadas atualmente em 30,5 milhões de aves, projeta que o crescimento continuará em 2003. O processo de ascensão dos preços iniciado em setembro consolidou-se em outubro e novembro. As exportações prosseguiram fortes no período, em que pese às medidas pelos países competidores, tais como os Estados Unidos e a União Européia. A alta dos preços da carne bovina ambém ajuda, pois desloca parcela significativa dos consumidores para as chamadas proteínas alternativas, como a carne de frango e a de suínos. Contudo, o milho continua sendo o principal elemento altista, pois pressiona o custo da criação. Os preços do frango vivo chegam a R$1,65 em São Paulo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

A crise no abastecimento do cereal pressiona as margens das empresas de alimentos. A situação é crítica e não há grandes perspectivas de melhora. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento formalizou ao Itamaraty a sugestão de reduzir de 9,5 para 2% a Tarifa Externa Comum (TEC) nas importações de milho de países que não pertencem ao Mercosul. O objetivo é importar até 1 milhão de toneladas e evitar três fatores que têm contribuído para a redução da oferta de milho no mercado interno: queda de 5% na área plantada em 2001, quebra na safra de verão do Rio Grande do Sul e quebra na safrinha do Paraná. Com isso, o país produziu 7,1 milhões de toneladas a menos. O problema de escassez deverá continuar em 2003. No Paraná, importante estado produtor, os preços aumentaram durante o ano em mais de 130% e passam de R$26,00 a saca.

Soja-grão industrial R$/60kg

Os preços internos seguem estáveis, com menos oscilações na Bolsa de Chicago e no câmbio. A pressão da colheita da safra 2002/2003 nos EUA e a reduzida disponibilidade de soja no mercado disponível brasileiro interrompeu o processo de altas sucessivas verificado nos últimos meses. O mercado interno de soja segue calmo, com forte retração dos compradores e dos vendedores nas principais regiões de comercialização do país.

Mercado externo

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

A produção mundial na safra 2002/2003 deverá alcançar 138,77 milhões de toneladas um crescimento de 3,67% em relação ao ciclo 2001/2002, quando 133,857 milhões de toneladas foram produzidos, segundo estimativa do Usda. A estimativa é 4,9 milhões de toneladas acima do esperado para a safra 2001/2002. Os estoques finais do período, entretanto, deverão cair de 34,062 milhões em 2001/2002 para 32,018 milhões de toneladas em 2002/2003, dando sustentação às cotações futuras.

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

Segundo o Comitê Consultivo Internacional do Algodão, na safra 2002/2003 a produção mundial será menor que o consumo e, em conseqüência, haverá redução dos estoques. Esse cenário está provocando recuperação dos preços no mercado internacional. A produção de pluma deverá ser de



19,27 milhões de toneladas, o que representa uma redução de 10% relativamente à safra anterior. O consumo, por sua vez, cresce 2,7% e é estimado em 20,71 milhões de toneladas. Sendo assim, os estoques devem cair 14,2%, passando de 10,21 para 8,76 milhões de toneladas ao final desta temporada. Na atual temporada o Índice Cotlook A deve ficar em 54 cents por libra-peso, uma sensível melhora em relação à

Mundo: produção de grãos

Milhões de t

Produto	2002/2003	2001/2002	Variação %	2002/ 2003	2001/ 2002	Variação %
Total*	1.812,77	1.862,91	-2,69	421,66	503,93	-16,32
Trigo	569,34	578,72	-1,62	172,46	198,22	-12,99
Arroz	381,79	396,73	-3,76	106,12	131,98	-19,59
Grãos forrageiros**	861,65	887,46	-2,91	143,07	173,73	-17,66
Milho	589,74	596,17	-1,08	98,53	128,83	-23,52
Algodão***	88,14	98,37	-10,40	40,00	47,49	-15,77
Soja	168,80	184,30	2,44	29,68	32,45	-8,54
Farelo de soja	130,14	124,93	4,17	4,58	4,42	3,62
Óleo de soja	30,07	28,78	4,48	2,00	2,55	-21,57

Fonte: Usda, novembro, 2002.
*Total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.
**Milho, sorgo, cevada, aveia e centeio.
***Milhões de fardos de 480 libras-peso cada.

EUA: safra de grãos e estoques finais

Milhões de ha e t

Item	Soja	Milho	Trigo
1. Produção			
Outubro, 2002/03	72,23	227,85	44,23
Novembro, 2002/03	73,21	228,69	43,98
2. Estoque final			
Outubro, 2002/03	4,76	19,41	10,10
Novembro, 2002/03	5,03	21,54	9,74

Fonte: Usda, novembro, 2002.

resultados mensais das vendas externas permanecem superando recordes históricos. De outro lado, os detentores de estoque sabem que as cotações no futuro próximo tenderão a superar os níveis atuais. E sabem também que a safra de 2003 não será satisfatória. Preferem ofertar apenas pequenos lotes, principalmente quando o mercado reage positivamente. Até as eleições, a forte desvalorização cambial ajudou a equilibrar essa situação. Com a interrupção da queda do real, trazendo preços menores em moeda nacional, o mercado tende a movimentar quantidades menores.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

Os grandes supermercados estão repondo menos do que vendem e seus estoques estão diminuindo. Não há expectativa de curto prazo de forte queda nos preços. No interior de São Paulo, uma grande quantidade de compradores disputa os poucos lotes ofertados. A restrição de oferta irá manter as cotações do produto pressionadas pelo menos até a entrada da próxima safra. A oferta do Paraná e São Paulo está atrasada. A safra de Irecê, na Bahia, que começa a ser plantada, está com algum atraso por falta de chuvas, mas o mercado está equilibrado, com preços estáveis. A oferta de produto da primeira safra 2002/2003 ainda é muito pequena. Com isso, os preços seguem em níveis elevados e firmes.

Frango vivo R$/kg

Pelos números da Associação Brasileira de Produtores de Pinto de Corte (Apinco) a produção nacional de frangos em 2002 deverá situar-se entre 7,3 milhões e 7,4 milhões de toneladas, um incremento de 12,4% sobre os 6,6 milhões de toneladas produzidos em 2001. Apesar das dificuldades no abastecimento de milho e da contenção da produção no primeiro semestre, a atividade está mantendo trajetória de crescimento. As estimativas são de um crescimento da disponibilidade interna entre 9 e 10% e, nas exportações, uma expansão superior a 20%.

Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/lb. peso mundial[1]	Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso[1]	Cacau Bahia US$/t[1]	Café contrato C, Nova York US¢/ lb. peso[1]	Farelo de soja US$/t[2]	Milho two yellow US¢/ bushel[2]	Soja em grão one yellow ¢/bushel 60kg[2]	Suco de laranja US¢/lb. peso	Trigo soft red US¢/ bushel[2]
Novembro, 2001	7,28	33,51	1.193,70	45,84	161,40	204,90	444,48	94,45	283,32
Outubro, 2002	6,86	44,73	2.129,30	62,19	169,44	252,42	544,52	95,14	393,62
1 a 29 de novembro	7,26	47,94	1.813,93	65,70	166,71	242,38	568,30	100,77	389,88
14 a 20 de novembro	7,06	47,90	1.769,80	66,05	166,14	245,05	569,30	101,68	384,55

Fontes: [1]New York Security Exchange; [2]Chicago Board of Trade.



Roberto Rodrigues

Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.*
abag@netpoint.com.br

A torcida

Acabou o segundo ano do terceiro milênio. Mais uma vez, em todos os cantos do mundo, milhões de pessoas repetem o antiqüíssimo refrão – "como passou depressa este ano!" – e compungidas fazem votos de boas-festas para seus amigos, familiares e conhecidos.

Os natais se sucedem e, curiosamente, o ser humano se enche de esperança e generosidade, esquece suas idiossincrasias e mágoas, esmaga seus medos e rancores e olha com otimismo e até confiança para o ano novo. Tudo se passa como se o 31 de dezembro encerrasse um ciclo físico, apagando a conta corrente da vida. Por alguns dias, ativo e passivo são substituídos por uma boa vontade genuína, como se fosse possível começar do zero no 1º de janeiro.

No entanto, para o Brasil o 1º de janeiro de 2003 tem um profundo sentido de mudança. Vai assumir a Presidência da República um líder da oposição brasileira, da esquerda, alguém que viveu 20 anos condenando o modelo de desenvolvimento escolhido pelos governantes. Lula, eleito em sua quarta disputa pela presidência, representa uma vigorosa troca de rumos.

Qual o significado disso para a agropecuária, que já pagou o pato em tantas outras mudanças fortes da história brasileira? O que vai acontecer com o setor que bancou nos anos 50 o programa de urbano-industrialização, fez um brutal ajuste nos planos Cruzado e Collor e foi a âncora verde do Plano Real? Quais são as perspectivas do mais importante ramo da economia brasileira (25% do valor da produção, 37% dos empregos e 41% das exportações), que em 2002 crescerá quase 10%, mais que o dobro dos demais setores?

Durante a campanha eleitoral, o discurso petista era incompleto: estava centrado nas medidas de apoio à agricultura familiar, novos programas de reforma agrária, e mal fazia referências à agricultura empresarial. Não há quem não defenda a proteção à agricultura familiar, na medida em que ocupa gente no campo, garantindo sua subsistência, e minimiza o êxodo rural; mas é a empresarial que alarga a fronteira, agrega valor ao produto primário e gera excedentes exportáveis reduzidores da dependência de dólares de fora. Portanto, ambas são fundamentais, cada qual em suas circunstâncias.

Ademais, a idéia de ajudar o pequeno produtor se prende à expectativa de seu crescimento. Todos querem que ele cresça, fique independente, compre tecnologia e seja um produtor competitivo interna e externamente. E se cresceu – já não interessa mais e se deve persegui-lo, dividir sua terra e fazê-lo voltar a ser pequeno? Não há consistência nessa hipótese.

Felizmente, os discursos após as eleições evoluíram e o futuro presidente e seus colaboradores já falam francamente da importância de exportar alimentos, dadas nossas vantagens comparativas. O próprio Programa Fome Zero pressupõe aumento da produção de alimentos, demandando mais sementes, fertilizantes e defensivos, máquinas e equipamentos, armazéns, caminhões, distribuidoras. Tudo isso gera empregos, aumenta a massa salarial e faz a economia girar a partir da agropecuária.

Um governo preocupado com o social certamente verá a produção rural com olhos muito mais cooperativos. Lula tem reafirmado sua fé no cooperativismo como instrumento de verticalização da atividade rural, servindo a pequenos, médios e grandes produtores. Mas entre as incógnitas há dúvidas sobre a visão dos futuros governantes quanto à área tecnológica. Ouve-se, aqui e ali, gente da equipe do PT condenando a mecanização rural ou os transgênicos. Não se compete sem modernização da atividade produtiva no campo.

Por enquanto é tempo de desejar o maior sucesso ao novo governo, porque o país precisa disto. É também a hora de apoiar as boas propostas e torcer para dar certo.



temporada anterior quando o índice atingiu 41,83 cents

Café contrato C Nova York USc./lb. peso

A despeito da grande safra colhida no Brasil em 2002, são cada vez mais claros os sinais de que o mercado internacional está por superar, no médio e longo prazos, seu último ciclo de preços muito baixos. A perspectiva de colheita no Brasil em 2003 não é das melhores. À questão da bianualidade, vêm se somar tratos culturais inadequados, por força dos baixos preços, e alguns problemas climáticos havidos no final do ano. Em diversos outros países produtores, a situação não é melhor. É o caso, por exemplo, da América Central, da África e do Vietnã, todos frente a custos de produção superiores aos preços correntes. No entanto, não se pode esquecer que, se o médio e longo prazos apontam situação de maior equilíbrio entre oferta e demanda, no curto prazo há altos estoques no exterior e nos países produtores. Em momentos como este, o mercado costuma trabalhar de forma predominantemente técnica, onde é muito importante observar eventuais mudanças de posição dos grandes operadores.

Milho two yellow USc./bushel

As projeções do Usda de novembro novamente confirmaram a revisão para cima dos números da produção mundial do cereal. Ainda assim, a produção na temporada 2002/03 ficará abaixo da safra deste ano. As exportações dos Estados Unidos foram ajustadas para baixo em face da maior concorrência da China. Apesar de a colheita ser uma das mais baixas dos últimos anos, a informação esfriou as especulações de uma produção provavelmente ainda mais baixa. As cotações dos contratos de dezembro e março na Bolsa de Chicago, respectivamente, operaram em baixa e chegaram a 2,38/*bushel* e US$ 2,43/*bushell*.

Soja-grão one yellow Usc./bushel

A produção mundial na safra 2002/2003 está estimada em 188,8 milhões de toneladas, inferior ao consumo mundial, projetado em 191,14 milhões de toneladas. A produção mundial deverá crescer 4,5 milhões de toneladas na safra 2002/2003 e a demanda mundial, 7,3 milhões de toneladas. Os estoques finais mundiais em 2002/2003 deverão cair para 29,66 milhões de toneladas contra os 26,11 milhões de toneladas estimados anteriormente, mas abaixo dos 32,45 milhões de toneladas de estoques finais em 2001/2002 e 30,92 milhões de toneladas em 2000/2001.

Soja, farelo US$/t

A maior folga nos estoques finais mundiais de soja grão estabilizou os preços do grão no mercado internacional. Com isso, as cotações futuras do farelo de soja estão com tendência de estabilidade e o mercado a partir de agora sofrerá a influência da safra da América do Sul, que deverá ser recorde, já que a demanda mundial está firme. Qualquer problema climático que prejudique a produtividade da soja na América do Sul pode apertar mais o abastecimento mundial de farelo de soja. Os preços futuros do farelo seguem sustentados pelo aumento na demanda.

Trigo Soft Red USc/bushel

A produção mundial na safra 2002/2003 está estimada em 569,3 milhões de toneladas, inferior ao consumo mundial, projetado em 595,1 milhões de toneladas. Em 2002/2003 a produção deverá recuar 9,4 milhões de toneladas em relação a 2001/2002. Já o consumo mundial deverá crescer 10,3 milhões de toneladas, o que levará os estoques finais mundiais para 172,5 milhões de toneladas contra os 198,2 milhões de toneladas de estoques finais da safra 2001/2002. A relação entre estoques finais mundiais e a demanda mundial anual cai para 29% na safra 2002/2003, contra 33,9% na safra 2001/2002.

FGV
IBRE

Seminário sobre Conjuntura Econômica e Política da Fundação Getulio Vargas.

A revista Conjuntura Econômica estará realizando um seminário para tratar dos principais temas políticos e econômicos do país. Venha conhecer a análise e debater com Antônio Carlos Pôrto Gonçalves - Diretor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV - e Octavio Amorim Neto - Cientista Político do Instituto Brasileiro de Economia da FGV - as perspectivas para o futuro do Brasil.

Perspectivas Brasileiras na Economia

- O comportamento dos preços e a inflação. O fechamento do ano de 2002 e as projeções para 2003.
- O balanço de pagamentos. As importações e as exportações brasileiras. A conta de capital e o comportamento da taxa de câmbio.
- As contas públicas brasileiras. Análise do orçamento do governo. A evolução das dívidas externa e interna. O comportamento da taxa de juros Cenários para 2003.
- A produção brasileira e as vendas dos principais setores (Agricultura, Indústria e Serviços). Sondagem conjuntural da FGV. O PIB real em 2003.
- Economia Internacional. A evolução das economias dos Estados Unidos, do Japão e dos países da União Européia. Cenários para 2003.

Perspectivas Brasileiras na Política:

- A composição do novo ministério. O peso dos partidos e dos estados na escolha dos novos ministros.
- O apoio parlamentar ao Governo Lula. Conseguirá o novo Presidente maioria na Câmara dos Deputados e no Senado?
- A agenda legislativa do Congresso Nacional. As prioridades do novo governo e o futuro das reformas constitucionais.
- As estratégias dos partidos de oposição. Como vão se articular PSDB e PFL na principal frente de oposição ao governo federal?
- O papel dos novos governadores. Como preservar a Lei de Responsabilidade Fiscal sob a pressão das demandas regionais?

Inscrições:

Telefone: 0800-257788 / conjunturaeconomica@fgv.br
Data: 16 de janeiro de 2003 das 14h às 18h.
Local: Auditório Mário Henrique Simonsen. Praia de Botafogo, 190 / 8°andar. (Prédio da FGV)
Assinantes Conjuntura Econômica: R$150,00 • Não assinantes: R$ 250,00 + assinatura grátis.

Apoio: BM&F BRASIL
Bolsa de Mercadorias & Futuros

Informação precisa para quem precisa de informação.





O trabalho de pesquisa agropecuária afeta o dia-a-dia de todos. Em diferentes locais, nos mais variados tipos de produtos, a Pesquisa Agropecuária marca sua presença, ao criar e aprimorar métodos e culturas que ajudam o trabalho do produtor rural e fazem o Brasil crescer. E sem se esquecer do fundamental, o cuidado com o meio ambiente. Essa é a verdadeira missão dos Institutos que atuam em Ciência e Tecnologia: pesquisar para mudar, melhorar, dar novas alternativas a velhos produtos. Desenvolver tecnologias e processos que criam soluções e eliminam dúvidas.

Embrapa

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

Governo do
BRASIL